

PREGÃO ELETRÔNICO

Nº 044/2025

OBJETO

**CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA
EXECUÇÃO DE PROJETOS DE CONECTIVIDADE LÓGICA
NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA EM ATENDIMENTO AOS
ÓRGÃOS DEMANDANTES**

DATA DA SESSÃO PÚBLICA

Dia 24/10/2025 às 08:30h (horário de Brasília)

**CRITÉRIO DE JULGAMENTO:
MENOR PREÇO POR LOTE**

**MODO DE DISPUTA:
ABERTO**

**PREFERÊNCIA ME/EPP/EQUIPARADAS:
NÃO**

PREÂMBULO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 044/2025

Processo Administrativo nº 123/2025

Torna-se público que o **CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO DE MINAS GERAIS - CIMINAS**, CNPJ n. 19.493.732/0001-99, com endereço na Praça Antônio Alves da Costa, n.300, Vila São Pedro, cidade de Araxá/MG, neste ato representado pelo seu Presidente o Sr. Frederico Ozanam Rangel – Prefeito Municipal de Santa Rosa da Serra/MG através do Pregoeiro Sr. Luiz Claudio Ferreira e equipe de apoio designados pela Portaria nº 31/2024 realizará licitação, para registro de preços, na modalidade **PREGÃO**, na forma **ELETRÔNICA**, com critério de **MENOR PREÇO POR LOTE**, nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável e Portarias nº 11/2023, 18/2023, 21/2023, 31/2024, 001/2025 e 22/2025, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

Serão observadas as seguintes datas e horários para os procedimentos:

LIMITE ACOLHIMENTO DAS PROPOSTAS COMERCIAIS:

Dia 24/10/2025 às 08:30h

ABERTURA DA SESSÃO DO PREGÃO ELETRÔNICO:

Dia 24/10/2025 às 08:30h

SITE PARA REALIZAÇÃO DO PREGÃO: www.licitanet.com.br

1. DO OBJETO

- 1.1. O objeto da presente licitação é o **REGISTRO DE PREÇO PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA EXECUÇÃO DE PROJETOS DE CONECTIVIDADE LÓGICA NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA EM ATENDIMENTO AOS ÓRGÃOS DEMANDANTES**
- 1.2. A licitação será de menor preço por item, conforme exigências constante do Termo de Referência - **ANEXO I**.
- 1.3. São participantes do presente processo licitatório:

MUNICÍPIOS		DISTÂNCIA ESTIMADA DA SEDE ARAXÁ (CIMINAS)	POPULAÇÃO (Nº HAB)
1	NOVA SERRANA	241 KM	112.910
2	CAMPOS ALTOS	96 KM	13.136
3	COROMANDEL	178 KM	30.013
4	DORES DO INDAIÁ	203 KM	12.786
5	PLANURA	224 KM	11.484
6	SACRAMENTO	85 KM	27.891
7	CAMPO FLORIDO	186 KM	8.838
8	DORESÓPOLIS	225 KM	1.496
9	ESTRELA DO INDAIÁ	212 KM	2.750
10	ESTRELA DO SUL	195 KM	6.926
11	SERRA DO SALITRE	79 KM	12.210
12	PEDRINÓPOLIS	78 KM	3.404
13	PIMENTA	243 KM	8.794
14	SANTANA DA VARGEM	371 KM	6.781
15	SANTA ROSA DA SERRA	131 KM	3.476
16	SÃO GONÇALO DO ABAETÉ	248 KM	7.521
17	SÃO ROQUE DE MINAS	140 KM	7.341
18	TAPIRAÍ	148 KM	1.707
19	VARGEM BONITA	154 KM	2.206
20	CRUZEIRO DA FORTALEZA	100 KM	3.610
21	GUIMARÃIA	123 KM	8.808
22	IGUATAMA	193 KM	6.845
23	INDIANÓPOLIS	148 KM	6.309
24	MEDEIROS	121 KM	4.040
25	TAPIRA	56 KM	4.212
TOTAL DE HABITANTES			308.568

Fonte: Censo IBGE 2022 – População estimada para 2024

2. DO REGISTRO DE PREÇOS

- 2.1. As regras referentes aos órgãos gerenciador e participantes, bem como a eventuais adesões são as que constam da minuta de Ata de Registro de Preços e legislação vigente.
- 2.2. O Artigo 6º da Lei Federal de nº 14.133/2021 em seu inciso XLV prevê que o Sistema de Registro de Preços é o conjunto de procedimentos para realização, mediante contratação direta ou licitação nas modalidades pregão ou concorrência, de registro formal de preços relativos à prestação de serviços, a obras e a aquisição e locação de bens para contratações futuras.

- 2.3.** Deverá ser observado neste certame as disposições contidas no Artigo 82 e incisos da Lei Federal de nº 14.133/2021, sendo que a existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará o Consórcio Público CIMINAS a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente motivada.
- 2.4.** Por se tratar de licitação na Modalidade Registro de Preços, o Município ou Órgão, poderão contratar quaisquer quantitativos que entenderem, não tendo ainda obrigação de efetuarem quaisquer contratações, razão pela qual, não constará reservado quantitativos para os Municípios, pois as contratações irão depender do interesse público, da demanda de obras e serviços, da conveniência administrativa e da disponibilidade de recursos financeiros.
- 2.5.** Na licitação para registro de preços não é necessário indicar a dotação orçamentária, que somente será exigida para a formalização do contrato ou outro instrumento hábil.
- 2.6.** O prazo de vigência da ata de registro de preços será de 1 (um) ano e poderá ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso e o contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida em conformidade com as disposições nela contidas, conforme disposto no Artigo 84º da Lei Federal de nº 14.133/2021.

2.7. DO AVISO DE MANIFESTAÇÃO DE REGISTRO DE PREÇOS

- 2.7.1.** Neste certame foi obedecido o disposto no Caput do Artigo 86º da Lei Federal de nº14.133/2021, quando foi devidamente publicado no Site do CIMINAS o Aviso de Manifestação de Intenção de Registro de Preços, tendo sido publicado no dia 21 de agosto de 2025, com prazo para manifestação até o dia 02 de setembro de 2025, quando foi obedecido o prazo mínimo legal de 08 (oito) dias úteis.

3. DAS CONDIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO

- 3.1.** Poderão participar desta Concorrência os interessados que estiverem previamente credenciados no portal LICITANET (www.licitanet.com.br).
- 3.2.** Os interessados devem possuir ramo de atividade compatível com o objeto desta licitação.

- 3.3. O credenciamento dar-se-á pela atribuição de chave de identificação e de senha, pessoal e intransferível, para acesso ao sistema eletrônico.
- 3.4. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.
- 3.5. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no Sistema relacionado no item 4.4 e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.
- 3.6. A não observância do disposto no item 4.5 poderá ensejar desclassificação ou inabilitação.
- 3.7. Não será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o Microempreendedor Individual - MEI.
- 3.8. O valor previsto para o presente Edital é superior aos limites previstos da Lei Complementar nº 123, de 2006 e do Decreto n. 8.538, de 2015 e para as sociedades cooperativas mencionadas no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 3.9. Poderão participar da licitação pessoas jurídicas reunidas ou não sob a forma de consórcio, sendo vedada a participação de empresas consorciadas em mais de um consórcio ou isoladamente, bem como a participação de profissional em mais de uma empresa, ou em mais de um consórcio.
- 3.10. As pessoas jurídicas que participarem organizadas em consórcio deverão apresentar, além dos demais documentos exigidos neste Edital, comprovação de compromisso público de constituição de consórcio, subscrito pelos municípios ou órgãos, por escritura pública ou documento particular registrado em Cartório de Registro de Títulos e Documentos, discriminando a empresa líder, estabelecendo responsabilidade solidária com a indicação do percentual de responsabilidade de cada consorciado, bem como a etapa da participação na execução dos serviços

objeto da presente licitação, nos termos do disposto no art. 15 da Lei Federal nº 14.133/2021.

- 3.11.** O prazo de duração do consórcio deve, no mínimo, coincidir com o prazo de execução do objeto licitatório até sua aceitação definitiva.
- 3.12.** A eventual substituição de consorciado deverá ser expressamente autorizada pelo município aderente demandante e condicionada à comprovação de que a nova empresa do consórcio possui, no mínimo, os mesmos quantitativos para efeito de habilitação técnica e os mesmos valores para efeito de qualificação econômico-financeira apresentados pela empresa substituída para fins de habilitação do consórcio no processo licitatório.
- 3.13.** A não comprovação de habilitação jurídica e qualificação técnica de alguma empresa integrante ao consórcio, resultará na **DESCCLASSIFICAÇÃO** da mesma.
- 3.14. Não poderão disputar licitação ou participar da execução de contrato, direta ou indiretamente:**
- 3.14.1.** Aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s).
- 3.14.2.** Autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados.
- 3.14.3.** Empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ela necessários.
- 3.14.4.** Pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta.
- 3.14.5.** Aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro

ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau.

- 3.14.6.** Empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si.
- 3.14.7.** Pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista.
- 3.14.8.** O impedimento de que trata o item 4.14.4, será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.
- 3.14.9.** O licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.
- 3.14.10.** A critério do CIMINAS e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem o 4.14.1.2 e 4.14.1.3, poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.
- 3.14.11.** Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.
- 3.14.12.** Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da Lei nº 14.133/2021.

- 3.14.13.** O disposto no item 4.14.2 e seguintes, não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.
- 3.14.14.** Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da Lei nº 14.133/2021.
- 3.14.15.** Que constem no cadastro de empresas inidôneas do Tribunal de Contas da União, do Ministério da Transparência, Fiscalização e Controladoria-Geral da União e/ou tenham sido declaradas inidôneas por ato do Poder Público.
- 3.14.16.** Impedidas de licitar ou contratar com a contratante, bem como, com os municípios e sua Administração Direta e Indireta.
- 3.14.17.** Inscritas no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF como impedidas ou suspensas, conforme disposto no art. 9º da IN SEGES/MP nº 3, de 2018.
- 3.14.18.** Que constem no Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade, supervisionado pelo Conselho Nacional de Justiça.
- 3.14.19.** Sob processo Recuperação Judicial ou Falência, conforme dispõe a Lei Federal nº 11.101/2005.
- 3.14.20.** É possível a participação de empresa em Recuperação Judicial no processo licitatório, desde que amparada em certidão emitida pela instância judicial competente, que certifique que a interessada está apta econômica e financeiramente a participar de procedimento licitatório nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021. (TCU, Ac. 8.271/2011-2a Cam., DOU de 04.10.2011).
- 3.14.21.** A empresa em recuperação judicial deve apresentar comprovação de que o plano de recuperação foi acolhido na esfera judicial, na forma do artigo 58 da

Lei Federal nº 11.101/2005.

- 3.14.22.** A vedação estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.
- 3.14.23.** Os documentos necessários à habilitação que foram juntados à plataforma eletrônica de licitações, serão objetos de conferência e autenticação pelos servidores designados como Agente de Contratação Responsável e/ou Equipe de Apoio.
- 3.14.24.** Não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, de acordo com as hipóteses previstas no artigo 64 da Lei Federal nº 14.133/2021 e neste edital.
- 3.14.25.** Os preços contratuais serão reajustados monetariamente, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após o decurso da anualidade da data do orçamento estimado, com base na variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC/IBGE), ou outro índice oficial que venha a sucedê-lo, observado o interregno mínimo de 12 (doze) meses, contados a partir da data do orçamento estimado, em conformidade com o disposto no art. 25, §7º da Lei nº 14.133/2021.
- 3.14.26.** O índice de reajustamento de preço será o INPC/IBGE. Caso este índice seja extinto ou deixe de ser divulgado pelo órgão oficial competente, será adotado outro índice oficial que melhor reflita a variação dos custos dos insumos relacionados ao objeto contratual, mediante justificativa técnica e aprovação do Consórcio.
- 3.14.27.** O primeiro reajuste somente ocorrerá após o decurso do prazo de 12 (doze) meses contados da data do orçamento estimado, mesmo que a execução contratual se inicie em data posterior.
- 3.14.28.** Os reajustes subsequentes observarão o mesmo intervalo anual, tendo como termo inicial a data do último reajuste aplicado.
- 3.14.29.** Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o intervalo mínimo de 01 (um) ano, a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

3.14.30. Ficam ressalvadas as situações previstas no artigo 124 da Lei n. 14.133/2021.

3.14.31. O encaminhamento de proposta pressupõe o pleno conhecimento e atendimento às exigências de habilitação previstas neste Edital.

2. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

- 2.1.** Até 03 (três) dias úteis antes da data fixada para recebimento das propostas, qualquer pessoa poderá solicitar esclarecimentos ou impugnar o Ato Convocatório desta Concorrência, devendo protocolizar o pedido diretamente pelo site www.licitanet.com.br, sob pena de não conhecimento.
- 2.2.** Caberá ao Pregoeiro Responsável responder aos pedidos de esclarecimentos e decidir sobre a impugnação no prazo de 03 (três) dias úteis, contados da data de recebimento do pedido, e poderá requisitar subsídios formais aos responsáveis pela elaboração do edital e dos anexos, bem como ao Departamento requisitante do objeto do certame.
- 2.3.** Qualquer modificação no Edital exigirá divulgação pelo mesmo instrumento de publicação em que se deu o texto original, reabrindo-se o prazo inicialmente estabelecido, exceto quando, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação das propostas, resguardando o tratamento isonômico aos licitantes.
- 2.4.** A impugnação não possui efeito suspensivo, assim sendo, o proponente/licitante que interpor a impugnação não estará impedido de participar do certame.
- 2.5.** Decairá do direito de impugnar os termos deste edital, por falhas ou irregularidades, o proponente/licitante que não o fizer até o terceiro dia útil que anteceder à data de realização da sessão pública do Pregão, hipótese em que tal comunicação não terá efeito de recurso.
- 2.6.** A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo Agente de Contratação, nos autos do processo de licitação.

3. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

- 3.1.** Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema (<https://licitanet.com.br/>), proposta com a “DESCRIÇÃO DETALHADA DO OBJETO

OFERTADO”, incluindo QUANTIDADE, PREÇO e a MARCA (CONFORME SOLICITA O SISTEMA), até o horário limite de início da Sessão Pública, horário de Brasília, exclusivamente por meio do Sistema Eletrônico, quando, então, encerrar-se-á, automaticamente, a etapa de envio dessa documentação.

3.2. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

3.2.1. Declaro que não incorro nas condições impeditivas do art. 14 da Lei Federal nº 14.133/21.

3.2.2. Declaro que atendo aos requisitos de habilitação, conforme disposto no art. 63, inciso I, da Lei Federal nº 14.133/21.

3.2.3. Declaro que cumpro as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitação da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas, conforme art. 63, inciso IV, da Lei Federal nº 14.133/21.

3.2.4. Declaro que a proposta apresentada para essa licitação está em conformidade com as exigências do instrumento convocatório e me responsabilizo pela veracidade e autenticidade dos documentos apresentados.

3.2.5. Declaro que minha proposta econômica compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega da proposta, conforme art. 63, §1º, da Lei Federal nº 14.133/21.

3.2.6. Declaro que estou ciente do edital e concordo com as condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação, conforme o art. 67, inciso VI, da Lei Federal nº 14.133/21;

3.2.7. Declaro para fins do disposto no inciso VI do art. 68, da Lei nº 14.133/21, que não emprego menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprego menor de 16 (dezesesseis) anos, salvo menor, a partir dos 14 (quatorze) anos, na condição de aprendiz, nos termos do inciso XXXIII,

do art. 7º, da Constituição Federal/88.

3.2.8. Declaro que não possuo, em minha cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal/88.

3.2.9. Declaro para os devidos fins legais, sem prejuízo das sanções e multas previstas neste ato convocatório, estar enquadrado como ME/EPP/Cooperativa, conforme a Lei Complementar nº 123/2006, cujos termos declaro conhecer na íntegra, estando apto, portanto, a exercer o direito de preferência, observado também o disposto nos §§ 1º ao 3º do artigo 4º da Lei Federal n. 14.133/2021. () Sim, ME () Sim, EPP () Não, outros enquadramentos.

3.3. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021.

3.4. O fornecedor classificado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar sua condição no campo específico do sistema eletrônico. No entanto, em razão do elevado valor da contratação, este processo não concederá os benefícios previstos para microempresas e empresas de pequeno porte, conforme vedação estabelecida no Art. 4º, §2º, da Lei nº 14.133/2021.

3.5. No item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item.

3.6. A falsidade da declaração sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital.

3.7. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:

3.7.1. Valor superior ao lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço.

3.7.2. Percentual de desconto inferior ao lance já registrado pelo fornecedor no

sistema, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto.

- 3.8.** Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela contratante ou de sua desconexão.
- 3.9.** O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.
- 3.10.** As Microempresas e Empresas de Pequeno Porte deverão encaminhar a documentação de habilitação, ainda que haja alguma restrição de regularidade fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, § 1º da LC nº 123, de 2006.
- 3.11.** Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal e trabalhista, será assegurado o prazo de 05 (cinco) dias úteis, prorrogáveis por igual período, a critério da Administração Pública, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de negativa, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado vencedor do certame.
- 3.12.** A prorrogação do prazo para a regularização fiscal e trabalhista dependerá de requerimento, devidamente fundamentado, a ser dirigido ao Pregoeiro Responsável.
- 3.13.** Entende-se por tempestivo o requerimento apresentado dentro dos 05 (cinco) dias úteis inicialmente concedidos.
- 3.14.** A não regularização da documentação no prazo previsto no item anterior implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das penalidades legalmente previstas (artigo 90, §5º da Lei Federal nº 14.133/2021), sendo facultada a convocação dos licitantes remanescentes, na ordem de classificação ou pela revogação da licitação.
- 3.15.** Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, o Pregoeiro poderá suspender a sessão, informando no “chat” a nova data e horário para a continuidade da mesma.

- 3.16.** Será inabilitado o licitante que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Edital.
- 3.17.** Caso o licitante arrematante do certame não tenha apresentado a documentação exigida, no todo ou em parte, será este inabilitado, podendo ser aplicadas as penalidades previstas na legislação que rege o procedimento, e será convocado o próximo seguindo a ordem de classificação.
- 3.18.** Não será admitida a previsão de preços diferentes em razão de local de entrega ou de acondicionamento, tamanho de lote ou qualquer outro motivo.
- 3.19.** Todas as entregas deverão ocorrer no endereço informado na Ordem de Fornecimento da contratante ou de cada município, órgão ou entidade.
- 3.20.** A documentação referente a Habilitação somente será solicitada dos licitantes vencedores após fase de disputa, não havendo necessidade do envio em conjunto ao cadastramento da proposta.

4. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

- 4.1.** O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:
- 4.1.1.** Valor unitário e total;
 - 4.1.2.** Marca;
 - 4.1.3.** Fabricante;
 - 4.1.4.** Descrição detalhada do objeto, contendo as informações similares à especificação do Termo de Referência: indicando, no que for aplicável, o modelo, prazo de validade ou de garantia, número do registro ou inscrição do bem no órgão competente, quando for o caso.
- 4.2.** Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.
- 4.3.** O licitante NÃO poderá oferecer proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto para contratação.
- 4.4.** As propostas cadastradas no Sistema NÃO DEVEM CONTER NENHUMA IDENTIFICAÇÃO DA EMPRESA PROPONENTE, visando atender o princípio da

impessoalidade e preservar o sigilo das propostas.

- 4.5.** Em caso de identificação da licitante na proposta cadastrada, esta será DESCLASSIFICADA pelo pregoeiro.
- 4.6.** Nos valores propostos devem estar inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.
- 4.7.** Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.
- 4.8.** O licitante deverá obedecer rigorosamente aos termos deste Edital e seus anexos. Em caso de discordância existente entre as especificações deste objeto descritas no portal LICITAR DIGITAL e as especificações constantes do ANEXO I (TERMO DE REFERÊNCIA), prevalecerão às do TERMO DE REFERÊNCIA.
- 4.9.** Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.
- 4.10.** Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.
- 4.11.** A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.
- 4.12.** O prazo de validade da proposta não será inferior a **60 (sessenta)** dias, a contar da data de sua apresentação.
- 4.13.** Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas.

- 4.14.** Caso o critério de julgamento seja o de maior desconto, o preço já decorrente da aplicação do desconto ofertado deverá respeitar os preços máximos previstos no item 7.13.
- 4.15.** O descumprimento das regras supramencionadas por parte dos licitantes ou contratados pode ensejar, após o devido processo legal, a responsabilização junto ao Tribunal de Contas da União, assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

5. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

- 5.1.** A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.
- 5.2.** Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.
- 5.3.** O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.
- 5.4.** Em seguida, iniciará a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.
- 5.5.** O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do item ou do lote quando for o caso.
- 5.6.** Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.
- 5.7.** O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ou percentual de desconto superior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.
- 5.8.** O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou

inexequível.

- 5.9.** O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa ABERTO.
- 5.10.** Para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “aberto”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.
- 5.11.** A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.
- 5.12.** A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados neste período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.
- 5.13.** Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.
- 5.14.** Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.
- 5.15.** Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.
- 5.16.** Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.
- 5.17.** No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.
- 5.18.** Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.
- 5.19.** Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

- 5.20.** Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial.
- 5.21.** O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015.
- 5.22.** Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.
- 5.23.** A melhor classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.
- 5.24.** Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.
- 5.25.** No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.
- 5.26.** Caso a empresa ou melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes, na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.
- 5.27.** No caso de equivalência dos valores apresentados pelas empresas, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.
- 5.28.** Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta

do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

- 5.29.** A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.
- 5.30.** A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.
- 5.31.** O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.
- 5.32.** A PROPOSTA FINAL do licitante declarado vencedor será atualizada automaticamente pelo sistema de pregão eletrônico. Quando houver mais de um item por lote, o sistema fará a divisão dos valores entre os itens de forma proporcional. Excepcionalmente, quando não for possível matematicamente a divisão dos valores de forma proporcional, deverá o fornecedor atualizar sua proposta no prazo máximo de 02 (duas) horas, ou, em outro prazo determinado pelo Pregoeiro. O Pregoeiro poderá também liberar a atualização de proposta manual diretamente na plataforma para que o fornecedor faça o preenchimento do(s) valor(es) do(s) item(s) do(s) lote(s) livremente caso entenda necessário.
- 5.33.** É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.
- 5.34.** Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

6. DA FASE DE JULGAMENTO

- 6.1.** Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, o pregoeiro verificará se faz jus ao benefício.
- 6.2.** Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido,

o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado em 30 de setembro de 2022.

6.3. Será desclassificada a proposta vencedora que:

6.3.1. Contiver vícios insanáveis.

6.3.2. Não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência.

6.3.3. Apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação.

6.3.4. Não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração.

6.3.5. Apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

6.4. No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 75% (setenta e cinco) do valor orçado pela Administração.

6.5. A inexequibilidade, na hipótese de que trata o **caput, só será considerada após diligência do pregoeiro, que comprove:**

6.5.1. Que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta;

6.5.2. Inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

6.6. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

6.7. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta.

6.8. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação.

6.9. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas.

6.10. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando

não cabível esse regime.

- 6.11.** Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.
- 6.12.** Caso o Termo de Referência exija a apresentação de amostra, o licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentá-la, conforme disciplinado no Termo de Referência, sob pena de não aceitação da proposta.
- 6.13.** Conforme disposto no § 3º do Artigo 17º da Lei Federal de nº 14.133/2021, na fase de julgamento, o Consórcio CIMINAS, poderá em relação ao licitante provisoriamente vencedor, realizar análise e avaliação da conformidade da proposta, exames de conformidade e prova de conceito, amostras, dentre outros testes de interesse, de modo a comprovar sua aderência às especificações definidas no Termo de Referência ou no projeto básico.
- 6.14.** Por meio de mensagem no sistema, será divulgado o local e horário de realização do procedimento para a avaliação das amostras, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais licitantes.
- 6.15.** Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.
- 6.16.** No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita pelo Pregoeiro, ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas neste Edital, a proposta do licitante será recusada.
- 6.17.** Se a(s) amostra(s) apresentada(s) pelo primeiro classificado não for(em) aceita(s), o Pregoeiro analisará a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação da(s) amostra(s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes no Termo de Referência.

7. DA FASE DE HABILITAÇÃO

- 7.1.** As declarações obrigatórias conforme Lei 14133/2021 são atestadas pelo licitante no ato de cadastramento da proposta via sistema, não havendo necessidade de envio de declarações em conjunto aos documentos de habilitação.

7.2. A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, técnica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira são:

7.2.1. Cópia do Ato Constitutivo, Estatuto ou Contrato Social em vigor, com as respectivas alterações, se houver, devidamente registrado e arquivado na repartição competente.

7.2.1.1. Poderá ser apresentada somente a última alteração contratual, em atendimento ao subitem anterior, desde que esteja devidamente consolidada às demais alterações.

7.2.1.2. OBSERVAÇÃO: O(s) ramo(s) de atividade(s) constante(s) do Objeto Social (principal e/ou secundárias) deverá(ão) ser compatível(is) com o objeto ora licitado.

7.2.1.3. Documentos pessoais dos sócios/administradores.

8. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

8.1. Comprovação de Capacidade Técnica, através de apresentação de atestado fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove que a empresa licitante realizou a venda/entrega compatível com o objeto desta licitação, de maneira satisfatória. O atestado emitido por pessoa jurídica de direito privado deverá vir assinado pelo representante legal da empresa emitente, devidamente comprovado, ou por seu Procurador (procuração pública).

8.2. O CIMINAS se resguarda no direito de diligenciar junto à pessoa jurídica emitente do Atestado de Capacidade Técnica, visando a obter informações sobre os serviços prestados, podendo solicitar cópias dos respectivos contratos, aditivos, Notas Fiscais e/ou outros documentos comprobatórios da execução dos serviços.

8.3. Atestado de Capacidade Técnica: Solicitar um atestado de capacidade técnica é fundamental para verificar se a empresa licitante possui experiência prévia na execução de serviços semelhantes aos que estão sendo licitados. Esta exigência garante que a empresa tem um histórico de desempenho satisfatório e conhecimento das particularidades do serviço.

8.4. Comprovação de Serviços Equivalentes: Exigir que os atestados ou certidões de capacidade técnica demonstrem serviços anteriores equivalentes ou superiores ao objeto da licitação assegura que a empresa tem a expertise necessária para lidar

com características, quantidades e prazos. Isso contribui para a realização de um processo de contratação transparente e para a escolha da empresa mais qualificada para atender às necessidades dos municípios ou órgãos

- 8.5.** Declaração de que a empresa assume ter pleno conhecimento das condições e peculiaridades inerentes à execução do objeto da licitação, e que não utilizará desta prerrogativa para quaisquer questionamentos futuros, que ensejem avenças técnicas ou financeiras que venham a onerar quaisquer municípios pertencentes ao consórcio.

9. A HABILITAÇÃO FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA:

- 9.1.** Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ);
- 9.2.** Certidão conjunta negativa de débitos relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, expedida pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional e Receita Federal do Brasil;
- 9.3.** Certidão Negativa de Débitos Estaduais ou prova de regularidade para com a Fazenda Pública Estadual, da sede da licitante;
- 9.4.** Certidão Negativa de Débitos Municipais (CNDM), expedida pelo Município sede da licitante;
- 9.5.** Certificado de Regularidade de Situação perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS, expedido pela Caixa Econômica Federal – CEF;
- 9.6.** Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa, nos termos do Título VII- A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei no 5.452, de 1º de maio de 1943, ou outra equivalente, tal como certidão positiva com efeito de negativa, na forma da lei.
- 9.7.** Sob pena de inabilitação, todos os documentos apresentados para habilitação deverão estar em nome do licitante, preferencialmente, com número do CNPJ endereço respectivo, observando-se que:
- 9.7.1.** Se o licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz
- 9.7.2.** Se o licitante for matriz, e o executor do contrato for filial, deverão ser

apresentados tanto os documentos da matriz quanto os da filial.

10. HABILITAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

- 10.1.** Certidão Negativa de Falência expedida pelo distribuidor ou distribuidores da sede da pessoa jurídica, dentro de um prazo máximo de 90 (noventa) dias anteriores à sessão pública inicial da licitação ou dentro do prazo de validade constante do próprio documento.
- 10.2.** Balanço Patrimonial e demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais (nas conformidades do Art. 69, Inciso I da Lei Federal 14.133/2021), apresentados na forma da lei, assinado por profissional devidamente e regularmente habilitado (contador), registrado no Conselho Regional de Contabilidade – CRC, que comprovem a boa situação financeira da licitante, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, admitida, quando aquelas peças de escrituração contábil estiverem encerradas há mais de 03 (três) meses da data de apresentação da proposta, a atualização pelo ÍNDICE GERAL DE PREÇOS – DISPONIBILIDADE INTERNA – IGP-DI, publicado pela Fundação Getúlio Vargas – FGV ou por outro indicador que o venha a substituir;
- 10.3.** Serão considerados aceitos, na forma da lei, o balanço patrimonial e demonstrações contábeis assim apresentados:
 - 10.3.1.** Sociedades regidas pela Lei nº 6.404/76 consideradas assim como Sociedades Anônimas ou S/A;
 - 10.3.2.** Registrados e arquivados na Junta Comercial da sede ou domicílio da licitante;
 - 10.3.3.** Publicados em Diário Oficial; e
 - 10.3.4.** Publicados em jornal de grande circulação; ou
 - 10.3.5.** Por fotocópia registrada ou autenticada na Junta Comercial da sede ou domicílio da licitante.
- 10.4.** Sociedades de responsabilidade limitada (LTDA):
 - 10.4.1.** Por fotocópia do livro Diário, inclusive com os Termos de Abertura e de Encerramento, devidamente autenticado na Junta Comercial da sede ou domicílio da licitante ou em outro Órgão equivalente; ou
 - 10.4.2.** Por fotocópia do Balanço e das Demonstrações Contábeis devidamente registrados ou autenticados na Junta Comercial da sede ou domicílio da licitante.
 - 10.4.3.** Apresentada por meio do sistema público de escrituração digital-SPED, sendo comprovada a autenticação dos livros pelo recibo de entrega emitido pelo

SPED, de acordo com o disposto no art. 78-A do decreto nº 1.800/1996 com a redação determinada pelo decreto nº 8.683/2019.

10.5. Sociedade criada no exercício em curso:

10.5.1. Por fotocópia do Balanço de Abertura, devidamente registrado ou autenticado na Junta comercial da sede ou domicílio da licitante.

10.5.2. A comprovação da boa situação financeira da licitante será confirmada por documento assinado pelo contador da licitante legalmente habilitado junto ao CRC (Conselho Regional de Contadores) demonstrando que a empresa apresenta, perante o seu último balanço patrimonial exigível, “Índice de Liquidez Geral (LG)”, “Índice de Solvência Geral (SG)” e “Índice de Liquidez Corrente (LC)”, segundo os valores e fórmulas de cálculo abaixo indicados:

10.5.2.1. Índice de Liquidez Corrente (ILC) IGUAL OU SUPERIOR A 1,00, calculado pela fórmula abaixo:

$$ILC = \frac{AC}{PC}$$

PC

Índice de Solvência Geral (SG) IGUAL OU SUPERIOR A 1,00, calculado pela fórmula abaixo:

$$SG = \frac{AT}{PC + PELP}$$

Índice de Liquidez Geral (ILG) IGUAL OU SUPERIOR A 1,00, calculado pela fórmula a seguir:

$$ILG = \frac{AT}{PC + PELP}$$

Legenda:

AC = Ativo Circulante

PC = Passivo Circulante

ARLP = Ativo Realizável a Longo Prazo

PELP = Passivo Exigível a Longo Prazo

AT = Ativo Total

10.6. JUSTIFICATIVA ÍNDICES CONTÁBEIS – os índices contábeis indicados neste edital são os mais utilizados nas contratações públicas e não caracterizam restrição à participação, de acordo com a jurisprudência do Tribunal de Contas do Estado de

Minas Gerais (Representação n. 775.293. Rel. Conselheira Adriene Andrade. Sessão do dia 17/03/2009; Recurso Ordinário 808.260. Rel. Conselheira Adriene Andrade. Sessão do dia 01/06/2011 Tribunal Pleno).

- 10.7.** Declaração assinada por contador atestando os índices acima calculados.
- 10.8.** Além das declarações do item 6.11 o licitante deve assinar no sistema eletrônico as seguintes DECLARAÇÕES:
- 10.8.1.** que não incorre nas condições impeditivas do art. 14º da lei 14.133/21.
 - 10.8.2.** estar enquadrado como ME/EPP/Cooperativa, conforme a Lei Complementar nº 123/2006, cujos termos declara conhecer na íntegra, estando apto, portanto, a exercer o direito de preferência, sob as penas da lei;
 - 10.8.3.** que não possui no quadro societário, servidor público da ativa, da administração direta ou indireta da contratante e dos municípios, em atendimento à vedação disposta no inciso XII do artigo 18 da Lei Federal nº 12.708/2012, sendo da sua inteira responsabilidade a fiscalização desta vedação;
- 10.9.** Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.
- 10.10.** Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.
- 10.11.** Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para (Lei 14.133/21, art. 64, e IN 73/2022, art. 39, §4º):
- 10.11.1.** complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e
 - 10.11.2.** atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas.

- 10.12.** Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital.
- 10.13.** Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.
- 10.14.** A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação (art. 4º do Decreto nº 8.538/2015).
- 10.15.** Quando a fase de habilitação anteceder a de julgamento e já tiver sido encerrada, não caberá exclusão de licitante por motivo relacionado à habilitação, salvo em razão de fatos supervenientes ou só conhecidos após o julgamento.
- 10.16.** As Certidões que não possuem prazo de validade, somente serão aceitas com data de emissão não superior a 90 (noventa) dias consecutivos de antecedência da data de abertura da sessão deste Pregão.
- 10.17.** Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital;
- 10.18.** Após julgamento da proposta, será aberto o prazo de 2 (duas) horas para os(as) licitantes vencedores(as) para envio dos documentos de Habilitação conforme estabelecido no inciso II, Art 63 da Lei 14.133/2021.
- 10.19.** Quanto aos documentos relativos à regularidade fiscal e trabalhista, também serão aceitas certidões positivas com efeito de negativa.
- 10.20.** Para fins de habilitação, é facultada ao Pregoeiro Responsável a verificação de documento cuja validade possa ser confirmada via Internet, desde que, na fase de habilitação, a sua verificação seja possível em sítios eletrônicos de órgãos e entidades das esferas municipal, estadual e federal, emissores de certidões, devendo ser tais documentos juntados ao processo. Todavia, ficará sob sua inteira responsabilidade a acessibilidade aos ditos documentos, podendo a impossibilidade de realização da consulta acarretar sua inabilitação.

11. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

- 11.1.** Homologado o resultado da licitação, o licitante mais bem classificado terá o prazo de 05 (cinco) dias, contados a partir da data de sua convocação, para assinar a Ata de Registro de Preços, cujo prazo de validade encontra-se nela fixado, sob pena de decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.
- 11.2.** O prazo de convocação poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, mediante solicitação do licitante mais bem classificado ou do fornecedor convocado, desde que:
- 11.2.1.** a solicitação seja devidamente justificada e apresentada dentro do prazo; e
 - 11.2.2.** a justificativa apresentada seja aceita pela Administração.
- 11.3.** A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no sistema de registro de preços.
- 11.4.** Serão formalizadas tantas Atas de Registro de Preços quantas forem necessárias para o registro de todos os itens constantes no Termo de Referência, com a indicação do licitante vencedor, a descrição do(s) item(ns), as respectivas quantidades, preços registrados e demais condições.
- 11.5.** A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.
- 11.6.** Na hipótese de o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidas, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

12. DO RECURSO E DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

- 12.1.** As despesas correrão na dotação orçamentária designada por cada município.
- 12.2.** Os valores estimados de preços por município participante será para 12 (doze) meses e ou 24 (vinte e quatro) meses, caso o CIMINAS, resolva prorrogar a ATA, nas formas do artigo 84º da lei federal 14.133/2021.

13. DOS RECURSOS

- 13.1.** Caso ocorra a inversão de fases, os licitantes poderão apresentar recursos após a fase de habilitação e após a fase de julgamento das propostas.
- 13.2.** A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 13.3.** Serão abertos prazos de manifestação de intenção de recurso em dois momentos, o primeiro após a fase de disputa, e o segundo após a fase de habilitação, as manifestações da fase de disputa serão analisadas após findo o prazo de manifestação na fase de habilitação conforme Art 40 da IN 73/2022.
- 13.4.** O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.
- 13.5.** Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:
- 13.5.1.** a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;
 - 13.5.2.** O prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 10 (dez) minutos.
 - 13.5.3.** O prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;
 - 13.5.4.** Na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no § 1º do art. 17 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação da ata de julgamento.
- 13.6.** Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.
- 13.7.** O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.
- 13.8.** Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

- 13.9.** O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.
- 13.10.** O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.
- 13.11.** O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.
- 13.12.** Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados na sede da CIMINAS.
- 14. DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO E DO CONTRATANTE:**
- 14.1. OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO**
- 14.1.1.** A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes no Edital, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto.
- 14.1.2.** Realizar a entrega dos itens na forma preceituada pelo Edital de Licitação, observadas as especificações técnicas declinadas neste Termo de Referência.
- 14.1.3.** Efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no Termo de Referência e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes de no mínimo: marca, fabricante, modelo, procedência e prazo de garantia ou validade.
- 14.1.4.** Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990).
- 14.1.5.** Descrever sua proposta obedecendo às especificações constantes deste Termo de Referência, bem como demais informações necessárias ao perfeito entendimento do conteúdo.
- 14.1.6.** Substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado neste Termo de Referência, o objeto com avarias ou defeitos.

14.1.7. É de responsabilidade da Contratada vencedora todas as despesas e encargos trabalhistas, fiscais, comerciais, tributários e previdenciários, decorrentes da execução dos serviços.

14.1.8. A Contratada deverá fornecer mensalmente ao CIMINAS um **relatório detalhado dos quantitativos dos itens fornecidos ou serviços executados durante o período**. Este relatório é essencial para o controle, acompanhamento da execução contratual e gestão dos recursos.

14.1.8.1. O relatório mensal deverá conter, no mínimo, as seguintes informações para cada item/serviço prestado:

14.1.8.1.1. Identificação do Item/Serviço: Código, descrição completa e unidade de medida.

14.1.8.1.2. Quantitativo Fornecido/Executado no Mês: A quantidade exata de cada item entregue ou serviço realizado no período de referência.

14.1.8.1.3. Quantitativo Acumulado no Contrato: A soma total dos quantitativos do item/serviço desde o início da vigência do contrato.

14.1.8.1.4. Local(is) de Entrega/Execução: O(s) município(s) ou local(is) específico(s) onde o fornecimento/serviço ocorreu.

14.1.8.1.5. Data(s) de Entrega/Execução: As datas em que cada fornecimento/serviço foi realizado.

14.1.8.1.6. Saldo Contratual (se aplicável): A quantidade restante de cada item/serviço a ser fornecida/executada, considerando o total contratado.

14.1.8.2. O relatório deverá ser apresentado em formato digital - planilha eletrônica compatível com Microsoft Excel, até o dia 10 (dez) do mês subsequente ao da prestação dos serviços ou fornecimento dos itens.

14.1.8.3. A ausência ou apresentação inadequada do relatório poderá ensejar retenção de pagamento e/ou aplicação das sanções contratuais cabíveis.

14.2. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

14.2.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com o Edital e este termo de referência.

14.2.2. Comunicar a empresa vencedora de todas e quaisquer ocorrências relacionadas com o objeto, rejeitando, no todo ou em parte, o bem entregue ou executado fora da especificação deste Termo de Referência.

- 14.2.3.** Pagar a importância correspondente, após a entrega dos veículos pela Contratada vencedora, no prazo pactuado, mediante notas fiscais, devidamente atestadas.
- 14.2.4.** Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Edital e seus anexos.
- 14.2.5.** Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo.
- 14.2.6.** Comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido.
- 14.2.7.** Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de servidor especialmente designado.
- 14.2.7.1.** Nos termos do art. 117 Lei nº 14.133/21, a execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada por 1 (um) ou mais fiscais do contrato, representantes da Administração especialmente designados conforme requisitos estabelecidos no art. 7º da citada Lei, ou pelos respectivos substitutos, sendo permitida a contratação de terceiros para assisti-los e subsidiá-los com informações pertinentes a essa atribuição.
- 14.2.7.2.** A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 120 da Lei nº 14.133/21.
- 14.2.7.3.** O representante da Administração Solicitante anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.
- 14.2.7.4.** A Administração solicitante não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Termo de Contrato, bem como

por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

15. DAS CONSIDERAÇÕES GERAIS:

- 15.1.** Caberá à CONTRATADA refazer a entrega dos produtos licitados (sem ônus para a contratante) sempre que os produtos estiverem em desacordo com as especificações deste termo de referência.

16. DA GESTÃO DO CONTRATO

- 16.1.** O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.
- 16.2.** Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de entrega será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.
- 16.3.** As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.
- 16.4.** O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.
- 16.5.** Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.
- 16.6.** As exigências e a atuação da fiscalização em nada restringem a responsabilidade única, integral e exclusiva da licitante vencedora, no que concerne à execução do objeto.
- 16.7.** Será competente para acompanhar, fiscalizar, conferir e autorizar o objeto desta licitação os fiscais designados nos futuros Contratos dos respectivos municípios aderentes observados as legislações vigentes.
- 16.8.** Na ocorrência de atrasos na entrega, a CONTRATANTE poderá aplicar as penalidades previstas na lei e no edital de convocação.

- 16.9.** A fiscalização do objeto desta licitação ficará a cargo do município contratante, juntamente com o técnico responsável que será designado para tal finalidade, observados as legislações vigentes.

17. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

- 17.1.** Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

- 17.1.1.** deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a pregoeiro/a durante o certame.

- 17.2.** Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não manter a proposta em especial quando:

- 17.2.1.** não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

- 17.2.2.** recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

- 17.2.3.** pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou

- 17.2.4.** deixar de apresentar amostra quando solicitado;

- 17.2.5.** apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;

- 17.2.6.** não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

- 17.2.7.** recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração.

- 17.2.8.** apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação.

- 17.2.9.** fraudar a licitação.

- 17.2.10.** comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

- 17.2.10.1.** agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

- 17.2.10.2.** induzir deliberadamente a erro no julgamento;

- 17.2.10.3.** apresentar amostra falsificada ou deteriorada;

- 17.2.10.4.** praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

- 17.2.10.5.** praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013.

- 17.3.** Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem

prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

17.3.1. advertência;

17.3.2. multa;

17.3.3. impedimento de licitar e contratar e

17.3.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

17.4. Na aplicação das sanções serão considerados:

17.4.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;

17.4.2. as peculiaridades do caso concreto;

17.4.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

17.4.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública;

17.4.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

17.5. A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor do contrato licitado, recolhida no prazo máximo de **15 (quinze) dias** úteis, a contar da comunicação oficial.

17.6. Para as infrações previstas nos itens 17.1.1 e 17.2, a multa será de 0,5% a 15% do valor do contrato licitado.

17.7. Para as infrações previstas nos itens 17.2.8 e 17.2.10, a multa será de 15% a 30% do valor do contrato licitado.

17.8. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

17.9. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

17.10. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 17.2.8 e 17.2.10, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo

de 3 (três) anos.

- 17.11.** Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 17.1.1, 17.2, 17.2.8 e 17.2.10, bem como pelas infrações administrativas que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021.
- 17.12.** A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 17.2.7, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do art. 45, §4º da IN SEGES/ME n.º 73, de 2022.
- 17.13.** A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.
- 17.14.** Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.
- 17.15.** Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.
- 17.16.** O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

17.17. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

18. DAS CONDIÇÕES DO FORNECIMENTO E RECEBIMENTO DO OBJETO DA LICITAÇÃO

18.1. As condições de fornecimento e recebimento do objeto da licitação serão realizadas de acordo com o disposto no ANEXO I – Termo de Referência e Estudo Técnico Preliminar - ETP.

19. DO PAGAMENTO

19.1. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

19.2. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

19.3. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

19.4. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

19.5. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

20. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

20.1. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

20.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

- 20.3.** Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília/DF.
- 20.4.** A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.
- 20.5.** As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.
- 20.6.** Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.
- 20.7.** Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.
- 20.8.** O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.
- 20.9.** Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.
- 20.10.** O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, em www.licitanet.com.br e ciminhas.mg.gov.br/licitacoes.
- 20.11.** As adesões são permitidas, desde que haja a anuência do órgão gerenciador/contratante e CONTRATADA.
- 20.12.** Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:
ANEXO I - Termo de Referência
ANEXO II – Ata de Registro de Preço
ANEXO III – Minuta Contratual

Araxá/MG, 01 de outubro de 2025

MOISÉS PEREIRA CUNHA
CIMINAS

ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA

PREÂMBULO

Em atendimento às solicitações dos municípios ou órgãos e do próprio CIMINAS, por deliberação do Diretor Executivo do Consórcio Interfederativo de Minas Gerais, pessoa jurídica de direito público, de natureza autárquica, nos termos da Lei Federal nº 11.107/2005 e do Decreto Federal nº 6.017/2007, e ainda Protocolo e Estatuto inscrita no CNPJ sob o nº 19.493.732/0001-99, integra a administração indireta de todos os entes consorcia, elaboramos o presente Termo de Referência, contendo as informações necessárias para dar subsídio à instauração de procedimento licitatório, **DO TIPO MENOR PREÇO POR LOTE**, visando à futura e eventual contratação, com fulcro nos termos do Decreto Federal nº 11.462/2023, pelo Sistema de Registro de Preços (**SRP**), na observância às disposições constantes nas portarias mencionadas da CIMINAS.

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA EXECUÇÃO DE PROJETOS DE CONECTIVIDADE LÓGICA NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA EM ATENDIMENTO AOS ÓRGÃOS DEMANDANTES

Conforme exigência legal, o **CIMINAS - Consórcio Interfederativo de Minas Gerais** realizou pesquisa de preços de mercado junto aos bancos de preços que são disponibilizadas pelos entes federativos e empresas públicas, e apurou a estimativa presente na Planilha Orçamentária, para atendimento das cidades que compõem o consórcio. Os valores descritos correspondem a integral e total remuneração que será repassada à empresa contratada a qualquer título, seja de mão de obra, equipamentos, maquinário, veículos e insumos necessários à execução dos serviços conforme este Termo de Referência.

1. DA COMPRA COMPARTILHADA

- 1.1** O Consórcio Interfederativo de Minas Gerais objetivando o atendimento de demanda advindas dos municípios e órgãos, torna público o presente procedimento licitatório, tendo em vista o abastecimento e a celeridade na aquisição dos itens pleiteados.

1.2 A legislação brasileira que rege as licitações públicas autoriza a realização de licitação compartilhada por consórcio público. O tema já era disposto na Lei Federal nº 8.666/1993, art. 112, §1º, proveniente de alteração legislativa contida no âmbito da Lei 11.107/2023, que rege os consórcios públicos, e autoriza aos Consórcios Públicos a realização licitação, da qual, nos termos do edital, decorram contratos administrativos celebrados por órgãos ou entidades dos Municípios.

1.3 O Decreto Federal nº 6.017/2007, que regulamenta a Lei nº 11.107/05 e dispõe sobre normas gerais de contratação de consórcios públicos, denota que os objetivos dos consórcios públicos serão determinados pelos entes que se consorciarem, admitindo-se, entre outros, os seguintes:

- I - a gestão associada de serviços públicos;
- II - a prestação de serviços, inclusive de assistência técnica, a execução de obras e o fornecimento de bens à administração direta ou indireta dos municípios;
- III - o compartilhamento ou o uso em comum de instrumentos e equipamentos, inclusive de gestão, de manutenção, de informática, de pessoal técnico e de procedimentos de licitação e de admissão de pessoal;
- IV - a produção de informações ou de estudos técnicos.

1.3.1 Além disso, ainda no mesmo decreto explana em seu dispositivo legal:

Art. 19. Os consórcios públicos, se constituídos para tal fim, podem realizar licitação cujo edital preveja contratos a serem celebrados pela administração direta ou indireta dos entes da Federação consorciados, nos termos do § 1º do art. 112 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

1.3.2 A Lei Federal 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações e Contratos) inova ainda mais ao dispor em seu conteúdo jurídico o seguinte:

Art. 181. Os entes federativos instituirão centrais de compras, com o objetivo de realizar compras em grande escala, para atender a diversos órgãos e entidades sob sua competência e atingir as finalidades desta Lei.

Parágrafo único. No caso dos Municípios com até 10.000 (dez mil) habitantes, serão preferencialmente constituídos consórcios públicos para a realização das atividades previstas no **caput** deste artigo, nos termos da Lei nº 11.107, de 6 de abril de 2005.

- 1.4** Nesse caso, o consórcio atuará apenas como órgão gerenciador e interessado, com amparo técnico e logístico para os seus consorciados, responsabilizando-se pela condução e gerenciamento dos procedimentos licitatórios.
- 1.5** Alcançar este resultado corrobora com o papel desempenhado pelo órgão na busca incessante por melhores práticas nas compras governamentais compartilhadas, com aumento da economia de escala, celeridade e segurança, sempre em observância aos preceitos esculpidos na legislação que envolve a matéria das aquisições públicas coletivas, assunto tão prestigiado na Nova Lei de Licitações que, há muito, parece ser uma realidade para os municípios que integram o CIMINAS.
- 1.6** O CIMINAS preza atuar sempre de modo articulado com seus municípios integrantes, gerando credibilidade na gestão de suas compras, assim como conscientizando os Municípios e os órgãos a estimarem suas demandas (quantitativos anuais por lotes), o mais próximo à realidade de suas localidades, bem como fiscalizando seus contratos, aplicando penalidades se necessário e, sobretudo, zelando pela segurança jurídica em suas aquisições.
- 1.7** É necessário ter como primazia às boas práticas públicas, seja nas compras governamentais, onde a Administração Pública deve estabelecer confiança mútua em suas contratações, seja mediante seu papel regulamentador, com uma fiscalização mais atuante e efetiva participação de servidores capacitados para bem exercer suas funções.
- 1.8** Por tudo que foi dito, é notória a importância do CIMINAS para os municípios participantes, especialmente, pela articulação de alternativas para as necessidades locais, e, sobretudo, pelas demandas exitosas na área de gestão pública, neste caso especial, na administração geral. Fica assim demonstrado que a economia de escala foi bastante expressiva, não apenas por contribuir com a redução dos gastos públicos, como, também, por favorecer as demandas dos Municípios ou Órgãos do CIMINAS.

1.9 Deste modo, conclui-se que a compra compartilhada a ser realizada pelo CIMINAS é uma estratégia eficiente e eficaz, pois causa diminuição de custos e maior oferta de produto, gerando segurança na hora da execução daquilo que fora contratado, sendo indispensável para os municípios, pois causa diminuição de custos e maior oferta de produto, gerando segurança na hora da execução daquilo que fora contratado, sendo indispensável para os municípios que formalizarem a intenção de Registro de preço:

MUNICÍPIOS		DISTÂNCIA ESTIMADA DA SEDE ARAXÁ (CIMINAS)	POPULAÇÃO (Nº HAB)
1	NOVA SERRANA	241 KM	112.910
2	CAMPOS ALTOS	96 KM	13.136
3	COROMANDEL	178 KM	30.013
4	DORES DO INDAIÁ	203 KM	12.786
5	PLANURA	224 KM	11.484
6	SACRAMENTO	85 KM	27.891
7	CAMPO FLORIDO	186 KM	8.838
8	DORESÓPOLIS	225 KM	1.496
9	ESTRELA DO INDAIÁ	212 KM	2.750
10	ESTRELA DO SUL	195 KM	6.926
11	SERRA DO SALITRE	79 KM	12.210
12	PEDRINÓPOLIS	78 KM	3.404
13	PIMENTA	243 KM	8.794
14	SANTANA DA VARGEM	371 KM	6.781
15	SANTA ROSA DA SERRA	131 KM	3.476
16	SÃO GONÇALO DO ABAETÉ	248 KM	7.521
17	SÃO ROQUE DE MINAS	140 KM	7.341
18	TAPIRAÍ	148 KM	1.707
19	VARGEM BONITA	154 KM	2.206
20	CRUZEIRO DA FORTALEZA	100 KM	3.610
21	GUIMARÂNIA	123 KM	8.808
22	IGUATAMA	193 KM	6.845
23	INDIANÓPOLIS	148 KM	6.309
24	MEDEIROS	121 KM	4.040
25	TAPIRA	56 KM	4.212
TOTAL DE HABITANTES			308.568

Fonte: Censo IBGE 2022 – População estimada para 2024

2. JUSTIFICATIVA

2.1 NECESSIDADE E JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO

2.1.1 A presente contratação se justifica pela imprescindível necessidade de modernização e manutenção da infraestrutura de Tecnologia da Informação e

Comunicação (TIC) dos órgãos demandantes, garantindo a continuidade, segurança e eficiência dos serviços públicos.

2.1.2 CONECTIVIDADE LÓGICA COMO FATOR ESTRATÉGICO

2.1.2.1 Fundamento Operacional: A conectividade lógica (redes de dados, voz e vídeo) é a espinha dorsal de qualquer ambiente de TIC moderno, sendo essencial para a operação diária, o tráfego de informações, o acesso a sistemas e a comunicação interna e externa da Administração Pública.

2.1.2.2 Modernização e Inovação: É necessário implementar e manter soluções tecnológicas eficientes, integradas e seguras que suportem as demandas crescentes por troca de informações em tempo real, novos serviços digitais e tecnologias emergentes (como teletrabalho, videomonitoramento, sistemas em nuvem e voz sobre IP).

2.1.2.3 Segurança e Disponibilidade: A contratação visa assegurar a alta disponibilidade, o desempenho, a segurança e a confiabilidade da rede de dados, minimizando falhas e interrupções que possam comprometer a prestação de serviços à sociedade e a preservação dos dados e ativos de TI.

2.1.2.4 Alinhamento ao Planejamento Institucional: A demanda está em consonância com o Plano Diretor de Tecnologia da Informação (PDTI) e demais instrumentos de planejamento estratégico da Administração, visando a consolidação de uma plataforma tecnológica robusta e escalável.

2.1.3 ESCOLHA DA MODALIDADE LICITATÓRIA (PREGÃO ELETRÔNICO)

2.1.3.1 A opção pela modalidade Pregão Eletrônico se justifica por:

2.1.3.1.1 Objeto Comum: O objeto (execução de projetos de conectividade lógica, incluindo serviços e eventual aquisição de materiais) é considerado serviço comum de TIC, cujos padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos no Termo de Referência por meio de especificações usuais de mercado.

2.1.3.1.2 Vantajosidade e Celeridade: O Pregão, em sua forma eletrônica, é a modalidade mais adequada, célere e econômica para este tipo de objeto, proporcionando ampla competitividade e a obtenção da proposta mais vantajosa para a Administração, conforme preconiza a legislação.

2.1.4 JUSTIFICATIVA PARA ADOÇÃO DO SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS (SRP)

2.1.4.1 O Sistema de Registro de Preços (SRP) é a metodologia mais conveniente e oportuna para formalizar a contratação, devido às seguintes características do objeto e da demanda:

2.1.4.1.1 Caráter Eventual, Fracionado e Imprevisível: As necessidades de projetos de conectividade lógica (expansões, remanejamentos, instalações em novas unidades, manutenção corretiva) surgem de forma esporádica e nem sempre são passíveis de quantificação precisa no momento da licitação, variando em escopo e localidade ao longo do ano.

2.1.4.1.2 Atendimento a Múltiplos Órgãos (Intenção de Registro de Preços): O SRP permite que diversos órgãos e entidades (participantes ou não), com necessidades similares, utilizem a Ata, centralizando o esforço licitatório e promovendo a economia de escala, obtendo preços mais competitivos para toda a Administração.

2.1.4.1.3 Flexibilidade e Agilidade na Contratação: A Ata de Registro de Preços garante a agilidade e flexibilidade necessárias para atender às demandas de forma imediata, conforme elas surgirem, sem a necessidade de instauração de um novo processo licitatório a cada projeto ou serviço.

2.1.4.1.4 Vantagem Econômica: O SRP permite que os preços sejam registrados após um processo competitivo, garantindo que as contratações futuras sejam realizadas pelo menor preço registrado, o que comprova a vantajosidade para a Administração.

2.1.4.1.5 Não Geração de Obrigatoriedade de Contratação: A Ata de Registro de Preços não cria a obrigação de contratação, permitindo que o órgão demandante somente efetive o serviço quando e na medida exata de sua necessidade e disponibilidade orçamentária.

2.1.5 A conjugação do Pregão Eletrônico com o Sistema de Registro de Preços para a conectividade lógica é a solução que melhor atende aos princípios da eficiência, economicidade, planejamento e celeridade, garantindo que os órgãos demandantes possam manter e expandir sua infraestrutura de TIC de forma contínua e segura.

2.2 DO JULGAMENTO POR MENOR PREÇO POR LOTE

- 2.2.1 O critério de julgamento das propostas será o de **MENOR PREÇO POR LOTE**.
- 2.2.2 Será declarado vencedor o licitante que apresentar o menor preço por lote, contemplando todos os itens nele agrupados, conforme as especificações e quantitativos estabelecidos no Termo de Referência (Anexo I) e demais anexos deste Edital.
- 2.2.3 Para fins de classificação e adjudicação, serão avaliadas as propostas de preço referentes à totalidade dos itens que compõem o lote, sendo desconsideradas ofertas parciais ou que não contemplem todos os itens do lote.
- 2.2.4 O preço do lote deverá cobrir todas as despesas diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, incluindo, mas não se limitando a, custos de mão de obra, materiais, equipamentos, impostos, taxas, lucros e quaisquer outros encargos necessários à completa e perfeita execução do contrato.
- 2.2.5 O objeto será dividido em dois lotes por se tratar de uma solução composta, ou seja, não há como funcionar sem estar integrados os diversos de cada lote, pelas características de soluções desta natureza.
- 2.2.6 Dada a peculiaridade da necessidade de cada ente participante, seu desmembramento em vários itens geraria, além de impossibilidade na consecução do objeto contratual, aumento do preço e, ainda, o risco de um ou mais itens restarem fracassados, o que inviabilizaria a implementação da solução, uma vez que se trata de solução consorciada que visa atender as mais diversas demandas dos municípios consorciados.
- 2.2.7 Se cada item dos lotes for considerado e precificado separadamente, o seu valor de fornecimento aumentará sensivelmente, elevando o valor estimado da contratação.
- 2.2.8 O parcelamento do objeto em vários itens, neste caso, não se demonstra técnica e economicamente viável. A licitação para contratação deste objeto em dois lotes não tem a finalidade de reduzir o caráter competitivo da licitação, visa, tão somente, garantir a viabilidade da aquisição, e principalmente, promover ampla competição necessária em um processo licitatório.
- 2.2.9 Ademais, a administração ganha em capacidade de gestão do contrato, com instrumentos de cobrança efetiva a um único mantenedor de itens semelhantes, com esse cenário existe um único interlocutor/fiscal na gestão dos contratos e um único grupo de itens. Neste caso propicia um gerenciamento eficiente e racionalizado dos recursos públicos, reduzindo as despesas administrativas, evitando a elaboração de um número excessivo de

chamadas, homologações, extratos de contrato, além da economicidade de tempo e agilidade na aquisição dos materiais solicitados.

2.2.10 Do Fundamento legal: O objeto que trata este Termo de Referência e seu prosseguimento tem amparo legal, segundo as Normas vigentes de acordo com a Lei Federal nº 14.133/2021 e alterações.

2.3 Justificativa para a modalidade de licitação:

2.3.1 No tocante à modalidade de licitação, adotar-se-á o procedimento do PREGÃO, pois os serviços objeto deste Termo de Referência possuem padrão de desempenho e qualidade que podem ser objetivamente definidos por especificações usuais de mercado, visando preços mais competitivos. O serviço a ser contratado enquadra-se na classificação de serviços comuns, nos termos do inciso XIII, do Art. 6º da Lei 14133/2021.

2.4 Adoção de critérios de sustentabilidade:

2.4.1 Justifica-se a adoção dos critérios de sustentabilidade, pois o Estado, no desempenho de suas atividades, é também poluidor na emissão de gases de efeito estufa é responsável pelo desperdício de recursos ambientais como a água, energia e combustíveis, além de ser um consumidor potencial de produtos que agredem o meio ambiente.

2.4.2 Neste sentido, a administração deve buscar através de programas de gestão pública socioambientais, modificar os padrões de produção e consumo nos órgãos públicos, por meio de adoção de novos referenciais de desempenho e atuação, pela inserção da variável socioambiental nas contratações e atividades diárias, gerando economia de recursos públicos e fomentando a responsabilidade socioambiental nas instituições públicas.

2.4.3 Desse modo, as licitações sustentáveis, assim como a coleta seletiva solidária, a educação ambiental, uso racional dos bens públicos, bem como a promoção da melhoria do ambiente de trabalho representam algumas das ações desenvolvidas através desses programas.

2.5 Resultados esperados da contratação:

2.5.1 Com base no que foi exposto em Estudo Técnico Preliminar, destaca-se:

2.5.1.1 Abastecimento de água purificada, para todos os órgãos / setores da Administração Pública;

2.5.1.2 Melhoria na qualidade dos serviços de atendimento do público externo, fornecedores, colaboradores e a comunidade.

2.5.1.3 Espera-se que a presente contratação propicie à Administração, economicidade, eficácia, eficiência e melhor aproveitamento dos recursos materiais e financeiros disponíveis, inclusive com respeito a impactos ambientais positivos, bem como, melhoria no fornecimento do objeto, de forma a atender à necessidade da contratação.

3. DESCRIÇÃO DETALHADA DO OBJETO

3.1 O objeto da contratação deverá observar integralmente os requisitos técnicos definidos nas especificações técnicas, bem como atender aos padrões técnicos, legais e regulatórios aplicáveis, estabelecidos por órgãos competentes em âmbito regional e nacional, incluindo ANATEL, ABNT e demais normas vigentes.

4. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

4.1 O objeto contratado deverá ser fornecido e implementado em conformidade com as condições técnicas, prazos e responsabilidades descritas neste Tópico, assegurando a plena funcionalidade dos equipamentos e a continuidade dos serviços nas unidades escolares:

4.1.1 Prazo de entrega ou prestação de serviço:

4.1.1.1 O prazo de entrega do objeto ou prestação do serviço contratado é de até 90 dias para entrega dos equipamentos contados do recebimento da Ordem de Serviço ou Fornecimento, emitida pelo Gestor e/ou Fiscal do Contrato, e a instalação dos equipamentos será definida em cronograma de acordo com a quantidade de instalações a ser realizadas.

4.1.1.2 Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o prazo ou cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

4.1.2 Local de entrega ou prestação de serviço:

4.1.2.1 O objeto contratado deverá ser entregue ou prestado no endereço de acordo com a definição da CONTRATANTE.

4.1.3 Dinâmica da entrega ou prestação de serviço:

4.1.3.1 Os produtos a serem entregues devem ser acondicionados em embalagem apropriada, de forma segura, com os respectivos acessórios, com marca, manual, garantia e modelo impressos.

4.1.3.2 No caso de produtos perecíveis, o prazo de validade na data da entrega não poderá ser inferior à metade do prazo total recomendado pelo fabricante.

4.1.4 Da Garantia

- 4.1.4.1** O prazo de garantia é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).
- 4.1.4.2** O prazo de garantia contratual dos bens, complementar à garantia legal, é de, no mínimo, 60 meses, ou pelo prazo fornecido pelo fabricante, se superior, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data do recebimento definitivo do objeto.
- 4.1.4.3** A garantia será prestada com vistas a manter os equipamentos fornecidos em perfeitas condições de uso, sem qualquer ônus ou custo adicional para o Contratante.
- 4.1.4.4** A garantia abrange a realização da manutenção corretiva dos bens pelo próprio Contratado, ou, se for o caso, por meio de assistência técnica autorizada, de acordo com as normas técnicas específicas.
- 4.1.4.5** Entende-se por manutenção corretiva aquela destinada a corrigir os defeitos apresentados pelos bens, compreendendo a substituição de peças, a realização de ajustes, reparos e correções necessárias.
- 4.1.4.6** As peças que apresentarem vício ou defeito no período de vigência da garantia deverão ser substituídas por outras novas, de primeiro uso, e originais, que apresentem padrões de qualidade e desempenho iguais ou superiores aos das peças utilizadas na fabricação do equipamento.
- 4.1.4.7** Os serviços de assistência técnica da garantia deverão ser prestados nas localidades em que os equipamentos se encontrarem.
- 4.1.4.8** Uma vez notificado, o Contratado realizará a reparação ou substituição dos bens que apresentarem vício ou defeito no prazo de até 10 (dez) dias úteis, contados a partir da data de retirada do equipamento das dependências da Administração pelo Contratado ou pela assistência técnica autorizada.
- 4.1.4.9** O prazo indicado no subitem anterior, durante seu transcurso, poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, mediante solicitação escrita e justificada do Contratado, aceita pelo Contratante.
- 4.1.4.10** Na hipótese do subitem acima, o Contratado deverá disponibilizar equipamento equivalente, de especificação igual ou superior ao anteriormente fornecido, para utilização em caráter provisório pelo Contratante, de modo a garantir a continuidade dos trabalhos administrativos durante a execução dos reparos.

- 4.1.4.11** Decorrido o prazo para reparos e substituições sem o atendimento da solicitação do Contratante ou a apresentação de justificativas pelo Contratado, fica o Contratante autorizado a contratar empresa diversa para executar os reparos, ajustes ou a substituição do bem ou de seus componentes, bem como a exigir do Contratado o reembolso pelos custos respectivos, sem que tal fato acarrete a perda da garantia dos equipamentos.

4.1.5 Da Assistência Técnica

- 4.1.5.1** A assistência terá vigência mínima de 60 (sessenta) meses “on-site”, contados a partir da data do recebimento definitivo, sendo executada em qualquer dos locais onde estiverem instalados os equipamentos fornecidos à CONTRATANTE, localizados dentro dos limites territoriais do Município;
- 4.1.5.2** A garantia de funcionamento e assistência técnica será prestada sem quaisquer ônus para a CONTRATANTE, executando as medidas necessárias para a conservação, bem como os cuidados técnicos indispensáveis ao funcionamento regular e permanente dos equipamentos fornecidos pela CONTRATADA;
- 4.1.5.3** A assistência técnica dos equipamentos será de responsabilidade do Fabricante, podendo ser realizada por rede autorizada por ele. Destaca-se que todos os custos relativos a esta prestação de serviços serão de inteira responsabilidade da CONTRATADA;
- 4.1.5.4** As peças e componentes a serem utilizados deverão ser originais e aceitos pela CONTRATANTE;
- 4.1.5.5** A CONTRATADA, ou o fabricante dos equipamentos, deverá possuir Centros de Assistência Técnica, ou ainda técnicos residentes, instalados na região. Caso os Centros de Assistência Técnica sejam terceirizados, estes deverão ser classificados como assistência técnica autorizada do fabricante, qualificação essa devidamente comprovada por meio de declaração formal do fabricante do equipamento;
- 4.1.5.6** Os chamados técnicos serão classificados por grau de severidade, da seguinte forma:
- 4.1.5.6.1 Severidade 1:** Todas as falhas cujas consequências tenham impactos sobre o serviço e o tráfego e/ou recursos que exijam atenção imediata. São consideradas como “Emergência”. Por exemplo: Perda de redundância ou

situação de funcionamento parcial que possa levar à interrupção parcial ou total de serviços, perda de tráfego ou de gerência;

4.1.5.6.2 Severidade 2: Problemas que não prejudicam significativamente o funcionamento dos sistemas/serviços. São problemas graves ou perturbações que afetam uma área específica de determinada funcionalidade. Por exemplo: Reinicialização de módulos, degradação de desempenho, perda de funcionalidades;

4.1.5.6.3 Severidade 3: Solicitação de informações sobre o funcionamento dos equipamentos, possíveis configurações ou usos;

4.1.5.6.4 Os Níveis de Serviço esperados para atendimento a esses eventos se encontram na Tabela 1- Níveis de Serviço, cabendo as seguintes observações:

4.1.5.6.4.1 A classificação da severidade do evento será determinada a critério da CONTRATANTE, pela sua necessidade e pela criticidade que representa o ativo em sua rede local;

4.1.5.6.4.2 Todos os tempos especificados na Tabela 1 – Níveis de Serviço, são contados a partir da abertura do registro do chamado na Central de Atendimento do fabricante ou fornecedor;

Tabela 1 – Níveis de Serviço

TIPOS DE EQUIPAMENTOS	LOCAL DE ATENDIMENTO DOS ATIVOS DE REDE	DESCRIÇÃO	SEVERIDADE	CONFIRMAÇÃO DE ABERTURA DE O.S	TEMPO DE SOLUÇÃO EM HORAS COMERCIAL
TODOS	Municípios	Manutenção	1	30 min	24 h
			2		24 h
		Orientação	3		8 h
	Área Rural	Manutenção	1	30 min	24 h
			2		24 h
		Orientação	3		8 h
	Demais Municípios	Substituição	1	30 min	24 h
	Área Rural		1		24 h

- 4.1.5.7** Deve ser possível tanto o acionamento via número 0800, quanto via Web, disponível 24 (vinte e quatro) horas por dia, 7 (sete) dias por semana, para solução de problemas decorrentes de defeitos e falhas nos produtos ou equipamento/software, ou seja, problema decorrente de o ativo de rede não realizar uma funcionalidade especificada ou esperada;
- 4.1.5.8** O número de chamadas para atendimentos e reparos não deve ser limitado durante a vigência do contrato, a fim de solucionar as falhas descritas neste Termo de Referência;
- 4.1.5.9** Caso a CONTRATADA não consiga resolver o problema através de assistência remota, a critério da CONTRATANTE, deverá realizar uma ação On-Site para sanar o problema e reestabelecer o funcionamento normal do equipamento, sem prejuízo de atendimento dos tempos constantes na Tabela 1 - Níveis de Serviço;
- 4.1.5.10** A CONTRATADA não poderá, em nenhuma hipótese, negar-se a registrar qualquer chamado relacionado ao equipamento adquirido, desde que a solução seja de responsabilidade do fornecedor/fabricante;
- 4.1.5.11** A CONTRATADA deverá emitir Relatório de Atendimento Técnico para cada chamado de suporte técnico atendido e concluído, contendo, pelo menos, as seguintes informações:
- 4.1.5.11.1** Data e hora da abertura do chamado;
 - 4.1.5.11.2** Número de série do equipamento alvo do atendimento;
 - 4.1.5.11.3** Classificação da Severidade do chamado;
 - 4.1.5.11.4** Data e hora da chegada do técnico ao local de atendimento;
 - 4.1.5.11.5** Data e hora da resolução do problema;
 - 4.1.5.11.6** Descrição do problema, incidente ou solicitação atendida; e Procedimentos efetuados;
- 4.1.5.12** No caso de substituição de equipamento defeituoso, o equipamento substituto deverá ser, obrigatoriamente, da mesma marca e de modelo igual ou superior, de forma a atender a todos os requisitos descritos neste Termo de Referência, observando-se, ainda, os procedimentos administrativos pertinentes para o adequado controle patrimonial pelas partes, sendo necessário informar ao Gestor do Contrato demais informações pertinentes;
- 4.1.5.13** Será efetuada, sem ônus para a CONTRATANTE, a troca de todas e quaisquer partes, peças e equipamentos que se revelarem defeituosas, independentemente da causa, época ou do tipo de defeito, exceto nos

casos comprovados pela CONTRATADA, em que o defeito tenha sido decorrente de mau uso, imperícia, imprudência ou negligência dos usuários ou em consequência de caso fortuito ou de força maior. Nesses casos, a CONTRATADA deverá notificar a CONTRATANTE, que providenciará a aquisição das peças para reparo do equipamento, não se configurando hipóteses de perda da vigência da GARANTIA de funcionamento e Assistência Técnica;

- 4.1.5.14** A CONTRATADA deverá substituir definitivamente o equipamento danificado, sem ônus para a CONTRATANTE, caso os vícios constatados não sejam sanados no período de 24 (vinte e quatro) horas comerciais, após esgotado o período de manutenção constante na Tabela 1 - Níveis de Serviço;
- 4.1.5.15** A CONTRATADA não poderá utilizar peças reconcondicionadas para efeito de manutenção dos equipamentos fornecidos. Em casos excepcionais, quando constatada falta de componentes novos, a CONTRATADA poderá utilizar, temporariamente, componentes usados, por prazo acordado e autorizado pela CONTRATANTE;
- 4.1.5.16** A CONTRATADA deve garantir que os meios de armazenamento, magnéticos ou óticos, utilizados pelos técnicos estejam livres de quaisquer programas que possam causar danos à integridade e a confidencialidade dos dados;
- 4.1.5.17** Caso constatado que os prejuízos causados aos equipamentos foram provocados por técnicos da CONTRATADA, a mesma estará obrigada a realizar manutenção corretiva gratuita, observando os mesmos prazos estabelecidos neste projeto;
- 4.1.5.18** Decorrido os prazos previstos na Tabela 1 – Níveis de Serviço, sem o atendimento devido, fica a CONTRATANTE autorizada a penalizar a CONTRATADA dentro dos parâmetros explicitados neste Termo de Referência, respeitado o direito ao contraditório e ampla defesa;
- 4.1.5.19** As justificativas, devidamente fundamentadas, aceitas pelo Gestor e pelo Fiscal Técnico do Contrato, poderão anular a incidência de glosas e advertências na aplicação do Nível de Serviço Mínimo;
- 4.1.5.20** A CONTRATADA deverá estabelecer um procedimento de escalonamento técnico e hierárquico para os casos de falhas classificadas como Severidade 1 não solucionadas nos prazos definidos, com ciência imediata da CONTRATANTE.

4.1.6 Da garantia dos Ativos de Rede (hardware e software)

- 4.1.6.1** A CONTRATADA deve garantir que os equipamentos fornecidos são apropriados para suportar as condições climáticas, conforme características exigidas nas especificações técnicas constantes neste Termo de Referência;
- 4.1.6.2** A CONTRATADA deverá garantir o pleno funcionamento dos Ativos de Rede, prestando o serviço de garantia remoto e On-Site (quando, a critério da CONTRATANTE, for necessário), por um período de 60 (sessenta) meses, contados a partir da data de emissão do Termo de Aceite Definitivo;
- 4.1.6.3** A CONTRATADA deve garantir o funcionamento dos equipamentos, considerados isoladamente ou interligados aos demais, de acordo com as características descritas nos manuais e nas especificações aplicáveis, de forma que o restante dos equipamentos se mantenha em condições normais de operação;
- 4.1.6.4** A CONTRATADA deve garantir, ainda, a qualidade e o funcionamento de cada uma das partes dos ativos de rede, isoladamente ou interligados aos demais, de acordo com as características descritas neste Termo de Referência, em manuais e com as especificações aplicáveis, ressalvados os casos de operação inadequada ou incorreta por parte da CONTRATANTE. Para tanto, serão considerados os eventos descritos conforme o grau de severidade. Na dúvida quanto à aplicação desse critério de classificação caberá à CONTRATANTE fazê-lo de acordo com o grau de impacto que vier a trazer para o serviço ou cliente afetado;

4.1.7 Garantia de Hardware

- 4.1.7.1** A troca de qualquer unidade defeituosa deverá ser realizada no prazo de até 16 horas comerciais após diagnóstico realizado pela CONTRATADA, a contar dos prazos estabelecidos na Tabela 1 – Níveis de Serviço;

4.1.8 Garantia de Software

- 4.1.8.1** A CONTRATADA deve disponibilizar, sem quaisquer custos adicionais à CONTRATANTE, a atualização de novas versões do software(s) e firmware(s) fornecido(s), decorrentes da evolução funcional ou correções do(s) anteriormente fornecido(s), durante todo o prazo da garantia;
- 4.1.8.2** Cabe à CONTRATADA informar, por intermédio de mensagem eletrônica, o plano para instalação de novas versões e atualizações, com planejamento de riscos e giveback, caso algum dos riscos sejam

iminentes. Ainda deverá informar se será possível a execução imediata ou necessário agendar. Bem como, realizar controle de versões, caso seja necessário proceder downgrade de versão/atualização. Destaca-se que por nova versão, entende-se aquela que, mesmo sendo comercializada com novo nome, número de versão ou marca, retenha as funcionalidades exigidas na presente especificação técnica;

4.1.8.3 A CONTRATANTE reserva-se o direito de aceitar ou não atualizações no(s) software(s) ou em parte dele;

4.1.8.4 A CONTRATADA, no caso da atualização de equipamento para corrigir falhas apresentadas, deve se responsabilizar pelos custos envolvidos, inclusive os relacionados a eventuais trocas de hardware;

4.1.8.5 A CONTRATADA deve garantir que uma nova versão do(s) software(s) ou firmware(s) contenha todas as funções das versões anteriores e que a introdução desta não prejudique a interoperabilidade da rede;

4.1.8.6 A CONTRATADA deve garantir a independência entre a correção de defeitos (patches) e a geração de novas versões do software, desde que não acarrete ônus adicional à CONTRATANTE, em função da necessidade de atualização de componente para suportar nova versão do software;

4.1.8.7 A CONTRATADA deverá garantir o correto funcionamento de todo software instalado no equipamento durante um período de garantia de 60 (sessenta) meses, a contar da data do Termo de Aceite Definitivo;

4.1.8.8 Durante todo o período de garantia, a CONTRATADA obriga-se a substituir, recuperar e/ou modificar os softwares e firmwares instalados, sem ônus de qualquer natureza à CONTRATANTE, nos casos comprovados de mau funcionamento, de modo a ajustá-los aos resultados que atendam às especificações técnicas solicitadas para o equipamento;

4.1.9 Do descumprimento dos Níveis de Serviço e Penalidades

4.1.9.1 O descumprimento, total ou parcial, das obrigações assumidas pela CONTRATADA, concernente ao não atendimento aos Níveis de Serviço da Tabela 1– Níveis de Serviço, resguardados os procedimentos legais pertinentes e sem prejuízo das demais sanções cabíveis, poderá acarretar as penalidades constantes na **Tabela 2 – Descumprimento dos Níveis de Serviço e Penalidades**;

4.1.9.2 A reincidência no descumprimento dos níveis de serviço por parte da CONTRATADA, em prazo inferior a 90 dias corridos, poderá ensejar a aplicação de penalidade agravada, conforme Tabela 2 deste TR

Tabela 2 – Descumprimento dos Níveis de Serviço e Penalidades

Severidade	Descrição	Penalidades
1	Até 4 (quatro) horas comerciais de atraso, além do prazo indicado na Tabela 1 – Níveis de Serviço.	Multa de 0,2% (zero vírgula dois por cento) por hora comercial atrasada sobre o valor do equipamento.
	Superior à 4 (quatro) horas comerciais e inferior ou igual a 8 (oito) horas comerciais de atraso, além do prazo indicado na Tabela 1 – Níveis de Serviço.	Multa de 0,4% (zero vírgula quatro por cento) por hora comercial atrasada sobre o valor do equipamento, sem prejuízo do item anterior.
	Superior à 8 (oito) horas comerciais, além do prazo indicado na Tabela 1 – Níveis de Serviço	Multa de 0,6% (zero vírgula seis por cento) por hora comercial atrasada sobre o valor do equipamento, sem prejuízo do item anterior.
2	Até 8 (oito) horas comerciais de atraso, além do prazo indicado na Tabela 1 – Níveis de Serviço.	Multa de 0,1% (zero vírgula um por cento) por hora comercial atrasada sobre o valor do equipamento.
	Superior à 8 (oito) horas comerciais e inferior ou igual a 16 (dezesesseis) horas comerciais de atraso, além do prazo indicado na Tabela 1 – Níveis de Serviço.	Multa de 0,2% (zero vírgula dois por cento) por hora comercial atrasada sobre o valor do equipamento, sem prejuízo do item anterior.
	Superior à 16 (dezesesseis) horas comerciais de atraso, além do prazo indicado na Tabela 1 – Níveis de Serviço.	Multa de 0,3% (zero vírgula três por cento) por hora comercial atrasada sobre o valor do equipamento, sem prejuízo do item anterior.
3	Até 8 (oito) horas comerciais de atraso, além do prazo indicado na Tabela 1 – Níveis de Serviço.	Multa de 0,1% (zero vírgula um por cento) por hora comercial atrasada sobre o valor do equipamento.
	Superior à 8 (oito) horas comerciais e inferior ou igual a 16 (dezesesseis) horas comerciais de atraso, além do prazo indicado na Tabela 1 – Níveis de Serviço.	Multa de 0,2% (zero vírgula dois por cento) por hora comercial atrasada sobre o valor do equipamento, sem prejuízo do item anterior.
	Superior à 16 (dezesesseis) horas comerciais de atraso, além do prazo indicado na Tabela 1 – Níveis de Serviço.	Multa de 0,3% (zero vírgula três por cento) por hora comercial atrasada sobre o valor do equipamento, sem prejuízo do item anterior.

Tabela 3 – Mecanismos Formais de Comunicação

Função de Comunicação 01:	Recebimento Provisório			
Documento	Emissor	Destinatário	Meio	Periodicidade
Termo de Recebimento Provisório	Contratante	Contratada	Papel e/ou Eletrônico	N/A
Função de Comunicação 02:	Recebimento Definitivo			

Documento	Emissor	Destinatário	Meio	Periodicidade
Termo de Recebimento Definitivo	Contratante	Contratada	Papel e/ou Eletrônico	N/A
Função de Comunicação 03:	Pagamento			
Documento	Emissor	Destinatário	Meio	Periodicidade
Nota Fiscal Eletrônica	Contratada	Contratante	Papel e/ou Eletrônico	N/A
Função de Comunicação 04:	Garantia on-site por 60 meses			
Documento	Emissor	Destinatário	Meio	Periodicidade
Termo de Garantia	Contratada	Contratante	Papel e/ou Eletrônico	N/A
Função de Comunicação 06:	Suporte Técnico, Manutenção, Atualização de Firmware em Garantia			
Documento	Emissor	Destinatário	Meio	Periodicidade
Chamado de suporte	Contratante	Contratada	E-mail e/ou sistema <i>online</i> e telefone	N/A
Função de Comunicação 05:	Notificação de penalidades			
Documento	Emissor	Destinatário	Meio	Periodicidade
Ofício de Notificação de Penalidade	Contratante	Contratada	Ofício	N/A

4.1.10 Do Prazo e Local de Entrega

- 4.1.10.1** Os equipamentos descritos neste Termo de Referência deverão ser entregues sob demanda, a partir do recebimento da Ordem de Fornecimento, conforme modelo previsto no Anexo II – Modelo de Ordem de Fornecimento, deste Termo de Referência;
- 4.1.10.2** A Ordem de Fornecimento indicará a quantidade, os locais de entrega e o responsável pelo recebimento;
- 4.1.10.3** A CONTRATADA terá o prazo de 90 (noventa) dias para a entrega dos equipamentos solicitados, a contar da data de emissão da Ordem de Fornecimento;

4.1.11 Da Metodologia de Avaliação da Qualidade

Identificação	Etapas / Fase / Item	Método de avaliação
1	Recebimento da Proposta	Verificação de conformidade da proposta com os requisitos e planilha de formação de preços.
2	Entrega dos Equipamentos	Verificação das especificações técnicas dos equipamentos, conforme este Termo de Referência e datasheet do fabricante.

3	Abertura de Chamados	Cumprimento dos prazos de atendimento, solução provisória e solução definitiva.
4	Suporte Técnico em Garantia On- Site	Apresentação de solução eficiente e eficaz quando da abertura dos chamados de suporte técnico, conforme prazos estipulados no Nível Mínimo de Serviço.

5. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

5.1 Responsabilidade do Fornecedor

- 5.1.1 O acompanhamento da execução contratual será realizado por meio de um modelo de gestão baseado em papéis definidos e atribuições formais.
- 5.1.2 O fornecedor é integralmente responsável pela correta execução do objeto contratado, sem prejuízo do poder-dever de fiscalização da Administração.
- 5.1.3 O Fornecedor será responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros em razão da execução do contrato, e não excluirá nem reduzirá essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pela Administração.

5.2 COMUNICAÇÃO

- 5.2.1 As comunicações entre o órgão ou entidade e o Fornecedor serão realizadas por escrito, admitindo-se o uso de notificação ou mensagem eletrônica registrada no sistema destinada a esse fim, realizadas pelo Gestor do Contrato, ou seu respectivo substituto, formalmente designado.

5.3 REUNIÃO INICIAL DO CONTRATO

- 5.3.1 Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa Fornecedor para reunião inicial para apresentação do Plano de Gestão do Contrato, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução do Fornecedor, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

5.4 REGISTRO DE OCORRÊNCIAS

- 5.4.1 Todas as ocorrências relevantes relacionadas à execução do contrato deverão ser registradas formalmente pelo Gestor ou Fiscais no sistema, com detalhamento do fato, partes envolvidas, prazo de regularização e eventual recomendação.

5.5 GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

- 5.5.1 O contrato será acompanhado pelo Gestor e Fiscal do Contrato, ou seus respectivos substitutos, formalmente designados nos termos do Decreto estadual nº 10.216, de 14 de fevereiro de 2023, responsáveis pela fiscalização, acompanhamento e verificação da perfeita execução contratual,

em todas as fases até a finalização do contrato.

5.5.2 O Gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato e será responsável pela comunicação com representantes do Fornecedor, nos termos do art. 22 do Decreto estadual nº 10.216, de 14 de fevereiro de 2023.

5.5.3 O Gestor do contrato coordenará as atividades relacionadas à fiscalização técnica, administrava e setorial, aos atos preparatórios à instrução processual e encaminhará a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos relativos à alteração, prorrogação ou rescisão contratual ou para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções.

5.6 FISCALIZAÇÃO TÉCNICA

5.6.1 O Fiscal Técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração, segundo suas atribuições descritas em documento competente.

5.6.2 O Fiscal Técnico acompanhará o contrato com o objetivo de avaliar a execução do objeto nas condições contratuais e, se for o caso, aferir se a quantidade, a qualidade, o tempo e o modo da prestação ou da execução do objeto estão compatíveis com os indicadores estabelecidos no edital para o pagamento, com possibilidade de solicitar o auxílio ao Fiscal Administrativo ou Setorial, e ainda informar ao gestor do contato, em tempo hábil, a ocorrência relevante que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência ou a existência de riscos quanto à conclusão da execução do objeto contratado que estão sob sua responsabilidade.

5.7 FISCALIZAÇÃO ADMINISTRATIVA

5.7.1 O Fiscal Administrativo do contrato acompanhará os aspectos administrativos contratuais quanto às obrigações previdenciárias, fiscais e trabalhistas e ao controle do contrato no que se refere a revisões, reajustes, repactuações e providências nas hipóteses de inadimplemento.

5.8 VERIFICAÇÃO DA MANUTENÇÃO DAS CONDIÇÕES DE HABILITAÇÃO DO FORNECEDOR

5.8.1 O Fornecedor deverá manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições exigidas para a habilitação na licitação, ou para a qualificação, na contratação direta.

- 5.8.2** Constatando-se a situação de irregularidade do Fornecedor, o Gestor deverá notificar o Fornecedor para que, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, por motivo justo e a critério da Administração.
- 5.8.3** Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a Administração deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual por meio de processo administrativo, assegurado ao Fornecedor o contraditório e a ampla defesa.
- 5.8.4** Havendo a efetiva execução do objeto durante o prazo concedido para a regularização, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato.

5.9 CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

5.9.1 O objeto contratado será recebido nas seguintes condições:

5.9.1.1 Recebimento do objeto

- 5.9.1.1.1** Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) fiscal do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.
- 5.9.1.1.2** Os produtos ou serviços serão recebidos definitivamente, no prazo de 10 dias, contados do recebimento provisório, pelo Fiscal do Contrato, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação, mediante Termo de Recebimento Definitivo, das condições exigidas no Termo de Referência.
- 5.9.1.1.3** O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.
- 5.9.1.1.4** O Recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade do Fornecedor pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.
- 5.9.1.1.5** Na hipótese de o recebimento definitivo não ser realizado no prazo fixado sem qualquer comunicação ao Fornecedor, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento no dia do esgotamento do prazo.

- 5.9.1.1.6** No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei Federal nº 14.133, de 01 de abril de 2021, com a devida comunicação à empresa para emissão da nota fiscal correspondente à parcela incontroversa da execução do objeto, para fins de liquidação e pagamento.
- 5.9.1.1.7** O prazo para a solução, por parte do Fornecedor, de inconsistências na execução do objeto, de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para fins de contagem do prazo do recebimento definitivo.
- 5.9.1.1.8** O mero recebimento sumário de produtos pela equipe de almoxarifado, com a respectiva assinatura de canhoto da nota fiscal, não implicará em recebimento provisório e/ou definitivo do objeto do contrato, os quais serão formalizados por meio de documento próprio pelo respectivo fiscal do contrato.

5.10 PRAZO PARA CORREÇÃO DE DEFEITOS

- 5.10.1** Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando forem identificadas não conformidades com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta da CONTRATADA.
- 5.10.2** Nesses casos, os bens rejeitados deverão ser substituídos às expensas exclusivas da CONTRATADA, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contados da data da notificação formal, sem prejuízo da aplicação das penalidades cabíveis previstas neste contrato.

5.11 ATESTO DA EXECUÇÃO DO OBJETO

- 5.11.1** Recebida a nota fiscal ou documento de cobrança equivalente, o prazo para fins de atesto da execução do objeto será de até 10 (dez) dias corridos.
- 5.11.2** Havendo erro na nota fiscal ou circunstância impeditiva da liquidação da despesa, o prazo de atesto ou de liquidação será suspenso ("sobrestado"), reiniciando-se apenas após a comprovação da regularização da pendência, sem qualquer ônus à Administração.

5.11.3 Nenhum pagamento será efetuado ao Fornecedor enquanto perdurar pendência na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente.

6. RELAÇÃO DE PRODUTOS E SERVIÇOS:

6.1 A descrição completa dos itens relacionados na tabela orçamentária:

LOTE 1- MATERIAL - CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA EXECUÇÃO DE PROJETOS DE CONECTIVIDADE LÓGICA NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA EM ATENDIMENTO AOS ÓRGÃOS DEMANDANTES

Item	Qtde	Unidade	Cód.	Descrição Material	Vr. Unit.	Vr. Total
001	480,0000	unidade	22666	<p>NOBREAK. NOBREAK: ESPECIFICAÇÕES DE ENTRADA: Tensão de entrada: Bivolt automático 115V / 220V, 50/60 Hz com detecção automática; Frequência de operação: 50/60 Hz com detecção automática. ESPECIFICAÇÕES DE SAÍDA: Tensão de saída: Monovolt 115V; Potência nominal de saída: mínimo de 600 VA; Fator de potência: $\geq 0,7$; Forma de onda de saída: Senoidal pura. CONECTIVIDADE E INSTALAÇÃO: Mínimo de 6 tomadas ou bornes no padrão NBR 14.136; Cabo de força incluso, com comprimento mínimo de 1,5 metro. RECURSOS FUNCIONAIS: Função de autoteste automático ao ser ligado, com verificação dos circuitos internos e estado da bateria; Porta fusível externa, com espaço para acomodar 1 fusível reserva. Bateria Interna: Mínimo de 1 banco de bateria selada 12V/7Ah; Bateria recarregável e livre de manutenção. Gabinete: Gabinete incluso, com estrutura compatível e segura para acomodação do circuito e da bateria. Conformidade Ambiental e de Segurança: Conformidade com a Resolução CONAMA nº 237/2007 (licenciamento ambiental); Atendimento à Resolução CONAMA nº 401/2008 (limites de substâncias nocivas em baterias); Conformidade com a diretiva RoHS (Restrição de Substâncias Perigosas). CONSIDERAÇÕES TÉCNICAS: O nobreak especificado (600 VA, 420 W reais) possui capacidade adequada para alimentação de um único switch PoE com potência máxima de até 360 W, considerando margem para operação dos circuitos internos e picos de consumo. A utilização de múltiplos switches PoE ou dispositivos adicionais conectados simultaneamente ao mesmo nobreak pode exceder sua capacidade de fornecimento de energia, comprometendo sua autonomia e funcionamento adequado. Para locais com mais de um switch ou consumo superior a 420 W, deverá ser instalado um nobreak adicional, de acordo com o dimensionamento da carga total instalada. Garantia: A garantia mínima para o nobreak deverá ser de 12 (doze) meses, cobrindo defeitos de fabricação e falhas nos componentes internos, incluindo a bateria.</p>	9.190,8700	4.411.617,60
				PONTO DE ACESSO EXTERNO PONTO DE ACESSO	8.678,7500	69.430.000,00

002	8.000,0000	unidade	22668	<p>EXTERNO: REQUISITOS GERAIS: O fabricante deve constar no Quadrante Mágico do Gartner mais recente – “Infraestrutura de Acesso a LAN com e sem fio”; Certificação ANATEL válida; O Certificado deverá ser entregue preferencialmente junto aos Documentos de Habilitação Técnica. Caso o dispositivo ainda não tenha sido homologado, deverá ser anexado o comprovante de solicitação de homologação junto a Anatel. E deverá estar homologado no momento da entrega. Certificação Wi-Fi Alliance (subcategoria Enterprise/Service Provider Access Point, Switch/Controller or Router); O dispositivo deve ser certificado como Wi-Fi 7 (802.11be) pela Wi-Fi Alliance, constando na lista oficial de interoperabilidade. Deve ser do mesmo fabricante da solução de gerenciamento e totalmente licenciado para operação com ela; Todas as licenças necessárias para funcionalidade e gerenciamento devem estar incluídas. Todos os itens, sejam hardware ou software, deverão ser integrados pelo próprio fabricante do equipamento, não sendo aceito, portanto, equipamentos em regime OEM, customizações ou apenas cessão de direitos limitados.</p>		
003	480,0000	unidade	22669	<p>PONTO DE ACESSO INTERNO PONTO DE ACESSO INTERNO: REQUISITOS GERAIS: O fabricante deve estar listado no Quadrante Mágico do Gartner mais recente para “Infraestrutura de Acesso a LAN com e sem fio”; O produto deve possuir certificação ANATEL válida; O Certificado deverá ser entregue preferencialmente junto aos Documentos de habilitação Técnica. Caso o equipamento ainda não esteja homologado, deverá ser anexado o comprovante de solicitação de homologação. A homologação deverá estar concluída no momento da entrega. O ponto de acesso deve possuir certificação Wi-Fi CERTIFIED 7 da Wi-Fi Alliance, na subcategoria Enterprise/Service Provider Access Point, Switch/Controller or Router; O dispositivo deve ser certificado como Wi-Fi 7 (802.11be) pela Wi-Fi Alliance, constando na lista oficial de interoperabilidade. Deve ser do mesmo fabricante da solução de gerenciamento proposta e licenciado para uso completo com esta solução; Todas as licenças necessárias para funcionalidades e gerenciamento devem estar incluídas. Todos os itens, sejam hardware ou software, deverão ser integrados pelo próprio fabricante do equipamento, não sendo aceito, portanto, equipamentos em regime OEM, customizações ou apenas cessão de direitos limitados. Suporte simultâneo às bandas de 2.4 GHz, 5 GHz e 6 GHz. Suporte a largura de canal de até 320 MHz, sendo obrigatório o suporte a 160 MHz. Suporte a modulação 4K-QAM (4096-QAM) Suporte a Preamble Puncturing (uso parcial de canais com interferência). Suporte a MLO (Multi-Link Operation) para comunicação simultânea em múltiplas bandas/canais. O ponto de acesso deve suportar alocação simultânea de múltiplas unidades de recurso (Multi-RU), com base nos padrões IEEE 802.11ax e 802.11be, para comunicação eficiente com múltiplos clientes; Suporte a DFS (dynamic frequency selection); O ponto de acesso deverá suportar ACC (Advanced Cellular Coexistence) ou tecnologia equivalente, com o objetivo de minimizar interferências provenientes de redes móveis (ex: 4G/5G); O ponto de acesso deve suportar IEEE 802.11r (Fast Roaming), garantindo transição rápida entre APs para clientes móveis; INSTALAÇÃO FÍSICA E</p>	9.810,0000	69.430.000,00

				<p>SEGURANÇA: Montagem em parede e teto, com acessórios incluídos; Compatível com sistema antifurto tipo Kensington ou similar; Deve impedir a remoção não autorizada (ex: cabo de segurança com chave); Antenas internas, fixas (não removíveis); Suporte a PoE IEEE 802.3af/at ou superior; Temperatura operacional mínima de 50°C; LED(s) indicativo(s) de status de operação; Interface de rede mínima de 2.5Gbps Base-T e uma porta adicional mínima de 10M/100M/1000M Base-T, ambas com função de uplink. RECURSOS DE REDE: Suporte a VLANs IEEE 802.1Q (mínimo de 15 VLANs); DHCP (cliente) e IP estático; Suporte a SNMPv2c/v3 e NETCONF, com traps; Compatível com IPv4 e IPv6. SEGURANÇA E CRIPTOGRAFIA: Suporte a WPA2, WPA3 (personal e enterprise), IEEE 802.1X, TKIP, AES, SAE; Suporte a chave compartilhada exclusiva (ex: PPSK, Identity PSK, MPMK etc.); Controle de acesso por MAC Address; Suporte a captive portal com autenticação via HTTPS. Suporte a autenticação customizável e compatível com Google Workspace, Microsoft EntraID; Não deverá existir limite de usuários para qualquer método de autenticação Recursos de reconhecimento e bloqueio de aplicações (com licença incluída durante o período da garantia, se necessário); Capacidade de marcação/priorização de tráfego (QoS por aplicação). CAPACIDADE E DESEMPENHO: MIMO 2x2 em 2.4GHz e 5GHz e MIMO 4x4 em 6 GHz com taxas mínimas de 574 Mbps, 1.2 Gbps e 8 Gbps, respectivamente; Suporte a no mínimo 1200 clientes simultâneos por AP, 400 por rádio. Compatível com IEEE 802.11a/b/g/n/ac/ax; Capacidade de definir no mínimo 36 SSIDs com opção de ocultação; Seleção automática de canal e ajuste dinâmico de potência; Antenas internas com ganho mínimo de 4 dBi (2.4GHz) e 5 dBi (5GHz) e 5 dBi(6GHz); O equipamento deve possuir potência mínima de transmissão de 23 dBm para cada uma das frequências suportadas (2.4 GHz, 5 GHz e 6 GHz), com possibilidade de ajuste por banda, respeitando os limites regulamentares da ANATEL para operação indoor; Deve possuir slot USB 2.0 tipo A. Suporte a operação Mesh. GARANTIA: Garantia de 60 (sessenta) meses do fabricante, padrão 8x5xNBD (Next Business Day).</p>		
004	480,0000	unidade	22670	<p>RACK RACK: Tipo: Rack fechado, padrão 19", para montagem de equipamentos de infraestrutura de rede. UTILIZAÇÃO: Acomodação de switches, access points controladoras, equipamentos ativos e passivos de rede. ESTRUTURA: Fabricado em aço com acabamento resistente à corrosão (pintura eletrostática ou similar); Capacidade: no mínimo 6U (unidades de rack); O rack de parede deverá ser construído com chapas de aço de alta resistência mecânica, com espessura mínima de 1,2 mm em sua estrutura principal, devidamente tratadas contra oxidação (fosfatização e pintura eletrostática a pó). A estrutura deverá ser projetada para suportar uma carga superior a soma da carga de todos os equipamentos instalados no rack, sem deformações permanentes ou desalinhamentos ao longo do tempo. O projeto mecânico do rack deverá garantir a distribuição uniforme da carga e o reforço nas áreas de fixação, inclusive com dobras estruturais, pontos de reforço ou travessas internas. Devem ser fornecidos pontos de fixação adequados para parede com buchas e parafusos de alta resistência,</p>	722,7500	346.920,00

				compatíveis com alvenaria ou estrutura metálica, e com suporte mínimo equivalente ao peso máximo do rack + 30% de margem de segurança. O fabricante deverá apresentar documentação técnica comprovando a capacidade de carga estática do produto (ficha técnica, laudo de ensaio ou certificação equivalente). Garantia mínima: 12 (doze) meses. Dimensões mínimas externas: Profundidade: 50 cm; Largura: 55 cm; Altura: 36 cm. CARACTERÍSTICAS CONSTRUTIVAS E FUNCIONAIS: Porta frontal: Em vidro temperado ou acrílico, com sistema de travamento por fecho lingueta com chave e segredo individual; Chapa traseira perfurada com sistema de fixação em parede por parafusos (deve acompanhar kit completo para montagem e desmontagem); Tampas laterais removíveis com fecho rápido (travas); Ventilação natural: Aletas de ventilação em áreas estratégicas; Passagem de cabos: Recortes reguláveis na parte inferior e superior; Planos de fixação: 2 réguas verticais (frontal e traseira) padrão 19", ajustáveis em profundidade; Acessórios inclusos: Kit completo de porcas-gaiola e parafusos compatíveis com a capacidade total de ocupação do rack.		
005	480,0000	unidade	22671	SWITCH POE 24 PORTAS 2.5GBPS SWITCH POE 24 PORTAS 2.5GBPS: 1 UN 2.000 SWITCH POE 24 PORTAS 2.5GBPS REQUISITOS GERAIS O Fabricante do equipamento deve estar listado no relatório do Gartner mais atual – "Quadrante Mágico para Infraestrutura de Acesso a LAN com e sem fio"; O produto deve possuir certificação válida da ANATEL; O equipamento deve acompanhar todas as licenças necessárias para habilitação de funcionalidades e gerenciamento completo. Todos os itens, sejam hardware ou software, deverão ser integrados pelo próprio fabricante do equipamento, não sendo aceito, portanto, equipamentos em regime OEM, customizações ou apenas cessão de direitos limitados. CARACTERÍSTICAS FÍSICAS E ELÉTRICAS: O switch deve possuir no mínimo 24 portas RJ45 2.5 Gigabit ou superior PoE com suporte aos padrões IEEE 802.3af/at ou superior (PoE+), com potência total mínima para alimentar o total de portas de serviço com 802.3at. 4 (quatro) portas SFP+ (10 Gbps), compatíveis com transceptores padrão 10GBASE-LR; OU BiDi (10GBASE-BX10) Fornecimento de 2 (dois) transceivers monomodo 10GBASE-LR (10 Gbps), do mesmo fabricante do equipamento ofertado; OU Fornecimento par de transceivers monomodo BiDi (10GBASE-BX10) de 10 Gbps com conector LC simplex, do mesmo fabricante do equipamento ofertado; Os transceivers devem ser originais de fábrica, homologados e compatíveis com os slots SFP+ do próprio equipamento. O equipamento deve possuir, no mínimo, duas portas SFP+ dedicadas exclusivamente para empilhamento físico ou lógico, que não utilizem nem comprometam as portas SFP+ de uplink O cabo de empilhamento apropriado deve ser fornecido junto ao equipamento. Montagem em rack 19", ocupando 1U, com todos os acessórios necessários; Fonte de alimentação redundante modular hot swap bivolt (100–240V, 50/60Hz) com detecção automática; Temperatura operacional: 0 a 50°C; Armazenamento: -40 a 70°C; Umidade operacional: 10%–90% (sem condensação); LED indicativo de status das portas e da fonte de alimentação; Porta	746,1300	358.142,40

			<p>console (RJ-45, USB ou RS-232) com cabo incluso; Possuir porta USB 2.0 tipo A com função de transferência de arquivos. Acompanha cabo de alimentação, guia de instalação e kit de montagem. DESEMPENHO E CAPACIDADE: Comutação mínima: 200 Gbps, sem considerar banda de empilhamento. taxa mínima de encaminhamento de pacotes deve ser de 140 Mpps, visando garantir alto desempenho em ambientes com tráfego intenso e utilização de recursos como VLANs, ACLs, QoS; CAPACIDADE DE MAC ADDRESS: mínimo 32.000; 1.3.4. Capacidade de implementar 1.024 Interfaces-Vlan; Suporte a Jumbo Frames (9KB); MÉTODO DE COMUTAÇÃO: Store-and-Forward. FUNCIONALIDADES DE REDE E SEGURANÇA: Suporte a IEEE 802.1X, 802.1d, 802.1w, 802.1Q (mínimo 4.000 VLANs simultâneas), proteção de loop, BPDU guard, root guard; QoS com mínimo de 8 filas por porta, com suporte a prioridade estrita, classificação baseada em CoS (802.1p) e DSCP; Suporte a IGMP v1/v2/v3 snooping e PIM (SM, DM, SSM); Dual Stack IPv4/IPv6 com roteamento e ACLs (mínimo 1.500 IPv4 e 1.500 IPv6); Autenticação via RADIUS, TACACS(ou similar do fabricante), MAC e 802.1X, com suporte a AAA completo; Filtros de tráfego: IP/MAC origem/destino, portas TCP/UDP, VLAN, camada 2; Limitação de MAC por porta, com proteção contra "MAC flapping"; O equipamento deve implementar mecanismos de segurança de camada 2, incluindo: Proteção contra ataques ARP (ARP Poisoning); Mitigação de ataques DoS em plano de controle e dados; Root Protection, BPDU Guard e Loop Guard no protocolo Spanning Tree (STP). Suporte aos protocolos de camada de rede em IPv4 e IPv6: rota estática, OSPF e BGP. Capacidade de 8.000 rotas IPv4 e 3.000 rotas IPv6. Agregação de links: mínimo 128 grupos com 8 portas cada (IEEE 802.3ad / LACP); Controle de fluxo conforme IEEE 802.3x (full duplex); Implementa Voice VLAN; Espelhamento de portas; Suporte a DHCP Client, DHCP Relay e DHCP Server; Gerenciamento via GUI, CLI, SSHv2, HTTPS, SNMP (v1, v2, v3); Suporte a NTP ou SNTP; Suporte a Syslog; Suporte a LLDP e LLDP-MED; Suporte a pelo menos um dos protocolos para transferência de arquivos: TFTP/FTP/SFTP/SCP; Suporte a roteamento estático em IPv4 e IPv6, com funcionalidades básicas de Layer 3 (ACLs, VLAN routing e VRRP) O equipamento deve possuir, no mínimo, 2 GB de memória RAM e 1 GB de memória flash, para suportar de forma eficiente múltiplos arquivos de configuração, imagens de firmware, armazenamento temporário de logs e demais operações de gerenciamento; 1.5. Garantia mínima de 60 meses, padrão 8x5xNBD (Next Business Day).</p>	
Valor Total Estimado:				79.255.480,00

LOTE 2- SERVIÇOS- CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA EXECUÇÃO DE PROJETOS DE CONECTIVIDADE LÓGICA NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA EM ATENDIMENTO AOS ÓRGÃOS DEMANDANTES

Item	Qtde	Unidade	Cód.	Descrição Material	Vr. Unit.	Vr. Total
001	480,0000	unidade	22667	SERVIÇOS DE INSTALAÇÃO DE SWITCH.: SERVIÇOS DE INSTALAÇÃO DE SWITCH: O serviço compreende todas as atividades necessárias para colocar o switch em pleno funcionamento, incluindo, mas não se limitando a: Instalação física no rack padrão 19", com fixação adequada e uso de acessórios compatíveis; Conectorização de cabos ópticos e metálicos (par trançado), com identificação física nos patch panels e/ou racks; Alimentação elétrica do equipamento conforme especificações do fabricante; Configuração de rede de camada 2 (ex: VLANs, agregação de links/LACP, spanning tree, QoS básica); Configuração de rede de camada 3, quando aplicável (ex: IPs de gerenciamento, roteamento estático, gateways, VRRP, DHCP Relay); Configuração de segurança (ACLs, 802.1X, autenticação RADIUS/TACACS, SNMPv3, SSH); Atualização de firmware para a versão homologada mais recente pelo fabricante; Integração com sistema de gerenciamento e monitoramento da rede (se aplicável); Execução de testes de conectividade (ping, tráfego entre VLANs, uplink com roteador/core); Empilhamento lógico e físico dos switches (quando previsto), com balanceamento de carga e priorização; Documentação pós-instalação contendo: topologia lógica, IPs configurados, VLANs ativas, versão de firmware, e demais parâmetros aplicados; Suporte técnico inicial para operação assistida durante o aceite técnico. Suporte técnico inicial para operação assistida durante o aceite técnico.	1.426,6700	684.801,60
002	8.160,0000	unidade	22672	SERVIÇO DE INSTALAÇÃO PONTO DE ACESSO.: SERVIÇO DE INSTALAÇÃO PONTO DE ACESSO: CABEAMENTO ESTRUTURADO: Execução de ponto de rede com cabo UTP categoria 6a (CAT.6a), instalado do patch panel até o access point; Fornecimento e instalação completos dos materiais; Todos os cabos devem ser identificados nas duas extremidades com etiqueta impressa; Sobra técnica mínima de 30 cm de cabo nas caixas de terminação; Lances de cabeamento horizontal não devem ultrapassar 90 metros; Todos os cabos devem ser instalados sem tração ou curvaturas excessivas; Conexão das tomadas RJ-45 fêmea conforme o padrão EIA/TIA 568-A; Para distâncias superiores a 100 metros, deve-se utilizar fibra óptica para interligação dos switches e APs externos; Infraestrutura em eletrodutos aparentes de aço galvanizado, respeitando diâmetro conforme NBR vigente quando não especificado em projeto; Todas as tomadas e pontos devem ser identificados com etiquetas adesivas numeradas. INSTALAÇÃO FÍSICA E ELÉTRICA: Instalação física dos equipamentos (rack, nobreak, switches, access points internos e externos), conforme planejamento validado; Implantação da infraestrutura elétrica e lógica, incluindo fornecimento de patch cords de manobra; Recomposição de danos em alvenaria, pintura e recortes inerentes aos serviços realizados. Planejamento, configuração e comissionamento:	2.343,3300	19.121.572,80

				<p>Realizar visita técnica prévia em cada unidade, para avaliação e alinhamento de escopo</p> <p>Configuração lógica e física completa dos equipamentos conforme projeto (VLANs, SSIDs, controle de acesso, etc.);</p> <p>Instalações devem garantir cobertura mínima de sinal de -70 dBm nas áreas designadas, conforme vistoria e diretrizes técnicas;</p> <p>Testes de funcionamento devem ser realizados com acompanhamento da unidade;</p> <p>Qualificação técnica: possuir ao menos 01 (um) profissional certificado pelo fabricante dos equipamentos e soluções instaladas.</p>		
003	100,0000	unidade	22673	<p>TREINAMENTO: OBJETIVO: Capacitar a equipe quanto à operação, administração e configuração completa da solução fornecida (incluindo switches, access points, sistema de gerenciamento e demais componentes), conforme escopo contratado. FORMATO E CARGA HORÁRIA: O treinamento deverá ter duração mínima de 40 (quarenta) horas; Poderá ser realizado presencialmente ou remotamente (ao vivo), conforme necessidade ou restrições da CONTRATANTE; Será ministrado em língua portuguesa; Dividido em duas turmas de no máximo 5 (cinco) alunos cada, totalizando 10 participantes. Instrutor e conteúdo: O instrutor deverá ser certificado pelo fabricante da solução ofertada.:</p> <p>TREINAMENTO: OBJETIVO: Capacitar a equipe quanto à operação, administração e configuração completa da solução fornecida (incluindo switches, access points, sistema de gerenciamento e demais componentes), conforme escopo contratado.</p> <p>FORMATO E CARGA HORÁRIA:</p> <p>O treinamento deverá ter duração mínima de 40 (quarenta) horas;</p> <p>Poderá ser realizado presencialmente ou remotamente (ao vivo), conforme necessidade ou restrições da CONTRATANTE;</p> <p>Será ministrado em língua portuguesa;</p> <p>Dividido em duas turmas de no máximo 5 (cinco) alunos cada, totalizando 10 participantes.</p> <p>Instrutor e conteúdo:</p> <p>O instrutor deverá ser certificado pelo fabricante da solução ofertada;</p>	4.006,6700	400.667,00

004	112.600,0000	unidade mês	22674	<p>SERVIÇOS DE NOC (NETWORK OPERATIONS CENTER) PARA MONITORAMENTO PROATIVO DE TIC: A Prestação dos serviços compreenderá o monitoramento proativo dos ativos de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC) por meio de um NOC (Network Operations Center), com a utilização das ferramentas de monitoramento. Os Serviços De Noc (Network Operations Center) Para Monitoramento Proativo De Tic serão executados de forma remota em regime de 24 (vinte quatro) horas por dia, 07 (sete) dias por semana, 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias por ano, durante todo o período de vigência do contrato; Os serviços serão cobrados mensalmente com base na quantidade de itens monitorados.: SERVIÇOS DE NOC (NETWORK OPERATIONS CENTER) PARA MONITORAMENTO PROATIVO DE TIC: A Prestação dos serviços compreenderá o monitoramento proativo dos ativos de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC) por meio de um NOC (Network Operations Center), com a utilização das ferramentas de monitoramento. Os Serviços De Noc (Network Operations Center) Para Monitoramento Proativo De Tic serão executados de forma remota em regime de 24 (vinte quatro) horas por dia, 07 (sete) dias por semana, 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias por ano, durante todo o período de vigência do contrato; Os serviços serão cobrados mensalmente com base na quantidade de itens monitorados.</p>	219,3300	24.696.558,00
005	112.600,0000	unidade mês	22675	<p>SERVIÇOS DE SUPORTE TÉCNICO PARA OS EQUIPAMENTOS DE REDE.: SERVIÇOS DE SUPORTE TÉCNICO PARA OS EQUIPAMENTOS DE REDE: Os Serviços suporte e administração dos ativos de rede deverão ser prestados remotamente, atendendo os níveis de serviços estabelecidos nesse certame. Os serviços serão cobrados mensalmente com base na quantidade de itens suportados pelo período de 60 meses. Os serviços de suporte e administração dos ativos de rede deverão compreender obrigatoriamente os seguintes as seguintes atividades Atendimento técnico em regime de suporte N1, N2 e N3 para resolução de incidentes e problemas relacionados aos equipamentos de rede. Atendimento remoto conforme necessidade, e garantindo o atendimento dentro dos prazos estabelecidos (SLA). Abertura e gerenciamento de chamados junto aos fabricantes dos equipamentos, quando necessário. Atualização periódica do firmware dos switches e access points contratados, garantindo a aplicação de patches de segurança e melhorias de performance. Realização de manutenções preventivas programadas, visando otimizar o desempenho e prolongar a vida útil dos equipamentos. Revisão periódica das políticas de segurança aplicadas aos dispositivos, incluindo a configuração de VLANs, controle de acesso e QoS. Manter a disponibilidade dos serviços e do ambiente de rede de acordo com os níveis de serviço exigidos neste Termo de Referência; Implementação e ajuste de políticas de rede (como VLANs, roteamento, segurança) conforme a necessidade e evolução do ambiente. Documentação detalhada das configurações aplicadas e do ambiente de rede, atualizada periodicamente.</p>	157,4800	17.732.248,00

			<p>Configurar ativos de rede, manter rotas e segurança dos ativos, para atender as necessidades de conectividade. Disponibilização de equipe técnica em regime de prontidão para atendimento a incidentes críticos que impactem a operação da rede.</p> <p>Ação corretiva para isolamento e mitigação de falhas, minimizando o impacto na operação.</p> <p>Emissão de relatório pós-incidente detalhado, contendo as causas raiz, as ações corretivas adotadas e recomendações para evitar recorrências.</p> <p>Avaliação periódica da infraestrutura de rede para recomendação de ajustes e melhorias de acordo com a evolução tecnológica e necessidades específicas</p> <p>Proposição de otimizações no design da rede, garantindo alta disponibilidade, redundância e escalabilidade do ambiente.</p> <p>Configurar e administrar as Redes Sem fio.</p> <p>Levantar as necessidades de reestruturação das redes, corporativas, de forma a atender os níveis de disponibilidade da rede.</p> <p>Prestar suporte e análise técnica na implantação de novos protocolos de redes de dados, imagem e etc.</p> <p>Administrar e gerenciar os ativos de redes apresentados no certame.</p> <p>Prestar suporte a rede WAN seguindo as práticas de segurança definidas pelo CONTRATANTE e as melhores práticas.</p> <p>Garantir plena conectividade entre os elementos da rede corporativa, zelando pelo perfeito funcionamento de seus componentes.</p> <p>Atuar em conjunto com a equipe de monitoramento para avaliar o desempenho da dos equipamentos suportados, acompanhando o fluxo operacional em cada segmento, e atuar proativamente para diagnosticar, analisar e resolver problemas de conectividade.</p> <p>Administrar ferramentas utilizadas para prestar o suporte aos ativos monitorados e atuar no gerenciamento dos ativos.</p> <p>Analisar a topologia de rede sugerindo alterações que visem eliminar pontos de falha.</p> <p>Manter a documentação da rede e os desenhos das topologias de redes WAN atualizados e completos.</p> <p>Atender a chamados encaminhados pelas equipes de monitoramento ou da contratante, visando sempre manter o ambiente em conformidade com as recomendações recebidas.</p> <p>Elaborar relatórios técnicos que subsidiem a contratante no gerenciamento dos ativos suportados.</p> <p>Abrir chamados técnicos com os fabricantes e/ou fornecedores do serviço de suporte sempre que necessário; Manter a infraestrutura de rede atualizada com as últimas tecnologias e inovações, incluindo revisões de topologia, Suporte ao tratamento de incidentes relacionados aos serviços prestados.</p>		
VALOR TOTAL ESTIMADO					62.635.847,40

7. DA ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS PARA O PROJETO DE CONECTIVIDADE PARA AS ESCOLAS, POSTOS DE SAÚDE, HOSPITAIS, DELEGACIAS E CENTROS ADMINISTRATIVOS:

7.1 DOS TIPOS DE EQUIPAMENTOS, ACESSÓRIOS E SERVIÇOS

LOTE	ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA
1	1	SWITCH POE 24 portas 2.5Gbps	Unidade
	2	Ponto de acesso Interno	Unidade
	3	Ponto de acesso Externo	Unidade
	4	Rack	Unidade
	5	Nobreak	Unidade
2	1	Serviços de Instalação de Switch	Unidade
	2	Serviço de instalação Ponto de Acesso	Unidade
	3	Treinamento	Unidade
	4	Serviços De Noc (Network Operations Center) Para Monitoramento Proativo De Tic	Unidade/Mês
	5	Serviços de suporte técnico para os equipamentos de rede.	Unidade/Mês

7.2 LOTE 1

7.2.1 ITEM 1 – SWITCH DE ACESSO

7.2.1.1 Requisitos Gerais

7.2.1.1.1 O Fabricante do equipamento deve estar listado no relatório do Gartner mais atual – “Quadrante Mágico para Infraestrutura de Acesso a LAN com e sem fio”;

7.2.1.1.2 O produto deve possuir certificação válida da ANATEL;

7.2.1.1.3 O equipamento deve acompanhar todas as licenças necessárias para habilitação de funcionalidades e gerenciamento completo.

7.2.1.1.4 Todos os itens, sejam hardware ou software, deverão ser integrados pelo próprio fabricante do equipamento, não sendo

aceito, portanto, equipamentos em regime OEM, customizações ou apenas cessão de direitos limitados.

7.2.1.2 Características Físicas e Elétricas:

- 7.2.1.2.1** O switch deve possuir no mínimo 24 portas RJ45 2.5 Gigabit ou superior PoE com suporte aos padrões IEEE 802.3af/at ou superior (PoE+), com potência total mínima para alimentar o total de portas de serviço com 802.3at.
- 7.2.1.2.2** 4 (quatro) portas SFP+ (10 Gbps), compatíveis com transceptores padrão 10GBASE-LR; OU BiDi (10GBASE-BX10)
- 7.2.1.2.3** Fornecimento de 2 (dois) transceivers monomodo 10GBASE-LR (10 Gbps), do mesmo fabricante do equipamento ofertado;
- 7.2.1.2.4** OU Fornecimento par de transceivers monomodo BiDi (10GBASE-BX10) de 10 Gbps com conector LC simplex, do mesmo fabricante do equipamento ofertado; <em validação>
- 7.2.1.2.5** Os transceivers devem ser originais de fábrica, homologados e compatíveis com os slots SFP+ do próprio equipamento.
- 7.2.1.2.6** O equipamento deve possuir, no mínimo, duas portas SFP+ dedicadas exclusivamente para empilhamento físico ou lógico, que não utilizem nem comprometam as portas SFP+ de uplink exigidas no item 2.2.2. O cabo de empilhamento apropriado deve ser fornecido junto ao equipamento.
- 7.2.1.2.7** Montagem em rack 19", ocupando 1U, com todos os acessórios necessários;
- 7.2.1.2.8**
- 7.2.1.2.9** Fonte de alimentação redundante modular hot swap bivolt (100–240V, 50/60Hz) com detecção automática;
- 7.2.1.2.10**
- 7.2.1.2.11** Temperatura operacional: 0 a 50°C; Armazenamento: -40 a 70°C;
- 7.2.1.2.12**
- 7.2.1.2.13** Umidade operacional: 10%–90% (sem condensação);

- 7.2.1.2.14 LED indicativo de status das portas e da fonte de alimentação;
- 7.2.1.2.15 Porta console (RJ-45, USB ou RS-232) com cabo incluso;
- 7.2.1.2.16 Possuir porta USB 2.0 tipo A com função de transferência de arquivos.
- 7.2.1.2.17 Acompanha cabo de alimentação, guia de instalação e kit de montagem.
- 7.2.1.3 **Desempenho e Capacidade:**
 - 7.2.1.3.1 Comutação mínima: 200 Gbps, sem considerar banda de empilhamento.
 - 7.2.1.3.2 A taxa mínima de encaminhamento de pacotes deve ser de 140 Mpps, visando garantir alto desempenho em ambientes com tráfego intenso e utilização de recursos como VLANs, ACLs, QoS;
 - 7.2.1.3.3 Capacidade de MAC Address: mínimo 32.000
 - 7.2.1.3.4 Capacidade de implementar 1.024 Interfaces-Vlan;
 - 7.2.1.3.5 Suporte a Jumbo Frames (9KB);
 - 7.2.1.3.6 Método de comutação: Store-and-Forward.
 - 7.2.1.3.7 Funcionalidades de Rede e Segurança:
 - 7.2.1.3.7.1 Suporte a IEEE 802.1X, 802.1d, 802.1w, 802.1Q (mínimo 4.000 VLANs simultâneas), proteção de loop, BPDU guard, root guard;
 - 7.2.1.3.7.2 QoS com mínimo de 8 filas por porta, com suporte a prioridade estrita, classificação baseada em CoS (802.1p) e DSCP;
 - 7.2.1.3.7.3 Suporte a IGMP v1/v2/v3 snooping e PIM (SM, DM, SSM);
 - 7.2.1.3.7.4 Dual Stack IPv4/IPv6 com roteamento e ACLs (mínimo 1.500 IPv4 e 1.500 IPv6);
 - 7.2.1.3.7.5 Autenticação via RADIUS, TACACS(ou similar do fabricante), MAC e 802.1X, com suporte a AAA completo;
 - 7.2.1.3.7.6 Filtros de tráfego: IP/MAC origem/destino, portas TCP/UDP, VLAN, camada 2;
 - 7.2.1.3.7.7 Limitação de MAC por porta, com proteção contra "MAC flapping";
- 7.2.1.4 O equipamento deve implementar mecanismos de segurança de camada 2, incluindo:
 - 7.2.1.4.1 Proteção contra ataques ARP (ARP Poisoning);
 - 7.2.1.4.2 Mitigação de ataques DoS em plano de controle e dados;

- 7.2.1.4.3** Root Protection, BPDU Guard e Loop Guard no protocolo Spanning Tree (STP).
- 7.2.1.4.4** Suporte aos protocolos de camada de rede em IPv4 e IPv6: rota estática, OSPF e BGP.
- 7.2.1.4.5** Capacidade de 8.000 rotas IPv4 e 3.000 rotas IPv6.
- 7.2.1.5** Agregação de links: mínimo 128 grupos com 8 portas cada (IEEE 802.3ad / LACP);
- 7.2.1.6** Controle de fluxo conforme IEEE 802.3x (full duplex);
- 7.2.1.7** Implementa Voice VLAN;
- 7.2.1.8** Espelhamento de portas;
- 7.2.1.9** Suporte a DHCP Client, DHCP Relay e DHCP Server;
- 7.2.1.10** Gerenciamento via GUI, CLI, SSHv2, HTTPS, SNMP (v1, v2, v3);
- 7.2.1.11** Suporte a NTP ou SNTP;
- 7.2.1.12** Suporte a Syslog;
- 7.2.1.13** Suporte a LLDP e LLDP-MED;
- 7.2.1.14** Suporte a pelo menos um dos protocolos para transferência de arquivos: TFTP/FTP/SFTP/SCP;
- 7.2.1.15** Suporte a roteamento estático em IPv4 e IPv6, com funcionalidades básicas de Layer 3 (ACLs, VLAN routing e VRRP) 2.4.20. O equipamento deve possuir, no mínimo, 2 GB de memória RAM e 1 GB de memória flash, para suportar de forma eficiente múltiplos arquivos de configuração, imagens de firmware, armazenamento temporário de logs e demais operações de gerenciamento;
- 7.2.1.16** Garantia mínima de 60 meses, padrão 8x5xNBD (Next Business Day).

7.2.2 ITEM 2 – PONTO DE ACESSO INTERNO

7.2.2.1 Requisitos Gerais:

- 7.2.2.1.1** O fabricante deve estar listado no Quadrante Mágico do Gartner mais recente para “Infraestrutura de Acesso a LAN com e sem fio”;
- 7.2.2.1.2** O produto deve possuir certificação ANATEL válida;

- 7.2.2.1.3** O Certificado deverá ser entregue preferencialmente junto aos Documentos de Habilitação Técnica.
- 7.2.2.1.4** Caso o equipamento ainda não esteja homologado, deverá ser anexado o comprovante de solicitação de homologação. A homologação deverá estar concluída no momento da entrega.
- 7.2.2.1.5** O ponto de acesso deve possuir certificação Wi-Fi CERTIFIED 7 da Wi-Fi Alliance, na subcategoria Enterprise/Service Provider Access Point, Switch/Controller or Router;
- 7.2.2.1.6** O dispositivo deve ser certificado como Wi-Fi 7 (802.11be) pela Wi-Fi Alliance, constando na lista oficial de interoperabilidade.
- 7.2.2.1.7** Deve ser do mesmo fabricante da solução de gerenciamento proposta e licenciado para uso completo com esta solução;
- 7.2.2.1.8** Todas as licenças necessárias para funcionalidades e gerenciamento devem estar incluídas.
- 7.2.2.1.9** Todos os itens, sejam hardware ou software, deverão ser integrados pelo próprio fabricante do equipamento, não sendo aceito, portanto, equipamentos em regime OEM, customizações ou apenas cessão de direitos limitados.
- 7.2.2.1.10** Suporte simultâneo às bandas de 2.4 GHz, 5 GHz e 6 GHz.
- 7.2.2.1.11** Suporte a largura de canal de até 320 MHz, sendo obrigatório o suporte a 160 MHz.
- 7.2.2.1.12** Suporte a modulação 4K-QAM (4096-QAM)
- 7.2.2.1.13** Suporte a Preamble Puncturing (uso parcial de canais com interferência).
- 7.2.2.1.14** Suporte a MLO (Multi-Link Operation) para comunicação simultânea em múltiplas bandas/canais.

- 7.2.2.1.15** O ponto de acesso deve suportar alocação simultânea de múltiplas unidades de recurso (Multi-RU), com base nos padrões IEEE 802.11ax e 802.11be, para comunicação eficiente com múltiplos clientes;
- 7.2.2.1.16** Suporte a DFS (dynamic frequency selection);
- 7.2.2.1.17** O ponto de acesso deverá suportar ACC (Advanced Cellular Coexistence) ou tecnologia equivalente, com o objetivo de minimizar interferências provenientes de redes móveis (ex: 4G/5G);
- 7.2.2.1.18** O ponto de acesso deve suportar IEEE 802.11r (Fast Roaming), garantindo transição rápida entre APs para clientes móveis;

7.2.2.2 Instalação Física e Segurança:

- 7.2.2.2.1** Montagem em parede e teto, com acessórios incluídos;
- 7.2.2.2.2** Compatível com sistema antifurto tipo Kensington ou similar;
- 7.2.2.2.3** Deve impedir a remoção não autorizada (ex: cabo de segurança com chave);
- 7.2.2.2.4** Antenas internas, fixas (não removíveis);
- 7.2.2.2.5** Suporte a PoE IEEE 802.3af/at ou superior;
- 7.2.2.2.6** Temperatura operacional mínima de 50°C;
- 7.2.2.2.7** LED(s) indicativo(s) de status de operação;
- 7.2.2.2.8** Interface de rede mínima de 2.5Gbps Base-T e uma porta adicional mínima de 10M/100M/1000M Base-T, ambas com função de uplink.

7.2.2.3 Recursos de Rede:

- 7.2.2.3.1** Suporte a VLANs IEEE 802.1Q (mínimo de 15 VLANs);
- 7.2.2.3.2** DHCP (cliente) e IP estático;
- 7.2.2.3.3** Suporte a SNMPv2c/v3 e NETCONF, com traps;
- 7.2.2.3.4** Compatível com IPv4 e IPv6.

7.2.2.4 Segurança e Criptografia:

- 7.2.2.4.1** Suporte a WPA2, WPA3 (personal e enterprise), IEEE 802.1X, TKIP, AES, SAE;
- 7.2.2.4.2** Suporte a chave compartilhada exclusiva (ex: PPSK, Identity PSK, MPSK etc.);
- 7.2.2.4.3** Controle de acesso por MAC Address;
- 7.2.2.4.4** Suporte a captive portal com autenticação via HTTPS.
- 7.2.2.4.5** Suporte a autenticação customizável e compatível com Google Workspace, Microsoft EntraID;
- 7.2.2.4.6** Não deverá existir limite de usuários para qualquer método de autenticação.
- 7.2.2.4.7** Recursos de reconhecimento e bloqueio de aplicações (com licença incluída durante o período da garantia, se necessário);
- 7.2.2.4.8** Capacidade de marcação/priorização de tráfego (QoS por aplicação).

7.2.2.5 Capacidade e Desempenho:

- 7.2.2.5.1** Antenas internas com ganho mínimo de 4 dBi (2.4GHz) e 5 dBi (5GHz) e 5 dBi(6GHz);
- 7.2.2.5.2** O equipamento deve possuir potência mínima de transmissão de 23 dBm para cada uma das frequências suportadas (2.4 GHz, 5 GHz e 6 GHz), com possibilidade de ajuste por banda, respeitando os limites regulamentares da ANATEL para operação indoor;
- 7.2.2.5.3** Deve possuir slot USB 2.0 tipo A.
- 7.2.2.5.4** Suporte a operação Mesh.MIMO 2x2 em 2.4GHz e 5GHz e MIMO 4x4 em 6 GHz com taxas mínimas de 574 Mbps, 1.2 Gbps e 8 Gbps, respectivamente;
- 7.2.2.5.5** Suporte a no mínimo 1200 clientes simultâneos por AP, 400 por rádio. Compatível com IEEE 802.11a/b/g/n/ac/ax;
- 7.2.2.5.6** Capacidade de definir no mínimo 36 SSIDs com opção de ocultação;
- 7.2.2.5.7** Seleção automática de canal e ajuste dinâmico de potência;

7.2.2.6 Garantia:

- 7.2.2.6.1** Garantia de 60 (sessenta) meses do fabricante, padrão 8x5xNBD (Next Business Day).

7.2.3 ITEM 3 – PONTO DE ACESSO EXTERNO

- 7.2.3.1** O fabricante deve constar no Quadrante Mágico do Gartner mais recente – “Infraestrutura de Acesso a LAN com e sem fio”;
- 7.2.3.2** Certificação ANATEL válida;
- 7.2.3.3** O Certificado deverá ser entregue preferencialmente junto aos Documentos de Habilitação Técnica.
- 7.2.3.4** Caso o dispositivo ainda não tenha sido homologado, deverá ser anexado o comprovante de solicitação de homologação junto a Anatel. E deverá estar homologado no momento da entrega.
- 7.2.3.5** Certificação Wi-Fi Alliance (subcategoria *Enterprise/Service Provider Access Point, Switch/Controller or Router*);
- 7.2.3.6** O dispositivo deve ser certificado como Wi-Fi 7 (802.11be) pela Wi-Fi Alliance, constando na lista oficial de interoperabilidade.
- 7.2.3.7** Deve ser do mesmo fabricante da solução de gerenciamento e totalmente licenciado para operação com ela;
- 7.2.3.8** Todas as licenças necessárias para funcionalidade e gerenciamento devem estar incluídas.
- 7.2.3.9** Todos os itens, sejam hardware ou software, deverão ser integrados pelo próprio fabricante do equipamento, não sendo aceito, portanto, equipamentos em regime OEM, customizações ou apenas cessão de direitos limitados.
- 7.2.3.10** Suporte a Preamble Puncturing (uso parcial de canais com interferência).
- 7.2.3.11** Suporte a MLO (Multi-Link Operation) para comunicação simultânea em múltiplas bandas/canais.
- 7.2.3.12** O ponto de acesso deve suportar alocação simultânea de múltiplas unidades de recurso (Multi-RU), com base nos padrões IEEE 802.11ax e 802.11be, para comunicação eficiente com múltiplos clientes;
- 7.2.3.13** O ponto de acesso deverá suportar ACC (Advanced Cellular Coexistence) ou tecnologia equivalente, com o objetivo de minimizar interferências provenientes de redes móveis (ex: 4G/5G);

- 7.2.3.14** O ponto de acesso deve suportar IEEE 802.11r (Fast Roaming), garantindo transição rápida entre APs para clientes móveis;
- 7.2.3.15 Instalação Física e Condições Ambientais:**
- 7.2.3.15.1** Montagem em parede e/ou teto com todos os acessórios inclusos;
 - 7.2.3.15.2** Compatível com sistemas antifurtos (tipo Kensington ou cabo com chave);
- 7.2.3.16 Antenas internas fixas, com ganho mínimo de:**
- 7.2.3.16.1** 10 dBi em 2,4 GHz;
 - 7.2.3.16.2** 11 dBi em 5 GHz;
 - 7.2.3.16.3** 12 dBi em 6 GHz;
 - 7.2.3.16.4** Possuir grau de proteção mínima IP67.
 - 7.2.3.16.5** Temperatura operacional mínima de 65°C;
 - 7.2.3.16.6** Fonte de energia compatível: PoE (802.3af/at/bt) ou alimentação AC 100–240V (com certificações FCC, CE, RoHS);
 - 7.2.3.16.7** Deve acompanhar injetor PoE ou fonte de alimentação, caso necessário;
 - 7.2.3.16.8** LED(s) indicativo(s) de operação e status.
- 7.2.3.17 Rede e Interface:**
- 7.2.3.17.1** Mínimo de 1 (uma) interface Ethernet 2.5Gbps Base-T;
 - 7.2.3.17.2** Possuir uma interface adicional para uplink com velocidade mínima 10M/100M/1000M Base-T.
 - 7.2.3.17.3** Suporte a VLANs conforme IEEE 802.1Q (mínimo de 15 VLANs simultâneas);
 - 7.2.3.17.4** Suporte a IP estático e cliente DHCP;
 - 7.2.3.17.5** Suporte a SNMP v2c/v3 e NETCONF com envio de traps;
 - 7.2.3.17.6** Capacidade de configuração de, no mínimo, 10 SSIDs com opção de ocultação;
 - 7.2.3.17.7** Seleção automática de canal e ajuste dinâmico de potência de transmissão;
 - 7.2.3.17.8** Operação simultânea nas bandas de 2,4 GHz, 5 GHz e 6 GHz;
 - 7.2.3.17.9** Capacidade de 512 clientes por rádio
- 7.2.3.18 Segurança e Criptografia:**
- 7.2.3.18.1** Suporte aos padrões WPA2, WPA3 (Personal e Enterprise), IEEE 802.1X;
 - 7.2.3.18.2** Suporte a chaves pré-compartilhadas exclusivas (PPSK, DPSK, MPSK ou similares);

- 7.2.3.18.3 Suporte a criptografia TKIP, AES, GCMP256 e SAE;
 - 7.2.3.18.4 Controle de acesso por endereço MAC Address;
 - 7.2.3.18.5 Suporte a captive portal customizável com autenticação via HTTPS
 - 7.2.3.18.6 Suporte a autenticação customizável e compatível com Google Workspace e Microsoft EntraID;
 - 7.2.3.18.7 Não deverá existir limite de usuários para qualquer método de autenticação;
- 7.2.3.19 Padrões, Performance e Tecnologias Rádio:**
- 7.2.3.19.1 Suporte aos padrões IEEE 802.11 a/b/g/n/ac/ax/be;
 - 7.2.3.19.2 MIMO mínimo 2x2 em 2.4GHz, 5GHz e 6GHz (600 Mbps, 1.4 Gbps e 6 Gbps respectivamente)
 - 7.2.3.19.3 Suporte a OFDMA, MU-MIMO, 4096-QAM, TWT, BSS Coloring/CCA;
- 7.2.3.20 Suporte a operação em modo Mesh;**
- 7.2.3.20.1 O Access Point deverá possuir antenas direcionais;
 - 7.2.3.20.2 Todas as antenas devem ser internas, embutidas e não rosqueáveis, ou seja, não deve utilizar antenas externas visíveis, destacáveis ou conectadas via conector;
- 7.2.3.21 Potência mínima de 23 dBm em 2.4 GHz, 5 GHz e 6 GHz.**
- 7.2.3.21.1 O equipamento deverá possuir proteção contra surtos elétricos integrados, atendendo às normas técnicas aplicáveis de proteção eletromagnética, visando preservar o funcionamento e a integridade do dispositivo em ambientes externos suscetíveis a descargas atmosféricas indiretas e variações de tensão;
 - 7.2.3.21.2 O equipamento deverá possuir suporte a aterramento, com ponto de conexão dedicado e claramente identificado, a fim de garantir a adequada dissipação de cargas elétricas e a proteção contra surtos, conforme normas técnicas vigentes;
 - 7.2.3.21.3 O equipamento deve ser entregue com a versão mais recente de firmware homologada e instalada.
- 7.2.3.22 Complementos e Garantia:**
- 7.2.3.22.1 O equipamento deverá acompanhar: cabo de alimentação, injetor PoE (quando necessário) e todos os acessórios de fixação requeridos para instalação;

7.2.3.22.2 Garantia de 60 (sessenta) meses, padrão 8x5xNBD (Next Business Day).

7.2.4 ITEM 4 – RACK

7.2.4.1 Tipo: Rack fechado, padrão 19", para montagem de equipamentos de infraestrutura de rede.

7.2.4.2 Utilização: Acomodação de switches, access points controladoras, equipamentos ativos e passivos de rede.

7.2.5 Estrutura:

7.2.5.1 Fabricado em aço com acabamento resistente à corrosão (pintura eletrostática ou similar);

7.2.5.2 Capacidade: no mínimo 6U (unidades de rack);

7.2.5.3 O rack de parede deverá ser construído com chapas de aço de alta resistência mecânica, com espessura mínima de 1,2 mm em sua estrutura principal, devidamente tratadas contra oxidação (fosfatização e pintura eletrostática a pó).

7.2.5.4 A estrutura deverá ser projetada para suportar uma carga superior a soma da carga de todos os equipamentos instalados no rack, sem deformações permanentes ou desalinhamentos ao longo do tempo.

7.2.5.5 O projeto mecânico do rack deverá garantir a distribuição uniforme da carga e o reforço nas áreas de fixação, inclusive com dobras estruturais, pontos de reforço ou travessas internas.

7.2.5.6 Devem ser fornecidos pontos de fixação adequados para parede com buchas e parafusos de alta resistência, compatíveis com alvenaria ou estrutura metálica, e com suporte mínimo equivalente ao peso máximo do rack + 30% de margem de segurança.

7.2.5.7 O fabricante deverá apresentar documentação técnica comprovando a capacidade de carga estática do produto (ficha técnica, laudo de ensaio ou certificação equivalente).

7.2.5.8 Garantia mínima: 12 (doze) meses.

7.2.5.9 Dimensões mínimas externas:

7.2.5.9.1 Profundidade: 50 cm;

7.2.5.9.2 Largura: 55 cm;

7.2.5.9.3 Altura: 36 cm.

7.2.5.10 Características Construtivas e Funcionais:

- 7.2.5.10.1** Porta frontal: Em vidro temperado ou acrílico, com sistema de travamento por fecho lingueta com chave e segredo individual;
- 7.2.5.10.2** Chapa traseira perfurada com sistema de fixação em parede por parafusos (deve acompanhar kit completo para montagem e desmontagem);
- 7.2.5.10.3** Tampas laterais removíveis com fecho rápido (travas);
- 7.2.5.10.4** Ventilação natural: Aletas de ventilação em áreas estratégicas;
- 7.2.5.10.5** Passagem de cabos: Recortes reguláveis na parte inferior e superior;
- 7.2.5.10.6** Planos de fixação: 2 réguas verticais (frontal e traseira) padrão 19", ajustáveis em profundidade;
- 7.2.5.10.7** Acessórios inclusos: Kit completo de porcas-gaiola e parafusos compatíveis com a capacidade total de ocupação do rack.

7.2.6 ITEM 5 – NOBREAK

7.2.6.1 Especificações de Entrada:

- 7.2.6.1.1** Tensão de entrada: Bivolt automático 115V / 220V, 50/60 Hz com detecção automática;
- 7.2.6.1.2** Frequência de operação: 50/60 Hz com detecção automática.

7.2.6.2 Especificações de Saída:

- 7.2.6.2.1** Tensão de saída: Monovolt 115V;
- 7.2.6.2.2** Potência nominal de saída: mínimo de 600 VA;
- 7.2.6.2.3** Fator de potência: $\geq 0,7$;
- 7.2.6.2.4** Forma de onda de saída: Senoidal pura.

7.2.6.3 Conectividade e Instalação:

- 7.2.6.3.1** Mínimo de 6 tomadas ou bornes no padrão NBR 14.136;
- 7.2.6.3.2** Cabo de força incluso, com comprimento mínimo de 1,5 metro.
- 7.2.6.3.3** Recursos Funcionais:
- 7.2.6.3.4** Função de autoteste automático ao ser ligado, com verificação dos circuitos internos e estado da bateria;
- 7.2.6.3.5** Porta fusível externa, com espaço para acomodar 1 fusível reserva.

7.2.6.4 Bateria Interna:

- 7.2.6.4.1** Mínimo de 1 banco de bateria selada 12V/7Ah;
- 7.2.6.4.2** Bateria recarregável e livre de manutenção.

7.2.6.5 Gabinete:

7.2.6.5.1 Gabinete incluso, com estrutura compatível e segura para acomodação do circuito e da bateria.

7.2.6.6 Conformidade Ambiental e de Segurança:

7.2.6.6.1 Conformidade com a Resolução CONAMA nº 237/2007 (licenciamento ambiental);

7.2.6.6.2 Atendimento à Resolução CONAMA nº 401/2008 (limites de substâncias nocivas em baterias);

7.2.6.7 Conformidade com a diretiva RoHS (Restrição de Substâncias Perigosas).

7.2.6.8 Considerações Técnicas:

7.2.6.8.1 O nobreak especificado (600 VA, 420 W reais) possui capacidade adequada para alimentação de um único switch PoE com potência máxima de até 360 W, considerando margem para operação dos circuitos internos e picos de consumo.

7.2.6.8.2 A utilização de múltiplos switches PoE ou dispositivos adicionais conectados simultaneamente ao mesmo nobreak pode exceder sua capacidade de fornecimento de energia, comprometendo sua autonomia e funcionamento adequado.

7.2.6.8.3 Para locais com mais de um switch ou consumo superior a 420 W, deverá ser instalado um nobreak adicional, de acordo com o dimensionamento da carga total instalada.

7.2.6.9 Garantia:

7.2.6.9.1 A garantia mínima para o nobreak deverá ser de 12 (doze) meses, cobrindo defeitos de fabricação e falhas nos componentes internos, incluindo a bateria.

7.3 LOTE 2

7.3.1.1

ITEM 1 – SERVIÇO DE INSTALAÇÃO SWITCH

7.3.1.1.1 O serviço compreende todas as atividades necessárias para colocar o switch em pleno funcionamento, incluindo, mas não se limitando a:

7.3.1.1.1.1 Instalação física no rack padrão 19", com fixação adequada e uso de acessórios compatíveis;

7.3.1.1.1.2 Conectorização de cabos ópticos e metálicos (par trançado), com identificação física nos patch panels

e/ou racks;}

- 7.3.1.1.1.3** Alimentação elétrica do equipamento conforme especificações do fabricante;
- 7.3.1.1.1.4** 3.4. Configuração de rede de camada 2 (ex: VLANs, agregação de links/LACP, spanning tree, QoS básica);
- 7.3.1.1.1.5** Configuração de rede de camada 3, quando aplicável (ex: IPs de gerenciamento, roteamento estático, gateways, VRRP, DHCP Relay);
- 7.3.1.1.1.6** Configuração de segurança (ACLs, 802.1X, autenticação RADIUS/TACACS, SNMPv3, SSH);
- 7.3.1.1.1.7** Atualização de firmware para a versão homologada mais recente pelo fabricante;
- 7.3.1.1.1.8** Integração com sistema de gerenciamento e monitoramento da rede (se aplicável);
- 7.3.1.1.1.9** Execução de testes de conectividade (ping, tráfego entre VLANs, uplink com roteador/core);
- 7.3.1.1.1.10** Empilhamento lógico e físico dos switches (quando previsto), com balanceamento de carga e priorização;
- 7.3.1.1.1.11** Documentação pós-instalação contendo: topologia lógica, IPs configurados, VLANs ativas, versão de firmware, e demais parâmetros aplicados;
- 7.3.1.1.1.12** Suporte técnico inicial para operação assistida durante o aceite técnico.

7.3.2 ITEM 2 – SERVIÇO DE INSTALAÇÃO ACCESS POINT

7.3.2.1 Cabeamento estruturado:

- 7.3.2.1.1** Execução de ponto de rede com cabo UTP categoria 6a (CAT.6a), instalado do patch panel até o access point;
- 7.3.2.1.2** Fornecimento e instalação completos dos materiais;
- 7.3.2.1.3** Todos os cabos devem ser identificados nas duas extremidades com etiqueta impressa;

- 7.3.2.1.4 Sobra técnica mínima de 30 cm de cabo nas caixas de terminação;
- 7.3.2.1.5 Lances de cabeamento horizontal não devem ultrapassar 90 metros;
- 7.3.2.1.6 Todos os cabos devem ser instalados sem tração ou curvaturas excessivas;
- 7.3.2.1.7 Conexão das tomadas RJ-45 fêmea conforme o padrão EIA/TIA 568-A;
- 7.3.2.1.8 Para distâncias superiores a 100 metros, deve-se utilizar fibra óptica para interligação dos switches e APs externos;
- 7.3.2.1.9 Infraestrutura em eletrodutos aparentes de aço galvanizado, respeitando diâmetro conforme NBR vigente quando não especificado em projeto;
- 7.3.2.1.10 Todas as tomadas e pontos devem ser identificados com etiquetas adesivas numeradas.

7.3.2.2 Instalação física e elétrica:

- 7.3.2.2.1 Instalação física dos equipamentos (rack, nobreak, switches, access points internos e externos), conforme planejamento validado;
- 7.3.2.2.2 A CONTRATADA é responsável pela implantação da infraestrutura elétrica e lógica, incluindo fornecimento de patch cords de manobra;
- 7.3.2.2.3 Recomposição de danos em alvenaria, pintura e recortes inerentes aos serviços realizados.

7.3.2.3 Planejamento, configuração e comissionamento:

- 7.3.2.3.1 A CONTRATADA deve realizar visita técnica prévia em cada unidade, para avaliação e alinhamento de escopo com a CONTRATANTE;
- 7.3.2.3.2 Configuração lógica e física completa dos equipamentos conforme projeto (VLANs, SSIDs, controle de acesso, etc.);
- 7.3.2.3.3 Instalações devem garantir cobertura mínima de sinal de -70 dBm nas áreas designadas, conforme vistoria e diretrizes técnicas;
- 7.3.2.3.4 Testes de funcionamento devem ser realizados com acompanhamento da unidade;
- 7.3.2.3.5 Ao término, deve ser preenchido e assinado o ANEXO A – TERMO DE RECEBIMENTO com o responsável local.

7.3.2.4 Registro, validação e documentação:

7.3.2.4.1 A CONTRATADA deve registrar fotos dos equipamentos instalados (nº de série, MAC address, ambiente, etiqueta);

7.3.2.4.2 Fotos nomeadas conforme identificador da localidade e encaminhadas à CONTRATANTE para validação final;

7.3.2.4.3 Relatório de instalação deve ser enviado semanalmente contendo: unidades atendidas, quantidade de ativos, pendências e outras informações requisitadas.

7.3.2.5 Cronograma e atendimento:

7.3.2.5.1 Instalações devem ocorrer em dias úteis, dentro do horário de funcionamento das unidades;

7.3.2.5.2 Cronograma deve ser acordado com a CONTRATANTE, que poderá definir prioridades;

7.3.2.5.3 A CONTRATADA terá até 30 dias corridos para iniciar a instalação após emissão da ordem de serviço ou autorização.

7.3.2.6 Qualificação técnica:

7.3.2.6.1 A CONTRATADA deve possuir ao menos 01 (um) profissional certificado pelo fabricante dos equipamentos e soluções instaladas.

7.3.2.7 SOLUÇÃO DE GERENCIAMENTO E CONTROLE

7.3.2.8 Requisitos Gerais:

7.3.2.8.1 A solução de gerenciamento deve ser fornecida pela mesma fabricante dos pontos de acesso e switches ofertados, garantindo integração total, suporte completo e compatibilidade nativa com os dispositivos;

7.3.2.8.2 A plataforma deve permitir o gerenciamento unificado de todos os Access Points (internos e externos) e switches fornecidos, por meio de uma console única e centralizada, com interface Web criptografada via HTTPS;

7.3.2.8.3 A solução deve ser responsável pela concentração dos logs e emissão de relatórios;

7.3.2.8.4 A solução de gerência em nuvem, deve possuir uptime (disponibilidade) de 99,6% ao ano.

- 7.3.2.8.5** A Solução deve conter todas as licenças pelo prazo da contratação, necessárias para ativação de todas as funcionalidades descritas sem limitações nas configurações atuais ou de futuras expansões/upgrades.
- 7.3.2.8.6** A alta disponibilidade da rede sem fio será mantida pela arquitetura definida, não permitindo que a rede sem fio se torne inoperante em caso de falha na solução de gerenciamento.

7.3.2.9 Controladora

- 7.3.2.9.1** O gerenciamento de políticas será realizado em um único ponto centralizado;
- 7.3.2.9.2** Permitir a criação e distribuição de políticas de segurança de forma centralizada, suportando organização hierárquica de regras em todos os equipamentos;
- 7.3.2.9.3** A comunicação entre a solução de gerência e os appliances de segurança, deverá ser criptografada;
- 7.3.2.9.4**
- 7.3.2.9.5** Deve permitir que as configurações sejam aplicadas em vários pontos de acesso selecionados simultaneamente, isto é, não será permitido soluções que necessitem configurar os pontos de acesso individualmente;
- 7.3.2.9.6** Deverá implementar disponibilidade de SSID baseado em dia da semana/hora;
- 7.3.2.9.7** Deverá ser capaz de gerenciar todo o quantitativo de Switches e Pontos de Acesso, incluindo as seguintes funcionalidades;
- 7.3.2.9.8** Criação e gerenciamento de SSIDs;
- 7.3.2.9.9** Controle de usuários e dispositivos;
- 7.3.2.9.10** Políticas de RF (frequência, potência, canal, interferência);
- 7.3.2.9.11** Configurações de segurança e autenticação;
- 7.3.2.9.12** Atribuição de VLANs, QoS e captive portal.

- 7.3.2.9.13** A interface Web da controladora deve ser compatível com os navegadores Microsoft Edge, Mozilla Firefox e Google Chrome;
- 7.3.2.9.14** Deve permitir a criação de no mínimo 3 níveis distintos de acesso à plataforma: Administrador, Operador e Suporte/Visitantes;
- 7.3.2.9.15** Deve oferecer suporte à segmentação de redes distintas em uma mesma instância da controladora, com políticas independentes por rede;
- 7.3.2.9.16** Capacidade de criação e armazenamento de usuários internos diretamente na plataforma de gerenciamento, sem depender de integração externa;
- 7.3.2.9.17** O sistema deve realizar atualização automática ou forçada do firmware dos Access Points, para a versão mais recente homologada pelo fabricante;
- 7.3.2.9.18** Exibição de topologia lógica da rede Wi-Fi, status dos rádios, banda utilizada, número de conexões por dispositivo e distribuição por SSID.
- 7.3.2.9.19** A falha de comunicação entre o sistema de Gerenciamento e os Pontos de Acesso não devem interferir na operação dos Pontos de Acesso;
- 7.3.2.9.20** Na ocorrência de inoperância de um Ponto de Acesso, a solução deverá ajustar automaticamente a potência dos Pontos de Acesso adjacentes, de modo a prover a cobertura da área não assistida;
- 7.3.2.9.21** Ajustar automaticamente a utilização de canais de modo a otimizar a cobertura de rede de acordo com as condições de RF;
- 7.3.2.9.22** Detectar interferência e ajustar parâmetros de RF, evitando problemas de cobertura de RF de forma automática;
- 7.3.2.9.23** Implementar sistema automático de balanceamento de carga para associação de clientes entre Pontos de Acesso próximos, para otimizar a performance;

- 7.3.2.9.24** Permitir que o serviço wireless seja desabilitado de determinado ponto de acesso;
- 7.3.2.9.25** Deverá ser capaz de provisionar remotamente novos dispositivos em estado padrão de fábrica para estado totalmente provisionado;
- 7.3.2.9.26** Implantar autenticação de dispositivos e usuários via 802.1x, Web Portal e endereço MAC na rede sem fio;
- 7.3.2.9.27** Implantar autenticação de usuários nas redes wireless por:
 - 7.3.2.9.27.1** Usuário e senha definidos pelo administrador;
 - 7.3.2.9.27.2** LDAP;
 - 7.3.2.9.27.3** Google Workspace;
 - 7.3.2.9.27.4** Microsoft EntraID;
 - 7.3.2.9.27.5** [GOV.BR](http://gov.br);
- 7.3.2.10** Não deverá existir limitação para qualquer meio de autenticação, devendo a solução comportar 265.409 usuários/dispositivos simultâneos;
- 7.3.2.11** Permitir a customização de página de autenticação de usuários, com inclusão de textos e logotipo;
- 7.3.2.12** Implantar segmentação de tráfego de usuários baseado no perfil de autenticação de usuários;
- 7.3.2.13** Implantar política de QoS baseada no perfil de autenticação de usuários;
- 7.3.2.14** Monitoramento e Controle de Aplicações
 - 7.3.2.14.1** Monitorar o desempenho da rede wireless;
 - 7.3.2.14.2** Deve permitir ao administrador visualizar e monitorar o mapa de cobertura da rede sem fio;
 - 7.3.2.14.3** Painéis (dashboards) em tempo real sobre uso e desempenho da rede;
 - 7.3.2.14.4** Ferramentas de identificação e bloqueio de aplicações ou tipos de tráfego (ex: redes sociais, vídeo, etc.);
 - 7.3.2.14.5** Marcação e priorização de tráfego por aplicação, com suporte a políticas de QoS baseadas em camada 7 (Deep Packet Inspection);
 - 7.3.2.14.6** Integração com protocolos e serviços externos de monitoramento: SNMP, Syslog, NetFlow, ITSM, entre outros.

7.3.2.14.7 Todos os recursos de visibilidade e controle de aplicações devem estar completamente licenciados e operacionais durante todo o período de garantia. Versões trial, demonstrativas ou com limitação de funcionalidades não serão aceitas.

7.3.2.14.8 Identificar usuários e dispositivo conectados e permitir a visualização de, no mínimo:

7.3.2.14.8.1 Nome usuário conectado;

7.3.2.14.8.2 Endereço MAC;

7.3.2.14.8.3 Status da autenticação;

7.3.2.14.8.4 Horário de início da sessão ou Tempo de conexão;

7.3.2.14.8.5 Sistema Operacional do dispositivo a qual está associado;

7.3.2.14.8.6 Notificações e Alertas

7.3.2.14.8.7 A solução deverá possibilitar o envio de notificações e alertas automáticos, com capacidade de integração com ferramentas externas como sistemas de ITSM, plataformas NOC ou serviços de mensagens (e-mail, Teams, Telegram, entre outros).

7.3.2.15 **Garantia:**

7.3.2.15.1 Toda a solução deve possuir garantia e suporte por 60 (sessenta meses);

7.3.3 **ITEM 3 – TREINAMENTO**

7.3.3.1 **Objetivo:**

7.3.3.1.1 Capacitar a equipe da CONTRATANTE quanto à operação, administração e configuração completa da solução fornecida (incluindo switches, access points, sistema de gerenciamento e demais componentes), conforme escopo contratado.

7.3.3.2 **Formato e carga horária:**

7.3.3.2.1 O treinamento deverá ter duração mínima de 40 (quarenta) horas;

7.3.3.2.2 Poderá ser realizado presencialmente ou remotamente (ao vivo), conforme necessidade ou restrições da CONTRATANTE;

7.3.3.2.3 Será ministrado em língua portuguesa;

7.3.3.2.4 Dividido em duas turmas de no máximo 5 (cinco) alunos cada, totalizando 10 participantes.

7.3.3.3 **Instrutor e conteúdo:**

- 7.3.3.3.1** O instrutor deverá ser certificado pelo fabricante da solução ofertada;
- 7.3.3.3.2** A CONTRATADA será integralmente responsável pelas despesas do instrutor;
- 7.3.3.3.3** O conteúdo deve abranger todos os aspectos de configuração, gerenciamento e manutenção da solução;
- 7.3.3.3.4** O material didático, elaborado pela CONTRATADA, deverá ser entregue em língua portuguesa com mínimo de 2 (dois) dias de antecedência ao início do treinamento.

7.3.3.4 Certificação:

- 7.3.3.4.1** A CONTRATADA deverá fornecer certificados de participação aos alunos com aproveitamento satisfatório.
- 7.3.3.4.2** Os certificados deverão ser emitidos em até 5 (cinco) dias úteis após o encerramento do treinamento.

7.3.4 ITEM 4 – SERVIÇOS DE NOC (NETWORK OPERATIONS CENTER) PARA MONITORAMENTO PROATIVO DE TIC

- 7.3.4.1** A prestação dos serviços compreenderá o monitoramento proativo dos ativos de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC) por meio de um NOC (Network Operations Center), com a utilização das ferramentas de monitoramento.
- 7.3.4.2** Os Serviços De Noc (Network Operations Center) Para Monitoramento Proativo De Tic serão executados de forma remota em regime de 24 (vinte quatro) horas por dia, 07 (sete) dias por semana, 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias por ano, durante todo o período de vigência do contrato;
- 7.3.4.3** Os serviços serão cobrados mensalmente com base na quantidade de itens monitorados.
- 7.3.4.4 Período de 12 meses**
- 7.3.4.5** Para garantir a qualidade e disponibilidade dos serviços remoto, deverá entre o CONTRATANTE e o NOC (Network Operations Center) da CONTRATADA, será de responsabilidade e propriedade da CONTRATADA os equipamentos e/ou soluções para estabelecer as VPNs. Caberá ao CONTRATANTE apenas a disponibilidade de infraestrutura física no seu Data Center, infraestrutura física leia-se: energia elétrica, espaço no rack, climatização adequada, e sistemas de combate a incêndio. Tais equipamentos e/ou soluções devem possuir contratos de garantia junto ao seu respectivo fabricante, com suporte em

regime de 24 (vinte e quatro) horas por dia, 7 (sete) dias por semana e 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias por ano.

- 7.3.4.6** A CONTRATADA deverá executar os serviços de NOC (network operations center) para realizar o monitoramento proativo dos ativos de redes contratados pela contratante nesse certame, os equipamentos a serem monitorados pela contratante, estão descritos nos **ITENS 1,3 e 4**.
- 7.3.4.7** O monitoramento dos ativos suportados, deverá ser realizado através de um conjunto de componentes da infraestrutura de ativos de rede. Esses serviços devem ser monitorados pela CONTRATADA.
- 7.3.4.8** **Requisitos mínimos de serviços de NOC (Network Operations Center):**
- 7.3.4.8.1** Configuração de alertas e a abertura de chamados e requisições que possam causar impacto nos itens monitorados.
 - 7.3.4.8.2** Análise criteriosa informando o desempenho e as tendências de sistemas e redes, as ocorrências pontuais e críticas.
 - 7.3.4.8.3** Instalação e implantação e modelagem de ferramentas de monitoração, solução de gerenciamento de disponibilidade, falhas, desempenho e de nível de serviço.
 - 7.3.4.8.4** Identificação, classificação, priorização e notificação de falhas nos ativos de redes monitorados.
 - 7.3.4.8.5** Triagem e Categorização de eventos e tíquetes registrados.
 - 7.3.4.8.6** Recebimento e processamento de alarmes, através de 'polling' aos equipamentos monitorados.
 - 7.3.4.8.7** Coordenação das janelas operacionais de manutenção para atualizações da ferramenta de monitoramento.
 - 7.3.4.8.8** Mapeamento, ajustes e elaboração de processos para o serviço a ser contratado em conjunto com a equipe da CONTRATANTE, com definição de fluxos, procedimentos, acordos de nível operacional.

- 7.3.4.8.9** Deverão estar disponíveis durante o plantão 24x7, profissionais para fazer o acompanhamento dos incidentes e acionamento da equipe resolvedora na central de serviço da **CONTRATADA**.
- 7.3.4.8.10** Dashboards operacionais para uso da **CONTRATADA**;
- 7.3.4.8.11** Habilidade de prevenir falhas;
- 7.3.4.8.12** Aumento geral da disponibilidade dos ambientes;
- 7.3.4.8.13** Aplicar e/ou desenvolver templates técnicos e/ou negócios para garantia de uma monitoração pró-ativa do ambiente;
- 7.3.4.8.14** Registro e abertura de incidente na Central de Atendimento da **CONTRATANTE/CONTRATADA**, para identificar a causa raiz e tomar as medidas de apoio à resolução do incidente (troubleshooting), em conformidade com os processos de incidente e mudança do **CONTRATANTE** e potencial de impacto na disponibilidade do serviço.
- 7.3.4.8.15** Identificação, classificação, priorização e notificação de falhas nos serviços monitorados.
- 7.3.4.8.16** Disponibilização de interfaces de gerenciamento WEB para acompanhamento em tempo real dos serviços em execução, incidentes em aberto, responsáveis (equipe e analista) por cada atendimento, NMS's definidos e mensurados.
- 7.3.4.8.17** Mapeamento, ajustes e elaboração de processos para o serviço a ser contratado em conjunto com a equipe da **CONTRATANTE**, com definição de fluxos, procedimentos, acordos de nível operacional.
- 7.3.4.8.18** A **PROPONENTE** deverá acionar a equipe de TI responsável para atuação nos eventos recebidos;
- 7.3.4.8.19** Os serviços de monitoramento devem permitir o acionamento do **FABRICANTE** da solução para apoio na identificação da causa raiz dos eventos recebidos;
- 7.3.4.8.20** O acionamento do fabricante deverá ser feito através de alinhamento prévio entre **PROPONENTE** e

CONTRATANTE;

- 7.3.4.8.21** Os eventos identificados pelo time de monitoramento da PROPONENTE deverão ser encaminhados para a CONTRATANTE, por meio de acionamento via e-mail e telefone, conforme níveis de escalonamento a serem informados pela CONTRATANTE;
- 7.3.4.9** A PROPONENTE deve disponibilizar informações sobre o ambiente de monitoramento sempre que solicitado pela CONTRATANTE;
- 7.3.4.10** Durante a vigência do contrato, a PROPONENTE poderá por iniciativa própria, ou por solicitação da equipe técnica da CONTRATANTE, interagir com o suporte dos fabricantes por meio da utilização do serviço de suporte contratado pela CONTRATANTE, e realizar dentre outras, as seguintes ações:
- 7.3.4.10.1** Submeter dúvidas e problemas da CONTRATANTE;
 - 7.3.4.10.2** Responder dúvidas ao suporte do FABRICANTE;
 - 7.3.4.10.3** Executar planos de ação;
 - 7.3.4.10.4** Submeter resultados;
 - 7.3.4.10.5** Tomar conhecimento de documentação específica;
- 7.3.4.11 ACORDO DE NÍVEL DE SERVIÇOS- SLA**
- 7.3.4.11.1** Com o objetivo de estabelecer expectativas claras entre as partes envolvidas na contratação, promovendo a transparência, a responsabilização mútua e assegurando a qualidade e a confiabilidade dos serviços prestados, serão adotados Níveis de Acordo de Serviço (SLA) específicos.
- 7.3.4.12** A definição dos SLAs visa garantir o atendimento adequado às necessidades da Contratante, especialmente em ambientes críticos para a continuidade do negócio.
- 7.3.4.13** Dentro desses níveis, será considerado o Tempo Médio de Atendimento (TMA), que deverá ser observado pela Contratada de acordo com a criticidade do incidente ou requisição, conforme as classificações descritas no item X.X deste Termo de Referência.
- 7.3.4.14** A Contratada deverá monitorar, registrar e apresentar periodicamente indicadores de cumprimento dos SLAs estabelecidos, permitindo à Contratante avaliar o desempenho e a conformidade contratual dos serviços prestados.
- 7.3.4.15** Atendimento de Alertas:

7.3.4.15.1 A seguir apresentamos o tempo de atendimento, a partir de requisições abertas pela CONTRATANTE.

Indicador	Descrição	Tempo de Primeira resposta
TMA Crítica	Incidentes críticos afetam diretamente a operação central do negócio.	10 minutos
TMA Alta	Afeta funções ou serviços importantes, mas pode haver soluções temporárias ou alternativas que permitam a continuidade do trabalho. O número de usuários ou processos impactados ainda é significativo.	15 minutos
TMA Média	Incidentes que afetam um número menor de usuários ou processos não essenciais para a operação do negócio. O impacto é limitado e geralmente há alternativas disponíveis para contornar o problema.	30 minutos
TMA Normal (Baixa)	Incidentes menores, que afetam funções ou serviços não essenciais e não interrompem o fluxo normal de trabalho. O impacto é mínimo, geralmente envolvendo solicitações de melhorias ou problemas que podem ser adiados.	1 hora

7.3.4.16 REQUISITOS GERAIS DOS SERVIÇOS DE NOC (NETWORK OPERATIONS CENTER) PARA MONITORAMENTO PROATIVO DE TIC

7.3.4.16.1 A empresa CONTRATADA deve disponibilizar três tipos de canais de comunicação, especificamente:

7.3.4.16.2 Telefone linha telefônica 0800: Para contato direto e imediato, disponível 24 horas por dia, 7 dias por semana, permitindo comunicação rápida em casos de urgência. Com atendimento em português.

7.3.4.16.3 E-mail com domínio registrado e de propriedade da CONTRATADA: Para solicitações formais, documentação de incidentes e comunicação de problemas não imediatos, garantindo um registro escrito das interações.

7.3.4.16.4 Portal de Atendimento: Sistema de ITSM do inglês Information Technology Service Management (Gerenciamento de Serviços de TI).

7.3.4.16.5 Independente do canal de comunicação utilizado pelo CONTRATANTE, as solicitações devem ser convergidas, atualizadas, resolvidas e concentradas em um único sistema de ITSM do inglês Information Technology Service Management (Gerenciamento de Serviços de TI). Ou seja, imaginando que o CONTRATANTE realize a abertura de uma nova solicitação de serviço via linha telefônica

gratuita, no segundo que segue a sua solicitação, a mesma deve constar no sistema de ITSM, assim também deve se proceder com a utilização do canal de comunicação do tipo: via e-mail.

7.3.4.16.6 Sobre o canal de comunicação via linha telefonia gratuita (0800), tais ligações podem ser atendidas e/ou recepcionadas por uma interface humana, ou então utilização de URA (Unidade de Resposta Audível), e/ou qualquer usufruto de atendimento eletrônico.

7.3.4.17 MODALIDADE DE ATENDIMENTO

7.3.4.17.1 A modalidade principal de atendimento será do tipo remota, ou seja, a ser realizada através das dependências da CONTRATADA, obrigatoriamente obedecendo os critérios estabelecidos para execução do mesmo, no presente termo de referência.

7.3.4.17.2 Os serviços fornecidos devem obrigatoriamente serem executados, ofertados, e estarem acessíveis ao CONTRATANTE em regime de 24 (vinte quatro) horas por dia, 7 (sete) dias por semana, 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias por ano, durante todo o período de vigência do contrato.

7.3.4.18 ACESSIBILIDADE E CONFIDENCIALIDADE

7.3.4.18.1 A fim de garantir a segurança entre CONTRATANTE e o NOC da CONTRATADA, não será permitido NOC terceirizado ou consórcio de empresas.

7.3.4.18.2 A CONTRATADA deve assinar e entregar a CONTRATANTE na reunião de alinhamento no início da vigência do contrato, termo de confidencialidade e sigilo, conforme modelo contido no Termo de Referência – Termo de Confidencialidade e Sigilo. Esse documento estabelece as condições para a prestação dos serviços acerca do sigilo das informações custodiadas, do acesso restrito das informações aos técnicos designados no projeto, e da propriedade intelectual de todos os produtos e conhecimentos advindos da execução do contrato.

7.3.4.18.3 Além disso, o termo de confidencialidade e sigilo deve ser reconhecido e assinado por todos os funcionários que venham executar serviços, diretamente ou indiretamente, no âmbito do contrato, sendo que o CONTRATANTE pode

solicitar, a qualquer momento, a comprovação dessa obrigação. O respectivo termo deve ser entregue antes do início das atividades.

7.3.4.18.4 Tais exigências visam proteger o CONTRATANTE contra o uso indevido de informações sob sua custódia por parte de profissional da CONTRATADA, assim como estão em conformidade com boas práticas de gestão e governança de TI.

7.3.4.19 A CENTRAL DE SERVIÇOS NOC DEVERÁ FORNECER AS EXIGÊNCIAS DE INFRAESTRUTURA:

7.3.4.19.1 O Network Operations Center (NOC) da empresa CONTRATADA deve conter sistemas de vídeo Wall e painéis com TVs interativas, permitindo que os operadores realizem o monitoramento em tempo real. Este arranjo deve facilitar a rápida identificação e reação a potenciais ameaças, assegurando uma gestão eficaz.

7.3.4.19.2 A estrutura do Centro de Monitoramento da PROPONENTE deverá possuir redundância em seus links de internet, a fim de evitar qualquer perda de comunicação com o ambiente da CONTRATANTE.

7.3.4.19.3 A CONTRATADA deverá indicar o local onde possui sua estrutura de central de atendimento, sendo que este deve estar estabelecido no Brasil e estará sujeito à diligência por parte da CONTRATANTE.

7.3.4.19.4 Todos os atendimentos devem ser iniciados no Brasil e no idioma português do Brasil.

7.3.4.19.5 O centro de operação deve ter Sistema de gerenciamento de CFTV, que viabilizem o rastreamento de pessoas dentro do ambiente da CONTRATADA e cujas imagens possam ser recuperadas;

7.3.4.19.6 Filmar toda a área, mantendo as imagens armazenadas pôr no mínimo 30 (Trinta) dias;

7.3.4.19.7 Efetuar registro de entrada e saída dos visitantes, com identificação individual, em todos os acessos ao NOC;

7.3.4.19.8 Possuir solução de monitoramento de disponibilidade e desempenho.

7.3.4.19.9 O perímetro físico do NOC deve ser equipado com sensor de intrusão e alarmes contra acesso indevido;

7.3.4.19.10 Ter controle de acesso físico com pelo menos 2 (dois) dos seguintes fatores de autenticação, a saber:

7.3.4.19.10.1 cartão de identificação magnético,

7.3.4.19.10.2 biometria de leitura de digital

7.3.4.19.10.3 identificação facial;

7.3.4.19.10.4 Funcionar em regime de 24 (vinte e quatro) horas por dia, 7 (sete) dias por semana e 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias por ano;

7.3.4.19.10.5 Possuir registro de entrada e saída de pessoas mantidos por pelo menos 30 dias;

7.3.4.19.10.6 Possuir sistemas redundantes para alimentação de energia;

7.3.4.19.10.7 Ser configurado de forma que a falha de um dos equipamentos isoladamente NÃO interrompa a prestação dos serviços;

7.3.4.19.10.8 Ter sistema de provimento ininterrupto de energia elétrica, composto por grupo gerador e UPSs do inglês Uninterruptible Power Supply, para garantir a transição entre o fornecimento normal da energia e o grupo gerador;

7.3.4.19.10.9 Não possuir campo físico visual externo das suas instalações, a fim de garantir que as informações exibidas em monitores estejam inacessíveis a leituras e a capturas externas desautorizadas;

7.3.4.20 REQUISITOS DE EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL:

7.3.4.20.1 Em seu CENTRO DE OPERAÇÕES A CONTRATADA deverá possuir equipe técnica contendo no mínimo as devidas certificações conforme abaixo:

7.3.4.20.1.1 Certificação Kubernetes Administrator (CKA);

7.3.4.20.1.2 Certificação, Certified Kubernetes Application Developer;

7.3.4.20.1.3 Certificação em Observabilidade de Aplicações nível Associate;

7.3.4.20.1.4 Certificações em observabilidade de Aplicações nível Profissional;

- 7.3.4.20.1.5 Certificação Zabbix Certified Specialist (ZCS);
- 7.3.4.20.1.6 Certificação Professional Cloud Architect;
- 7.3.4.20.1.7 Certificação Professional Cloud DevOps Engineer;
- 7.3.4.20.1.8 Certificação Professional Cloud Network Engineer;
- 7.3.4.20.1.9 Certificado ITIL Foundation v3;
- 7.3.4.20.1.10 Certificado COBIT Foundation;
- 7.3.4.20.1.11 Certificação Certified Information Systems Security Professional - CISSP;
- 7.3.4.20.1.12 Certified Information Security Manager – CISM;
- 7.3.4.20.1.13 Certificação do profissional ISO27001;
- 7.3.4.20.1.14 Certificação, PMP - Project Management Professional – reconhecida pelo PMI – Project Management Institute;

7.3.4.21 FERRAMENTAS DE MONITORAÇÃO, DISPONIBILIDADE E DESEMPENHO DEVE SER DISPONIBILIZADA NO MODELO SAAS.

- 7.3.4.21.1 A ferramenta de monitoramento deverá ser disponibilizada pela CONTRATADA na modalidade Software como Serviço (SaaS).
- 7.3.4.21.2 A solução deve estar hospedada em provedor de nuvem pública que ofereça:
 - 7.3.4.21.2.1 Alta disponibilidade regional e failover automático entre zonas, minimizando o risco de indisponibilidade.
 - 7.3.4.21.2.2 Mecanismos nativos de integração com serviços de nuvem (como Compute Engine, Kubernetes, Cloud SQL etc.) para enriquecimento de dados de monitoramento.
 - 7.3.4.21.2.3 Cumprimento de certificações de segurança reconhecidas (ISO 27001, SOC 2, GDPR, etc.).
 - 7.3.4.21.2.4 Infraestrutura de rede VPC global, com possibilidade de comunicação segura e de baixa latência entre regiões sem necessidade de exposição à internet pública.
 - 7.3.4.21.2.5 A Contratada deverá possuir vínculo de parceria e acesso ao suporte oficial do provedor da solução de computação em nuvem utilizada.
 - 7.3.4.21.2.6 A Contratada deverá ter no mínimo o nível de parceria Partner e possuir especialização comprovada do fabricante de nuvem pública para atendimento ao Setor Público/Governo.
 - 7.3.4.21.2.7 A ferramenta de monitoramento deverá atender os requisitos mínimos:

7.3.4.21.2.7.1 A solução deverá ter capacidade de trazer as métricas coletas via agent:

7.3.4.21.2.7.1.1 SNMP (Simple Network Management Protocol):

7.3.4.21.2.7.1.2 Coletas via protocolo SNMP;

7.3.4.21.2.7.1.3 Recebimento de Métricas via protocolo SNMP Trap (UDP).

7.3.4.21.2.7.1.4 Tempo de interrupção

7.3.4.21.2.7.1.5 Uso da memória

7.3.4.21.2.7.1.6 Memória livre

7.3.4.21.2.7.1.7 Memória cache

7.3.4.21.2.7.1.8 Espaço em disco usado

7.3.4.21.2.7.1.9 Espaço em disco livre

7.3.4.21.2.7.1.10 Taxa de leitura/escrita em disco

7.3.4.21.2.7.1.11 Uso de swap

7.3.4.21.2.7.1.12 Swap disponível

7.3.4.21.2.7.1.13 Número de processos em execução

7.3.4.21.2.7.1.14 Processos específicos em execução

7.3.4.21.2.7.1.15 Tempo de inatividade da CPU

7.3.4.21.2.7.1.16 Uso da CPU por núcleo

7.3.4.21.2.7.1.17 Taxa de transmissão e recepção

7.3.4.21.2.7.1.18 Pacotes recebidos/enviados

7.3.4.21.2.7.1.19 Conexões TCP abertas

7.3.4.21.2.7.1.20 Verificação de disponibilidade de URLs

7.3.4.21.2.7.1.21 Verificação de strings específicas no conteúdo do site

7.3.4.21.2.7.1.22 Taxa de transmissão e recepção de pacotes

7.3.4.21.2.7.1.23 Coleta de métricas específicas via scripts personalizados

7.3.4.21.2.7.1.24 A solução deverá ter capacidade de coleta dos dados através de agentes, coletas via syslog ou através do Protocolo SNMP;

7.3.4.21.2.7.1.25 Realizar verificações periódicas para garantir a disponibilidade das versões mais recentes dos agentes da ferramenta de monitoramento.

7.3.4.21.2.7.1.26 A ferramenta de monitoramento deve estar sempre atualizada para a versão LTS mais recente, garantindo as melhores práticas de segurança e a

incorporação de novas funcionalidades para aprimorar o monitoramento.

7.3.4.21.2.7.1.27 A ferramenta deve incluir a funcionalidade de envio automatizado de alertas através dos seguintes canais de comunicação;

7.3.4.21.2.7.1.28 Teams

7.3.4.21.2.7.1.29 Email

7.3.4.21.2.7.1.30 Telegram

7.3.4.21.2.7.1.31 Discord

7.3.4.21.2.7.1.32 Google Chat

7.3.4.22 GESTÃO E CONTROLE DE SERVIÇOS

7.3.4.22.1 A execução dos serviços deverá ser gerenciada pela Contratada, através de um ponto único de contato, que fará o acompanhamento da qualidade e dos níveis de serviços alcançados, com vistas a efetuar eventuais ajustes e correções de rumo. Deverá ser considerado nos serviços prestados pelo ponto focal, no mínimo:

7.3.4.22.1.1 Suporte e acompanhamento periódico do contrato referente a todos entregáveis previstos no contrato;

7.3.4.22.1.2 Gerar e acompanhar indicadores da operação;

7.3.4.22.1.3 Reunião mensal de resultados;

7.3.4.22.1.4 Análise e acompanhamento referente aos prazos e incidentes;

7.3.4.22.1.5 Geração de relatório de KPIs;

7.3.4.22.1.6 Geração de relatório mensal sumarizado com status, ocorrências e ações sugeridas e/ou realizadas;

7.3.4.22.1.7 Manter e melhorar os serviços de TI oferecidos;

7.3.4.22.1.8 Acompanhar o desempenho de serviços nas revisões dos SLA's

7.3.4.22.1.9 Emissão de relatório de consumo de serviços mensal;

7.3.4.22.1.10 Quaisquer incidentes, que venham a comprometer o bom andamento dos serviços ou o alcance dos níveis de serviços definidos, devem ser, imediatamente, comunicados, à CONTRATANTE, que colaborará, com a CONTRATADA, na busca da melhor solução para a solução dos incidentes;

7.3.4.22.1.11 A execução da gestão e controle de serviços deverão ser realizados por profissionais capacitados e que tenham formação acadêmica de nível superior nas áreas de Gestão de Qualidade e

que tenha no mínimo 1 ano de experiência profissional.

7.3.5 ITEM 5 - SERVIÇOS DE SUPORTE TÉCNICO PARA OS EQUIPAMENTOS DE REDE.

7.3.5.1 Da prestação dos serviços:

- 7.3.5.1.1** A execução do contrato será baseada no modelo no qual o CONTRATANTE é responsável pela fiscalização do contrato e pela atestação dos resultados esperados e dos níveis de qualidade para os serviços entregues e a CONTRATADA é responsável pela gestão e execução dos serviços e pela gestão dos recursos humanos e físicos necessários e por dimensionar, organizar e gerenciar o quantitativo de profissionais necessários para o cumprimento do objeto contratado de acordo com os níveis de serviços exigidos neste Termo de Referência.
- 7.3.5.1.2** Os Serviços suporte e administração dos ativos de rede deverão ser prestados remotamente, atendendo os níveis de serviços estabelecidos nesse certame.
- 7.3.5.1.3** Os serviços serão cobrados mensalmente com base na quantidade de itens suportados pelo período de 60 meses.
- 7.3.5.1.4** Os serviços contemplam a execução de tarefas de suporte e administração dos ativos apresentados nos ITENS 1,3 e 4;
- 7.3.5.1.5** Os serviços de suporte e administração dos ativos de rede deverão compreender obrigatoriamente os seguintes as seguintes atividades:
- 7.3.5.1.6** Atendimento técnico em regime de suporte N1, N2 e N3 para resolução de incidentes e problemas relacionados aos equipamentos de rede.
- 7.3.5.1.7** Atendimento remoto conforme necessidade, e garantindo o atendimento dentro dos prazos estabelecidos (SLA).
- 7.3.5.1.8** Abertura e gerenciamento de chamados junto aos fabricantes dos equipamentos, quando necessário.
- 7.3.5.1.9** Atualização periódica do firmware dos switches e access points contratados, garantindo a aplicação de patches de segurança e melhorias de performance.
- 7.3.5.1.10** Realização de manutenções preventivas programadas, visando otimizar o desempenho e prolongar a vida útil dos equipamentos.

- 7.3.5.1.11** Revisão periódica das políticas de segurança aplicadas aos dispositivos, incluindo a configuração de VLANs, controle de acesso e QoS.
- 7.3.5.1.12** Manter a disponibilidade dos serviços e do ambiente de rede de acordo com os níveis de serviço exigidos neste Termo de Referência;
- 7.3.5.1.13** Implementação e ajuste de políticas de rede (como VLANs, roteamento, segurança) conforme a necessidade e evolução do ambiente.
- 7.3.5.1.14** Documentação detalhada das configurações aplicadas e do ambiente de rede, atualizada periodicamente.
- 7.3.5.1.15** Configurar ativos de rede, manter rotas e segurança dos ativos, para atender as necessidades de conectividade.
- 7.3.5.1.16** Disponibilização de equipe técnica em regime de prontidão para atendimento a incidentes críticos que impactem a operação da rede.
- 7.3.5.1.17** Ação corretiva para isolamento e mitigação de falhas, minimizando o impacto na operação.
- 7.3.5.1.18** Emissão de relatório pós-incidente detalhado, contendo as causas raiz, as ações corretivas adotadas e recomendações para evitar recorrências.
- 7.3.5.1.19** Avaliação periódica da infraestrutura de rede para recomendação de ajustes e melhorias de acordo com a evolução tecnológica e necessidades específicas da CONTRATANTE.
- 7.3.5.1.20** Proposição de otimizações no design da rede, garantindo alta disponibilidade, redundância e escalabilidade do ambiente.
- 7.3.5.1.21** Configurar e administrar as Redes Sem fio.
- 7.3.5.1.22** Levantar as necessidades de reestruturação das redes, corporativas, de forma a atender os níveis de disponibilidade da rede.
- 7.3.5.1.23** Prestar suporte e análise técnica na implantação de novos protocolos de redes de dados, imagem e etc.
- 7.3.5.1.24** Administrar e gerenciar os ativos de redes apresentados no certame.
- 7.3.5.1.25** Prestar suporte a rede WAN seguindo as práticas de segurança definidas pelo CONTRATANTE e as melhores práticas.
- 7.3.5.1.26** Garantir plena conectividade entre os elementos da rede corporativa, zelando pelo perfeito funcionamento de seus componentes.

- 7.3.5.1.27** Atuar em conjunto com a equipe de monitoramento para avaliar o desempenho da dos equipamentos suportados, acompanhando o fluxo operacional em cada segmento, e atuar proativamente para diagnosticar, analisar e resolver problemas de conectividade.
- 7.3.5.1.28** Administrar ferramentas utilizadas para prestar suporte aos ativos monitorados e atuar no gerenciamento dos ativos.
- 7.3.5.1.29** Analisar a topologia de rede sugerindo alterações que visem eliminar pontos de falha.
- 7.3.5.1.30** Manter a documentação da rede e os desenhos das topologias de redes WAN atualizados e completos.
- 7.3.5.1.31** Atender a chamados encaminhados pelas equipes de monitoramento ou da CONTRATANTE, visando sempre manter o ambiente em conformidade com as recomendações recebidas.
- 7.3.5.1.32** Elaborar relatórios técnicos que subsidiem a CONTRATANTE no gerenciamento dos ativos suportados.
- 7.3.5.1.33** Abrir chamados técnicos com os fabricantes e/ou fornecedores do serviço de suporte sempre que necessário;
- 7.3.5.1.34** Manter a infraestrutura de rede atualizada com as últimas tecnologias e inovações, incluindo revisões de topologia,
- 7.3.5.1.35** Suporte ao tratamento de incidentes relacionados aos serviços prestados.
- 7.3.5.1.36** A execução dos serviços de configuração relacionados às camadas níveis 2 e 3.
- 7.3.5.1.37** A CONTRATANTE poderá abrir chamado através dos meios cabíveis, via central telefônica (0800) ou portal Web disponibilizados pela CONTRATADA.
- 7.3.5.1.38** A execução dos serviços que demandarem a interrupção da prestação do serviço de infraestrutura de conectividade somente poderá ser realizada mediante prévia autorização do órgão CONTRATANTE;
- 7.3.5.1.39** Um chamado técnico somente poderá ser fechado após confirmação do CONTRANTE do término do atendimento;

7.3.5.2 Do Perfil e da Qualificação Técnica dos Profissionais:

- 7.3.5.2.1** Os serviços de suporte e administração, realizados de forma remota, deverão ser prestados por profissionais com qualificação técnica adequada às características e à complexidade dos serviços, em estrutura da CONTRATADA.

- 7.3.5.2.2** A CONTRATADA deverá apresentar, no mínimo, as seguintes certificações para os profissionais que prestarão suporte a redes LAN e WAN:
- 7.3.5.2.3** Certificação em tecnologias de redes, com foco em configuração, gerenciamento e manutenção de redes locais (LAN) e de longa distância (WAN), incluindo roteamento, comutação e segurança de redes.
- 7.3.5.2.4** Certificação de nível avançado abrangendo o planejamento, design e otimização de redes LAN e WAN, bem como a implementação de soluções de alta disponibilidade, desempenho e segurança avançada, além de troubleshooting em ambientes complexos de rede.
- 7.3.5.2.5** Certificação que comprova conhecimentos aprofundados sobre redes de grande escala, com foco em arquitetura, integração de múltiplas tecnologias e automação de redes.
- 7.3.5.2.6** Certificação de nível expert em soluções de redes, que demonstra a capacidade de liderar projetos de redes empresariais e críticas, envolvendo tecnologias avançadas de roteamento, comutação, segurança de ponta e virtualização de redes.

7.3.5.3 SALA DE ATENDIMENTO – REFERENTE A ABERTURA DE CHAMADOS - Atendimento a requisições

Indicador	Descrição	Tempo de Primeira resposta	Disponibilidade
TMA Crítica	Requisições que, se não forem atendidas imediatamente, podem causar interrupções graves em operações críticas do negócio.	Até 1 horas após registro do chamado	24x7
TMA Alta	Requisições que afetam partes importantes do negócio, mas onde uma solução alternativa pode estar disponível ou o impacto não é tão imediato.	Até 2 horas após registro do chamado	24x7
TMA Média	Requisições que não afetam diretamente o negócio de maneira crítica, mas que ainda são necessárias para melhorar o trabalho ou fornecer suporte a uma operação.	Até 4 horas após registro do chamado	24x7
TMA Baixa	Requisições que afetam serviços ou recursos não críticos, ou são solicitações de melhorias e ajustes que não impactam a operação principal.	Até 8 horas comerciais após registro do chamado	8x5

7.3.5.4 REQUISITOS DE HABILITAÇÃO

7.3.5.4.1 Para comprovar a aptidão para execução dos serviços do objeto desta contratação, a empresa CONTRATADA deverá apresentar atestado(s) de capacidade técnica, emitido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprovando a execução de serviços compatíveis em características, quantidades e prazos com o objeto deste TR. Os atestados deverão:

7.3.5.4.1.1 Estar relacionados à atividade econômica principal ou secundária da licitante, conforme contrato social vigente;

7.3.5.4.1.2 Conter identificação da empresa emitente e da empresa prestadora (CNPJ e endereço);

7.3.5.4.1.3 Informar a descrição dos serviços prestados, prazos de execução e grau de satisfação da contratante;

7.3.5.4.1.4 Poderão ser apresentados em nome da matriz ou filial da licitante;

7.3.5.4.1.5 Ser acompanhados de documentos que comprovem sua legitimidade, como cópia do contrato que originou os serviços, endereço da contratante e local de execução.

7.3.5.4.1.6 Os proponentes deverão comprovar experiência prévia em projetos de segurança de porte e complexidade semelhantes ao certame. Atendendo os requisitos:

7.3.5.4.1.6.1 Apresentar atestado que comprove o fornecimento de serviços gerenciados de monitoramento e acionamento contínuo de SNOC em escala 24x7 com serviço gerenciado para sustentação, configuração, suporte, operação, monitoramento e acionamento contínuo de NOC, através da plataforma de Monitoramento, contendo no mínimo:

7.3.5.4.1.6.1.1 Volume mínimo de ativos monitorados através de NOC:

7.3.5.4.1.6.1.2 2000 ativos;

7.3.5.4.1.6.2 Prestação de serviço gerenciado para:

7.3.5.4.1.6.2.1 Sustentação

7.3.5.4.1.6.2.2 Configuração

7.3.5.4.1.6.2.3 Suporte

7.3.5.4.1.6.2.4 Operação

- 7.3.5.4.1.7** monitoramento e acionamento contínuo do NOC (Network Operations Center), por meio de plataforma de monitoramento.
- 7.3.5.4.1.8** Apresentar atestado que comprove a implementação e suporte a ferramenta de monitoramento contendo no mínimo:
 - 7.3.5.4.1.8.1** Implementação de Infraestrutura de ferramenta de monitoramento em alta disponibilidade em micro serviços;
 - 7.3.5.4.1.8.2** Prestação de suporte Técnico 24x7 contemplando as seguintes atividades:
 - 7.3.5.4.1.8.2.1** Ajustes na ferramenta de monitoramento;
 - 7.3.5.4.1.8.2.2** Ajustes no banco de dados;
 - 7.3.5.4.1.8.2.3** Ajustes nos Proxy;
 - 7.3.5.4.1.8.2.4** Ajustes nos agentes.
 - 7.3.5.4.1.8.2.5** Ter implementado e suportado solução de monitoramento que monitore no mínimo 48 mil ativos/serviços.
 - 7.3.5.4.1.8.2.6** Ter implementado ferramenta de monitoramento no mínimo com a versão 7.0.
 - 7.3.5.4.1.8.2.7** Apresentar atestado que comprove o fornecimento de Serviços de Governança de Tecnologia da Informação para gestão de processos, contendo no mínimo:
 - 7.3.5.4.1.8.2.8** Gerenciamento de incidentes;
 - 7.3.5.4.1.8.2.9** Melhoria Contínua;
 - 7.3.5.4.1.8.2.10** Gerenciamento de mudanças;
 - 7.3.5.4.1.8.2.11** Gerenciamento de capacidade e Desempenho;
 - 7.3.5.4.1.8.2.12** Gestão de processos;
 - 7.3.5.4.1.8.3** Apresentar atestado que comprove Serviços de Customer Success, Contendo os seguintes entregáveis;
 - 7.3.5.4.1.8.4** Elaboração e apresentação de relatórios;
 - 7.3.5.4.1.8.5** Acompanhamento dos serviços propostos;
 - 7.3.5.4.1.8.6** Acompanhamento dos entregáveis do contrato;
 - 7.3.5.4.1.8.7** Apresentação de indicadores;
 - 7.3.5.4.1.8.8** A licitante deverá apresentar, obrigatoriamente, atestado(s) de capacidade técnica, que comprove(m) a prestação de serviços em cloud

pública ou privada, contendo os seguintes entregáveis:

- 7.3.5.4.1.8.8.1** Administração, suporte ou operação de ambientes em nuvem pública;
- 7.3.5.4.1.8.8.2** Implementação, sustentação ou gerenciamento de serviços em plataformas de nuvem como AWS, Microsoft Azure, Google Cloud Platform, Oracle Cloud ou equivalentes;
- 7.3.5.4.1.8.8.3** Execução de atividades como provisionamento de recursos, monitoramento, governança ou otimização de custos em ambiente de nuvem.
- 7.3.5.4.1.8.8.4** Podem ser efetuadas as somas de atestados para a comprovação dos entregáveis das soluções de Monitoramento;

8. DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO E DO CONTRATANTE:

8.1 OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

- 8.1.1** A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes no Edital, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto.
- 8.1.2** Realizar a entrega dos itens na forma preceituada pelo Edital de Licitação, observadas as especificações técnicas declinadas neste Termo de Referência.
- 8.1.3** Efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no Termo de Referência e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes de no mínimo: marca, fabricante, modelo, procedência e prazo de garantia ou validade.
- 8.1.4** Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990).
- 8.1.5** Descrever sua proposta obedecendo às especificações constantes deste Termo de Referência, bem como demais informações necessárias ao perfeito entendimento do conteúdo.

- 8.1.6 Substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado neste Termo de Referência, o objeto com avarias ou defeitos>
- 8.1.7 É de responsabilidade da Contratada vencedora todas as despesas e encargos trabalhistas, fiscais, comerciais, tributários e previdenciários, decorrentes da execução dos serviços.
- 8.1.8 A Contratada deverá fornecer mensalmente ao CIMINAS um **relatório detalhado dos quantitativos dos itens fornecidos ou serviços executados durante o período**. Este relatório é essencial para o controle, acompanhamento da execução contratual e gestão dos recursos.
- 8.1.9 O relatório mensal deverá conter, no mínimo, as seguintes informações para cada item/serviço prestado:
- 8.1.9.1 **Identificação do Item/Serviço:** Código, descrição completa e unidade de medida.
 - 8.1.9.2 **Quantitativo Fornecido/Executado no Mês:** A quantidade exata de cada item entregue ou serviço realizado no período de referência.
 - 8.1.9.3 **Quantitativo Acumulado no Contrato:** A soma total dos quantitativos do item/serviço desde o início da vigência do contrato.
 - 8.1.9.4 **Local(is) de Entrega/Execução:** O(s) município(s) ou local(is) específico(s) onde o fornecimento/serviço ocorreu.
 - 8.1.9.5 **Data(s) de Entrega/Execução:** As datas em que cada fornecimento/serviço foi realizado.
 - 8.1.9.6 **Saldo Contratual (se aplicável):** A quantidade restante de cada item/serviço a ser fornecida/executada, considerando o total contratado.
 - 8.1.9.6.1 O relatório deverá ser apresentado em formato digital - planilha eletrônica compatível com Microsoft Excel, até o dia 10 (dez) do mês subsequente ao da prestação dos serviços ou fornecimento dos itens.
 - 8.1.9.6.2 A ausência ou apresentação inadequada do relatório poderá ensejar retenção de pagamento e/ou aplicação das sanções contratuais cabíveis.

8.2 OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

- 8.2.1 Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com o Edital e este termo de referência.
- 8.2.2 Comunicar a empresa vencedora de todas e quaisquer ocorrências relacionadas com o objeto, rejeitando, no todo ou em parte, o bem entregue ou executado fora da especificação deste Termo de Referência.
- 8.2.3 Pagar a importância correspondente, após a entrega dos veículos pela Contratada vencedora, no prazo pactuado, mediante notas fiscais,

devidamente

atestadas.

- 8.2.4** Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Edital e seus anexos.
- 8.2.5** Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo.
- 8.2.6** Comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido.
- 8.2.7** Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de servidor especialmente designado.
- 8.2.8** Nos termos do art. 117 Lei nº 14.133/21, a execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada por 1 (um) ou mais fiscais do contrato, representantes da Administração especialmente designados conforme requisitos estabelecidos no art. 7º da citada Lei, ou pelos respectivos substitutos, sendo permitida a contratação de terceiros para assisti-los e subsidiá-los com informações pertinentes a essa atribuição.
- 8.2.9** A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 120 da Lei nº 14.133/21.
- 8.2.10** O representante da Administração Solicitante anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.
- 8.2.11** A Administração solicitante não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Termo de Contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

9. DAS CONSIDERAÇÕES GERAIS:

9.1 Caberá à CONTRATADA refazer a entrega dos produtos licitados (sem ônus para a contratante) sempre que os produtos estiverem em desacordo com as especificações deste termo de referência.

10. DA GESTÃO DO CONTRATO:

10.1 O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

10.2 Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de entrega será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

10.3 As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

10.4 O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

10.5 Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

10.6 As exigências e a atuação da fiscalização em nada restringem a responsabilidade única, integral e exclusiva da licitante vencedora, no que concerne à execução do objeto.

10.7 Será competente para acompanhar, fiscalizar, conferir e autorizar o objeto desta licitação os fiscais designados nos futuros Contratos dos respectivos municípios aderentes observados as legislações vigentes.

10.8 Na ocorrência de atrasos na entrega, a CONTRATANTE poderá aplicar as penalidades previstas na lei e no edital de convocação.

10.9 A fiscalização do objeto desta licitação ficará a cargo do município contratante, juntamente com o técnico responsável que será designado para tal finalidade, observados as legislações vigentes.

11. CRITÉRIOS DE PAGAMENTO

11.1 RECEBIMENTO

- 11.1.1** Os produtos e serviços serão recebidos provisoriamente, será recebida a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.
- 11.1.2** Os produtos poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 3 dias úteis, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.
- 11.1.3** O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 10 (dez) dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade dos serviços e consequente aceitação mediante termo detalhado.
- 11.1.4** Para as contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo máximo para o recebimento definitivo será de até 3 dias úteis.
- 11.1.5** O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais ou da documentação prevista no item 8.2.3.
- 11.1.6** No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que for pertinente à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.
- 11.1.7** O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.
- 11.1.8** O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança dos bens nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

- 11.1.9** A Nota Fiscal deverá obrigatoriamente indicar o Município onde o serviço foi executado/prestado, para fins de recolhimento do Imposto Sobre Serviços (ISS).

11.2 LIQUIDAÇÃO

- 11.2.1** Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §3º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.
- 11.2.2** O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 11.2.3** Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:
- 11.2.3.1** o prazo de validade;
 - 11.2.3.2** a data da emissão;
 - 11.2.3.3** os dados do contrato e do órgão contratante;
 - 11.2.3.4** o período respectivo de execução da ordem de serviço;
 - 11.2.3.5** o valor a pagar;
- 11.2.4** Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante.
- 11.2.5** A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 11.2.6** A Administração deverá realizar consulta aos órgãos competentes para:
- 11.2.6.1** verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital;
 - 11.2.6.2** identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas (INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 3, DE 26 DE ABRIL DE 2018).
 - 11.2.6.3** Constatando-se, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5

(cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

11.2.6.4 Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

11.2.6.5 Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

11.2.6.6 Em relação a parte incontroversa quanto a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação.

11.3 PRAZO DE PAGAMENTO

11.3.1 O pagamento será efetuado no prazo de até 10 (dez) dias contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior.

11.4 FORMA DE PAGAMENTO

11.4.1 O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

11.4.2 Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

11.4.3 Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

11.4.4 Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

11.4.5 O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime; no entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

12. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E FORMA DE FORNECIMENTO:

12.1 FORMA DE SELEÇÃO E CRITÉRIO DE JULGAMENTO DA PROPOSTA

- 12.1.1** O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo **MENOR PREÇO POR LOTE**.

12.2 FORMA DE FORNECIMENTO

- 12.2.1** O fornecimento do objeto será sob demanda do município aderente, e entregue a cada ordem de fornecimento expedida com os quantitativos desejados para aquela ordem, que conterá os quantitativos específicos de cada item do processo para a execução dos serviços.
- 12.2.2** A CONTRATADA deverá computar na sua proposta TODO e QUALQUER valor que seja necessário para cobrir todas as despesas oriundas das futuras ordens de fornecimento que serão emitidas pelos municípios aderentes, sendo que, conforme disposto no preâmbulo deste termo de referência.
- 12.2.3** Além dos custos operacionais, também deverão estar previstas na proposta de preços os valores referentes a despesas com mão de obra, tributos, encargos sociais, fretes, insumos, combustíveis, deslocamento de veículos e demais custos referentes ao fornecimento dos veículos.

13. EXIGÊNCIAS DE HABILITAÇÃO

- 13.1** Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

13.1.1 HABILITAÇÃO JURÍDICA

- 13.1.1.1** Pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional.
- 13.1.1.2** Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede.
- 13.1.1.3** Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores.
- 13.1.1.4** Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

- 13.1.1.5** Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores.
- 13.1.1.6** Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz.
- 13.1.1.7** Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.
- 13.1.1.8** Documento de identificação pessoal do(s) sócio(s) administrador(es).
- 13.1.1.9** Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

13.1.2 HABILITAÇÃO FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA

- 13.1.2.1** Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;
- 13.1.2.2** Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.
- 13.1.2.3** Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);
- 13.1.2.4** Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;
- 13.1.2.5** Prova de regularidade com a Fazenda Estadual e Municipal do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;
- 13.1.2.6** Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos Estaduais e Municipais relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

13.1.3 QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

- 13.1.3.1** Certidão negativa de falência, emitida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, sendo considerada válida se emitida até 90 (noventa) dias da data marcada para a sessão pública deste processo licitatório. Nas hipóteses em que a certidão de recuperação judicial ou extrajudicial fornecida for positiva, deve a licitante apresentar comprovante da homologação/deferimento pelo juízo competente do plano de recuperação judicial/extrajudicial em vigor.
- 13.1.3.2** Balanço Patrimonial e demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais (nas conformidades do Art. 69, Inciso I da Lei Federal 14.133/2021), apresentados na forma da lei, assinado por profissional devidamente e regularmente habilitado (contador), registrado no Conselho Regional de Contabilidade – CRC, que comprovem a boa situação financeira da licitante, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, admitida, quando aquelas peças de escrituração contábil estiverem encerradas há mais de 03 (três) meses da data de apresentação da proposta, a atualização pelo ÍNDICE GERAL DE PREÇOS – DISPONIBILIDADE INTERNA – IGP-DI, publicado pela Fundação Getúlio Vargas – FGV ou por outro indicador que o venha a substituir;
- 13.1.3.3** Serão considerados aceitos, na forma da lei, o balanço patrimonial e demonstrações contábeis assim apresentados.
- 13.1.3.3.1** Sociedades regidas pela Lei nº 6.404/76 consideradas assim como Sociedades Anônimas ou S/A:
- 13.1.3.3.1.1** Registrados e arquivados na Junta Comercial da sede ou domicílio da licitante;
- 13.1.3.3.1.2** Publicados em Diário Oficial; e
- 13.1.3.3.1.3** Publicados em jornal de grande circulação; ou
- 13.1.3.3.1.4** Por fotocópia registrada ou autenticada na Junta Comercial da sede ou domicílio da licitante.
- 13.1.3.3.2** Sociedades de responsabilidade limitada (LTDA):
- 13.1.3.3.2.1** Por fotocópia do livro Diário, inclusive com os Termos de Abertura e de Encerramento, devidamente autenticado na Junta Comercial da sede ou domicílio da licitante ou em outro Órgão equivalente; ou
- 13.1.3.3.2.2** Por fotocópia do Balanço e das Demonstrações Contábeis devidamente registrados ou autenticados na Junta Comercial da sede ou domicílio da licitante.
- 13.1.3.3.2.3** Apresentada por meio do sistema público de escrituração digital-SPED, sendo comprovada a autenticação dos livros pelo recibo de entrega emitido pelo SPED, de acordo com o disposto no

art. 78-A do decreto nº 1.800/1996 com a redação determinada pelo decreto nº 8.683/2019.

13.1.3.3.3 Sociedades criada no exercício em curso:

13.1.3.3.3.1 Fotocópia do Balanço de Abertura, devidamente registrado ou autenticado na Junta comercial da sede ou domicílio da licitante.

13.1.3.3.3.2 A comprovação da boa situação financeira da licitante será confirmada por documento assinado pelo contador da licitante legalmente habilitado junto ao CRC (Conselho Regional de Contadores) demonstrando que a empresa apresenta, perante o seu último balanço patrimonial exigível, “Índice de Liquidez Geral (LG)”, “Índice de Solvência Geral (SG)” e “Índice de Liquidez Corrente (LC)”, segundo os valores e fórmulas de cálculo abaixo indicados

Índice de Liquidez Corrente (ILC) IGUAL OU SUPERIOR A 1,00, calculado pela fórmula abaixo:

$$ILC = \frac{AC}{PC}$$

Índice de Solvência Geral (SG) IGUAL OU SUPERIOR A 1,00, calculado pela fórmula abaixo:

$$SG = \frac{AT}{PC + PELP}$$

Índice de Liquidez Geral (ILG) IGUAL OU SUPERIOR a 1,00, calculado pela fórmula a seguir:

$$ILG = \frac{AT}{PC + PELP}$$

Legenda:

AC = Ativo Circulante

PC = Passivo Circulante

ARLP = Ativo Realizável a Longo Prazo

PELP = Passivo Exigível a Longo Prazo

AT = Ativo Total

13.1.3.4 A comprovação da boa situação financeira da licitante será confirmada por documento assinado pelo contador da licitante legalmente habilitado junto ao CRC (Conselho Regional de Contadores) demonstrando que a empresa apresenta, perante o seu último balanço patrimonial exigível,

“Índice de Liquidez Geral (LG)”, “Índice de Solvência Geral (SG)” e “Índice de Liquidez Corrente (LC)”, segundo os valores e fórmulas de cálculo abaixo indicados

- 13.1.3.5 **JUSTIFICATIVA ÍNDICES CONTÁBEIS** – os índices contábeis indicados neste edital são os mais utilizados nas contratações públicas e não caracterizam restrição à participação, de acordo com a jurisprudência do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais (Representação n. 775.293. Rel. Conselheira Adriene Andrade. Sessão do dia 17/03/2009; Recurso Ordinário 808.260. Rel. Conselheira Adriene Andrade. Sessão do dia 01/06/2011 Tribunal Pleno).

13.1.3.6 **QUALIFICAÇÃO TÉCNICA**

- 13.1.3.6.1 Comprovação de Capacidade Técnica, através de apresentação de atestado fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove que a empresa licitante prestou ou está prestando serviço compatível com o objeto desta licitação. O atestado emitido por pessoa jurídica de direito privado deverá vir assinado pelo representante legal da empresa emitente, devidamente comprovado, ou por seu Procurador (procuração pública).
- 13.1.3.6.2 O CIMINAS se resguarda no direito de diligenciar junto à pessoa jurídica emitente do Atestado de Capacidade Técnica, visando a obter informações sobre os serviços prestados, podendo solicitar cópias dos respectivos contratos, aditivos, Notas Fiscais e/ou outros documentos comprobatórios da execução dos serviços.
- 13.1.3.6.3 A licitante deverá apresentar, no mínimo, 01 (um) atestado de capacidade técnica, emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprovando que forneceu, de forma satisfatória, equipamentos ou serviços compatíveis com o objeto da licitação.
- 13.1.3.6.4 O(s) atestado(s) apresentado(s) deverá(ão) comprovar que a empresa possui aptidão técnica para fornecimento e implantação de solução integrada de conectividade, em características, prazos e quantitativos compatíveis com o objeto licitado.
- 13.1.3.6.5 Para fins de comprovação, serão aceitos atestados que demonstrem a execução de contratos com as seguintes características mínimas:
- 13.1.3.6.5.1 Fornecimento e instalação de Access Points corporativos gerenciáveis.
- 13.1.3.6.5.2 Fornecimento e instalação de switches PoE gerenciáveis com uplink de 1/10Gbps;

- 13.1.3.6.5.3** Prestação de serviços de suporte técnico ou assistência a equipamentos de rede em múltiplos locais (mínimo de 500 unidades físicas).
- 13.1.3.7** Devido à grande escala do projeto e à necessidade de garantir robustez e experiência prévia, será exigida, no mínimo, a comprovação dos seguintes quantitativos por meio de um ou mais atestados:
- 13.1.3.7.1 Item 01: Fornecimento de, no mínimo, 40% de cada modelo de Access Points gerenciáveis;
 - 13.1.3.7.2 Item 02: Fornecimento de, no mínimo, 40% de switches PoE com uplink de 1/10Gbps;
 - 13.1.3.7.3 Item 03: Instalação e comissionamento de rede sem fio com abrangência mínima de 1.000 unidades;
 - 13.1.3.7.4 Item 04: Suporte técnico (NOC ou equivalente) com atendimento 24x7;
 - 13.1.3.7.5 Item 05: Operação de projeto com vigência igual ou superior a 12 (doze) meses.
- 13.1.3.8** Será aceito o somatório de atestados para fins de comprovação dos quantitativos mínimos exigidos, desde que se refiram a contratos executados em períodos concomitantes, com intervalo máximo de 12 (doze) meses entre si.
- 13.1.3.9** O fornecedor deverá comprovar que está autorizado junto à ANATEL, para fornecimento, instalação ou comercialização de equipamentos de telecomunicação, quando aplicável.
- 13.1.3.10** A Administração reserva-se o direito de diligenciar junto à entidade emitente do atestado, solicitando informações adicionais ou cópias dos contratos correspondentes, inclusive para verificar a veracidade e a completude do documento. Os atestados de capacidade técnica deverão conter, no mínimo:
- 13.1.3.10.1 Identificação completa do emitente (razão social, CNPJ e contato);
 - 13.1.3.10.2 Especificação clara dos bens ou serviços fornecidos;
 - 13.1.3.10.3 Vigência do contrato;
 - 13.1.3.10.4 Local e datas de início e término da execução.
 - 13.1.3.10.5 A licitante deverá apresentar planilha de atendimento ponto a ponto aos requisitos técnicos descritos nas Especificações Técnicas deste Termo de Referência
 - 13.1.3.10.6 A planilha deverá conter a indicação exata do documento em que consta cada requisito atendido, incluindo número da página, parágrafo e seção correspondente.
- 13.1.3.11** Para fins de comprovação técnica, a planilha deverá vir acompanhada de documentação de apoio, como:
- 13.1.3.11.1 Datasheets (fichas técnicas oficiais do fabricante);

- 13.1.3.11.2 Catálogos técnicos;
- 13.1.3.11.3 Folders institucionais;
- 13.1.3.11.4 Endereços eletrônicos (links) para material oficial do fabricante.
- 13.1.3.12 As referências a documentos digitais (links) deverão apontar para fontes oficiais ou repositórios reconhecidos, que permitam verificar de forma clara e inequívoca as funcionalidades e conformidades declaradas.
- 13.1.3.13 Em caso de envio de links de internet, a CONTRATADA será responsável por garantir a acessibilidade do conteúdo até o encerramento da fase de julgamento, sob pena de desconsideração do material correspondente.

13.2 SUBCONTRATAÇÃO

- 13.2.1 Será permitida a subcontratação parcial do objeto, exclusivamente para atividades de apoio logístico, instalação e serviços auxiliares, desde que previamente autorizada pela CONTRATANTE.
- 13.2.2 A CONTRATADA continuará sendo inteiramente responsável pela execução integral do objeto contratado, inclusive pelas atividades eventualmente subcontratadas, nos termos do art. 123 da Lei nº 14.133/2021.
- 13.2.3 Não será admitida a subcontratação de:
 - 13.2.3.1 Fornecimento dos equipamentos principais (Access Points, Switches, Controladora), salvo quando expressamente autorizado mediante carta de solidariedade ou representação do fabricante;
 - 13.2.3.2 Serviços de suporte técnico centralizado (NOC), atendimento 24x7 ou helpdesk;
 - 13.2.3.3 Garantias contratuais e cumprimento dos níveis de serviço.
 - 13.2.3.4 A empresa subcontratada deverá possuir capacidade técnica comprovada para execução do serviço a ser delegado, devendo apresentar, quando solicitado, os documentos de habilitação jurídica e técnica pertinentes.
 - 13.2.3.5 A CONTRATADA deverá apresentar à CONTRATANTE, sempre que requisitada, cópia dos contratos de subcontratação firmados, acompanhados dos documentos que atestem a regularidade fiscal, jurídica e técnica da subcontratada.

14. OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS (LGPD)

- 14.1 Em conformidade com a Lei nº 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – LGPD), a CONTRATADA deverá observar as seguintes obrigações relativas à proteção de dados pessoais durante toda a execução do contrato:
 - 14.1.1 As partes deverão cumprir integralmente a LGPD quanto a todos os dados pessoais acessados em razão da licitação ou da execução contratual, desde

a apresentação da proposta, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.

- 14.1.2** Os dados pessoais obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram o seu acesso, observando os princípios da boa-fé e os fundamentos legais estabelecidos no art. 6º da LGPD.
- 14.1.3** É vedado o compartilhamento de dados pessoais com terceiros fora das hipóteses previstas na legislação vigente.
- 14.1.4** A CONTRATADA deverá informar à CONTRATANTE, no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, sobre todos os contratos de suboperação firmados ou que venham a ser celebrados, relacionados ao tratamento de dados decorrente deste contrato.
- 14.1.5** Encerrado o tratamento dos dados, conforme art. 15 da LGPD, a CONTRATADA deverá eliminá-los, salvo nas hipóteses legais do art. 16, que autorizam a guarda para cumprimento de obrigação legal ou contratual, pelo prazo necessário.
- 14.1.6** A CONTRATADA deverá promover treinamento e orientação a todos os seus empregados, prepostos e subcontratados que atuarem na execução do contrato, sobre os deveres e responsabilidades relacionados à proteção de dados pessoais.
- 14.1.7** É responsabilidade da CONTRATADA garantir que todos os suboperadores e eventuais subcontratados cumpram as disposições desta cláusula, permanecendo solidariamente responsável por qualquer descumprimento.
- 14.1.8** A CONTRATANTE poderá realizar diligências ou auditorias para aferir o cumprimento das obrigações previstas nesta cláusula, sendo obrigatória a colaboração imediata da CONTRATADA.
- 14.1.9** O CONTRATADO deverá prestar, no prazo fixado pela CONTRATANTE, prorrogável por justificativa aceita, quaisquer informações relativas ao tratamento dos dados pessoais, inclusive quanto à eventual eliminação ou retenção.
- 14.1.10** Os bancos de dados formados a partir deste contrato deverão estar hospedados em ambiente virtual controlado, com trilha de auditoria e registro individual rastreável de tratamento (conforme art. 37 da LGPD), garantindo interoperabilidade, segurança e rastreabilidade.
- 14.1.11** Este Termo de Referência poderá ser alterado em decorrência de recomendações ou deliberações da ANPD (Autoridade Nacional de Proteção de Dados), sempre que necessário à adequação normativa.
- 14.1.12** Os contratos e convênios firmados com terceiros que envolvam o tratamento de dados pessoais, conforme §1º do art. 26 da LGPD, deverão ser informados à ANPD.
- 14.1.13** Quando houver coleta de dados pessoais de usuários finais (alunos, professores ou servidores), a CONTRATADA deverá garantir os princípios da

anonimização, minimização e limitação de acesso, mantendo registro estruturado de tratamento conforme art. 37 da LGPD

15. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E VALORES ESTIMADOS POR MUNICÍPIO:

- 15.1** As despesas decorrentes da presente contratação correrão na dotação do município solicitante.
- 15.2** A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.
- 15.3** Os valores estimados de preços por município participante será para 12 (doze) meses e ou 24 (vinte e quatro) meses, caso o CIMINAS, resolva prorrogar a ATA, nas formas do artigo 84º da lei federal 14.133/2021.

Araxá/MG, 01 de outubro de 2025

Natalia Santana
CIMINAS

ANEXO II

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 123/2025

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 044/2025

MINUTA - ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº ____/2025

O CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO DE MINAS GERAIS - CIMINAS, consórcio público de direito público, CNPJ 19.493.732/0001-99, com sede na Rua Antônio Alves da Costa, 300, Vila São Pedro, Araxá/MG, CEP 38183-058, neste ato representado pelo seu Presidente devidamente constituído em assembleia Sr. Frederico Ozanam Rangel, brasileiro, Prefeito Municipal de Santa Rosa da Serra/MG – CEP 38805-000, considerando o julgamento do Pregão Eletrônico nº 044/2025, para REGISTRO DE PREÇOS, Processo Administrativo nº 123/2025, RESOLVE registrar os preços da(s) empresa(s) _____ CNPJ _____ com sede à _____
Bairro _____ Cidade _____ CEP _____ por seu sócio proprietário Sr.(a) _____, de acordo com a classificação por ela(s) alcançada(s) e na(s) quantidade(s) cotada(s), atendendo as condições previstas no Edital, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável, em conformidade com as disposições a seguir:

1. DO OBJETO

1.1. OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA EXECUÇÃO DE PROJETOS DE CONECTIVIDADE LÓGICA NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA EM ATENDIMENTO AOS ÓRGÃOS DEMANDANTES

2. DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

2.1. Deverão estar incluídos no preço todos os insumos necessários para a execução do objeto desta licitação, tais como impostos, taxas, frete, seguros e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente sobre a avença, sem ônus adicional para a Administração.

LOTE 1- MATERIAL - CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA EXECUÇÃO DE PROJETOS DE CONECTIVIDADE LÓGICA NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA EM ATENDIMENTO AOS ÓRGÃOS DEMANDANTES

Item	Qtde	Unidade	Cód.	Descrição Material	Vr. Unit.	Vr. Total
001	480,0000	unidade	22666	<p>NOBREAK. NOBREAK: ESPECIFICAÇÕES DE ENTRADA: Tensão de entrada: Bivolt automático 115V / 220V, 50/60 Hz com detecção automática; Frequência de operação: 50/60 Hz com detecção automática. ESPECIFICAÇÕES DE SAÍDA: Tensão de saída: Monovolt 115V; Potência nominal de saída: mínimo de 600 VA; Fator de potência: $\geq 0,7$; Forma de onda de saída: Senoidal pura. CONECTIVIDADE E INSTALAÇÃO: Mínimo de 6 tomadas ou bornes no padrão NBR 14.136; Cabo de força incluso, com comprimento mínimo de 1,5 metro. RECURSOS FUNCIONAIS: Função de autoteste automático ao ser ligado, com verificação dos circuitos internos e estado da bateria; Porta fusível externa, com espaço para acomodar 1 fusível reserva. Bateria Interna: Mínimo de 1 banco de bateria selada 12V/7Ah; Bateria recarregável e livre de manutenção. Gabinete: Gabinete incluso, com estrutura compatível e segura para acomodação do circuito e da bateria. Conformidade Ambiental e de Segurança: Conformidade com a Resolução CONAMA nº 237/2007 (licenciamento ambiental); Atendimento à Resolução CONAMA nº 401/2008 (limites de substâncias nocivas em baterias); Conformidade com a diretiva RoHS (Restrição de Substâncias Perigosas). CONSIDERAÇÕES TÉCNICAS: O nobreak especificado (600 VA, 420 W reais) possui capacidade adequada para alimentação de um único switch PoE com potência máxima de até 360 W, considerando margem para operação dos circuitos internos e picos de consumo. A utilização de múltiplos switches PoE ou dispositivos adicionais conectados simultaneamente ao mesmo nobreak pode exceder sua capacidade de fornecimento de energia, comprometendo sua autonomia e funcionamento adequado. Para locais com mais de um switch ou consumo superior a 420 W, deverá ser instalado um nobreak adicional, de acordo com o dimensionamento da carga total instalada. Garantia: A garantia mínima para o nobreak deverá ser de 12 (doze) meses, cobrindo defeitos de fabricação e falhas nos componentes internos, incluindo a bateria.</p>	9.190,8700	4.411.617,60
				PONTO DE ACESSO EXTERNO PONTO DE ACESSO	8.678,7500	69.430.000,00

002	8.000,0000	unidade	22668	<p>EXTERNO: REQUISITOS GERAIS: O fabricante deve constar no Quadrante Mágico do Gartner mais recente – “Infraestrutura de Acesso a LAN com e sem fio”; Certificação ANATEL válida; O Certificado deverá ser entregue preferencialmente junto aos Documentos de Habilitação Técnica. Caso o dispositivo ainda não tenha sido homologado, deverá ser anexado o comprovante de solicitação de homologação junto a Anatel. E deverá estar homologado no momento da entrega. Certificação Wi-Fi Alliance (subcategoria Enterprise/Service Provider Access Point, Switch/Controller or Router); O dispositivo deve ser certificado como Wi-Fi 7 (802.11be) pela Wi-Fi Alliance, constando na lista oficial de interoperabilidade. Deve ser do mesmo fabricante da solução de gerenciamento e totalmente licenciado para operação com ela; Todas as licenças necessárias para funcionalidade e gerenciamento devem estar incluídas. Todos os itens, sejam hardware ou software, deverão ser integrados pelo próprio fabricante do equipamento, não sendo aceito, portanto, equipamentos em regime OEM, customizações ou apenas cessão de direitos limitados.</p>		
003	480,0000	unidade	22669	<p>PONTO DE ACESSO INTERNO PONTO DE ACESSO INTERNO: REQUISITOS GERAIS: O fabricante deve estar listado no Quadrante Mágico do Gartner mais recente para “Infraestrutura de Acesso a LAN com e sem fio”; O produto deve possuir certificação ANATEL válida; O Certificado deverá ser entregue preferencialmente junto aos Documentos de habilitação Técnica. Caso o equipamento ainda não esteja homologado, deverá ser anexado o comprovante de solicitação de homologação. A homologação deverá estar concluída no momento da entrega. O ponto de acesso deve possuir certificação Wi-Fi CERTIFIED 7 da Wi-Fi Alliance, na subcategoria Enterprise/Service Provider Access Point, Switch/Controller or Router; O dispositivo deve ser certificado como Wi-Fi 7 (802.11be) pela Wi-Fi Alliance, constando na lista oficial de interoperabilidade. Deve ser do mesmo fabricante da solução de gerenciamento proposta e licenciado para uso completo com esta solução; Todas as licenças necessárias para funcionalidades e gerenciamento devem estar incluídas. Todos os itens, sejam hardware ou software, deverão ser integrados pelo próprio fabricante do equipamento, não sendo aceito, portanto, equipamentos em regime OEM, customizações ou apenas cessão de direitos limitados. Suporte simultâneo às bandas de 2.4 GHz, 5 GHz e 6 GHz. Suporte a largura de canal de até 320 MHz, sendo obrigatório o suporte a 160 MHz. Suporte a modulação 4K-QAM (4096-QAM) Suporte a Preamble Puncturing (uso parcial de canais com interferência). Suporte a MLO (Multi-Link Operation) para comunicação simultânea em múltiplas bandas/canais. O ponto de acesso deve suportar alocação simultânea de múltiplas unidades de recurso (Multi-RU), com base nos padrões IEEE 802.11ax e 802.11be, para comunicação eficiente com múltiplos clientes; Suporte a DFS (dynamic frequency selection); O ponto de acesso deverá suportar ACC (Advanced Cellular Coexistence) ou tecnologia equivalente, com o objetivo de minimizar interferências provenientes de redes móveis (ex: 4G/5G); O ponto de acesso deve suportar IEEE 802.11r (Fast Roaming), garantindo transição rápida entre APs para clientes móveis; INSTALAÇÃO FÍSICA E</p>	9.810,0000	69.430.000,00

				<p>SEGURANÇA: Montagem em parede e teto, com acessórios incluídos; Compatível com sistema antifurto tipo Kensington ou similar; Deve impedir a remoção não autorizada (ex: cabo de segurança com chave); Antenas internas, fixas (não removíveis); Suporte a PoE IEEE 802.3af/at ou superior; Temperatura operacional mínima de 50°C; LED(s) indicativo(s) de status de operação; Interface de rede mínima de 2.5Gbps Base-T e uma porta adicional mínima de 10M/100M/1000M Base-T, ambas com função de uplink. RECURSOS DE REDE: Suporte a VLANs IEEE 802.1Q (mínimo de 15 VLANs); DHCP (cliente) e IP estático; Suporte a SNMPv2c/v3 e NETCONF, com traps; Compatível com IPv4 e IPv6. SEGURANÇA E CRIPTOGRAFIA: Suporte a WPA2, WPA3 (personal e enterprise), IEEE 802.1X, TKIP, AES, SAE; Suporte a chave compartilhada exclusiva (ex: PPSK, Identity PSK, MPMK etc.); Controle de acesso por MAC Address; Suporte a captive portal com autenticação via HTTPS. Suporte a autenticação customizável e compatível com Google Workspace, Microsoft EntraID; Não deverá existir limite de usuários para qualquer método de autenticação Recursos de reconhecimento e bloqueio de aplicações (com licença incluída durante o período da garantia, se necessário); Capacidade de marcação/priorização de tráfego (QoS por aplicação). CAPACIDADE E DESEMPENHO: MIMO 2x2 em 2.4GHz e 5GHz e MIMO 4x4 em 6 GHz com taxas mínimas de 574 Mbps, 1.2 Gbps e 8 Gbps, respectivamente; Suporte a no mínimo 1200 clientes simultâneos por AP, 400 por rádio. Compatível com IEEE 802.11a/b/g/n/ac/ax; Capacidade de definir no mínimo 36 SSIDs com opção de ocultação; Seleção automática de canal e ajuste dinâmico de potência; Antenas internas com ganho mínimo de 4 dBi (2.4GHz) e 5 dBi (5GHz) e 5 dBi(6GHz); O equipamento deve possuir potência mínima de transmissão de 23 dBm para cada uma das frequências suportadas (2.4 GHz, 5 GHz e 6 GHz), com possibilidade de ajuste por banda, respeitando os limites regulamentares da ANATEL para operação indoor; Deve possuir slot USB 2.0 tipo A. Suporte a operação Mesh. GARANTIA: Garantia de 60 (sessenta) meses do fabricante, padrão 8x5xNBD (Next Business Day).</p>		
004	480,0000	unidade	22670	<p>RACK RACK: Tipo: Rack fechado, padrão 19", para montagem de equipamentos de infraestrutura de rede. UTILIZAÇÃO: Acomodação de switches, access points controladoras, equipamentos ativos e passivos de rede. ESTRUTURA: Fabricado em aço com acabamento resistente à corrosão (pintura eletrostática ou similar); Capacidade: no mínimo 6U (unidades de rack); O rack de parede deverá ser construído com chapas de aço de alta resistência mecânica, com espessura mínima de 1,2 mm em sua estrutura principal, devidamente tratadas contra oxidação (fosfatização e pintura eletrostática a pó). A estrutura deverá ser projetada para suportar uma carga superior a soma da carga de todos os equipamentos instalados no rack, sem deformações permanentes ou desalinhamentos ao longo do tempo. O projeto mecânico do rack deverá garantir a distribuição uniforme da carga e o reforço nas áreas de fixação, inclusive com dobras estruturais, pontos de reforço ou travessas internas. Devem ser fornecidos pontos de fixação adequados para parede com buchas e parafusos de alta resistência,</p>	722,7500	346.920,00

				compatíveis com alvenaria ou estrutura metálica, e com suporte mínimo equivalente ao peso máximo do rack + 30% de margem de segurança. O fabricante deverá apresentar documentação técnica comprovando a capacidade de carga estática do produto (ficha técnica, laudo de ensaio ou certificação equivalente). Garantia mínima: 12 (doze) meses. Dimensões mínimas externas: Profundidade: 50 cm; Largura: 55 cm; Altura: 36 cm. CARACTERÍSTICAS CONSTRUTIVAS E FUNCIONAIS: Porta frontal: Em vidro temperado ou acrílico, com sistema de travamento por fecho lingueta com chave e segredo individual; Chapa traseira perfurada com sistema de fixação em parede por parafusos (deve acompanhar kit completo para montagem e desmontagem); Tampas laterais removíveis com fecho rápido (travas); Ventilação natural: Aletas de ventilação em áreas estratégicas; Passagem de cabos: Recortes reguláveis na parte inferior e superior; Planos de fixação: 2 réguas verticais (frontal e traseira) padrão 19", ajustáveis em profundidade; Acessórios inclusos: Kit completo de porcas-gaiola e parafusos compatíveis com a capacidade total de ocupação do rack.		
005	480,0000	unidade	22671	SWITCH POE 24 PORTAS 2.5GBPS SWITCH POE 24 PORTAS 2.5GBPS: 1 UN 2.000 SWITCH POE 24 PORTAS 2.5GBPS REQUISITOS GERAIS O Fabricante do equipamento deve estar listado no relatório do Gartner mais atual – "Quadrante Mágico para Infraestrutura de Acesso a LAN com e sem fio"; O produto deve possuir certificação válida da ANATEL; O equipamento deve acompanhar todas as licenças necessárias para habilitação de funcionalidades e gerenciamento completo. Todos os itens, sejam hardware ou software, deverão ser integrados pelo próprio fabricante do equipamento, não sendo aceito, portanto, equipamentos em regime OEM, customizações ou apenas cessão de direitos limitados. CARACTERÍSTICAS FÍSICAS E ELÉTRICAS: O switch deve possuir no mínimo 24 portas RJ45 2.5 Gigabit ou superior PoE com suporte aos padrões IEEE 802.3af/at ou superior (PoE+), com potência total mínima para alimentar o total de portas de serviço com 802.3at. 4 (quatro) portas SFP+ (10 Gbps), compatíveis com transceptores padrão 10GBASE-LR; OU BiDi (10GBASE-BX10) Fornecimento de 2 (dois) transceivers monomodo 10GBASE-LR (10 Gbps), do mesmo fabricante do equipamento ofertado; OU Fornecimento par de transceivers monomodo BiDi (10GBASE-BX10) de 10 Gbps com conector LC simplex, do mesmo fabricante do equipamento ofertado; Os transceivers devem ser originais de fábrica, homologados e compatíveis com os slots SFP+ do próprio equipamento. O equipamento deve possuir, no mínimo, duas portas SFP+ dedicadas exclusivamente para empilhamento físico ou lógico, que não utilizem nem comprometam as portas SFP+ de uplink O cabo de empilhamento apropriado deve ser fornecido junto ao equipamento. Montagem em rack 19", ocupando 1U, com todos os acessórios necessários; Fonte de alimentação redundante modular hot swap bivolt (100–240V, 50/60Hz) com detecção automática; Temperatura operacional: 0 a 50°C; Armazenamento: -40 a 70°C; Umidade operacional: 10%–90% (sem condensação); LED indicativo de status das portas e da fonte de alimentação; Porta	746,1300	358.142,40

			<p>console (RJ-45, USB ou RS-232) com cabo incluso; Possuir porta USB 2.0 tipo A com função de transferência de arquivos. Acompanha cabo de alimentação, guia de instalação e kit de montagem. DESEMPENHO E CAPACIDADE: Comutação mínima: 200 Gbps, sem considerar banda de empilhamento. taxa mínima de encaminhamento de pacotes deve ser de 140 Mpps, visando garantir alto desempenho em ambientes com tráfego intenso e utilização de recursos como VLANs, ACLs, QoS; CAPACIDADE DE MAC ADDRESS: mínimo 32.000; 1.3.4. Capacidade de implementar 1.024 Interfaces-Vlan; Suporte a Jumbo Frames (9KB); MÉTODO DE COMUTAÇÃO: Store-and-Forward. FUNCIONALIDADES DE REDE E SEGURANÇA: Suporte a IEEE 802.1X, 802.1d, 802.1w, 802.1Q (mínimo 4.000 VLANs simultâneas), proteção de loop, BPDU guard, root guard; QoS com mínimo de 8 filas por porta, com suporte a prioridade estrita, classificação baseada em CoS (802.1p) e DSCP; Suporte a IGMP v1/v2/v3 snooping e PIM (SM, DM, SSM); Dual Stack IPv4/IPv6 com roteamento e ACLs (mínimo 1.500 IPv4 e 1.500 IPv6); Autenticação via RADIUS, TACACS(ou similar do fabricante), MAC e 802.1X, com suporte a AAA completo; Filtros de tráfego: IP/MAC origem/destino, portas TCP/UDP, VLAN, camada 2; Limitação de MAC por porta, com proteção contra "MAC flapping"; O equipamento deve implementar mecanismos de segurança de camada 2, incluindo: Proteção contra ataques ARP (ARP Poisoning); Mitigação de ataques DoS em plano de controle e dados; Root Protection, BPDU Guard e Loop Guard no protocolo Spanning Tree (STP). Suporte aos protocolos de camada de rede em IPv4 e IPv6: rota estática, OSPF e BGP. Capacidade de 8.000 rotas IPv4 e 3.000 rotas IPv6. Agregação de links: mínimo 128 grupos com 8 portas cada (IEEE 802.3ad / LACP); Controle de fluxo conforme IEEE 802.3x (full duplex); Implementa Voice VLAN; Espelhamento de portas; Suporte a DHCP Client, DHCP Relay e DHCP Server; Gerenciamento via GUI, CLI, SSHv2, HTTPS, SNMP (v1, v2, v3); Suporte a NTP ou SNTP; Suporte a Syslog; Suporte a LLDP e LLDP-MED; Suporte a pelo menos um dos protocolos para transferência de arquivos: TFTP/FTP/SFTP/SCP; Suporte a roteamento estático em IPv4 e IPv6, com funcionalidades básicas de Layer 3 (ACLs, VLAN routing e VRRP) O equipamento deve possuir, no mínimo, 2 GB de memória RAM e 1 GB de memória flash, para suportar de forma eficiente múltiplos arquivos de configuração, imagens de firmware, armazenamento temporário de logs e demais operações de gerenciamento; 1.5. Garantia mínima de 60 meses, padrão 8x5xNBD (Next Business Day).</p>	
Valor Total Estimado:				79.255.480,00

LOTE 2- SERVIÇOS- CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA EXECUÇÃO DE PROJETOS DE CONECTIVIDADE LÓGICA NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA EM ATENDIMENTO AOS ÓRGÃOS DEMANDANTES

Item	Qtde	Unidade	Cód.	Descrição Material	Vr. Unit.	Vr. Total
001	480,0000	unidade	22667	SERVIÇOS DE INSTALAÇÃO DE SWITCH.: SERVIÇOS DE INSTALAÇÃO DE SWITCH: O serviço compreende todas as atividades necessárias para colocar o switch em pleno funcionamento, incluindo, mas não se limitando a: Instalação física no rack padrão 19", com fixação adequada e uso de acessórios compatíveis; Conectorização de cabos ópticos e metálicos (par trançado), com identificação física nos patch panels e/ou racks; Alimentação elétrica do equipamento conforme especificações do fabricante; Configuração de rede de camada 2 (ex: VLANs, agregação de links/LACP, spanning tree, QoS básica); Configuração de rede de camada 3, quando aplicável (ex: IPs de gerenciamento, roteamento estático, gateways, VRRP, DHCP Relay); Configuração de segurança (ACLs, 802.1X, autenticação RADIUS/TACACS, SNMPv3, SSH); Atualização de firmware para a versão homologada mais recente pelo fabricante; Integração com sistema de gerenciamento e monitoramento da rede (se aplicável); Execução de testes de conectividade (ping, tráfego entre VLANs, uplink com roteador/core); Empilhamento lógico e físico dos switches (quando previsto), com balanceamento de carga e priorização; Documentação pós-instalação contendo: topologia lógica, IPs configurados, VLANs ativas, versão de firmware, e demais parâmetros aplicados; Suporte técnico inicial para operação assistida durante o aceite técnico. Suporte técnico inicial para operação assistida durante o aceite técnico.	1.426,6700	684.801,60
002	8.160,0000	unidade	22672	SERVIÇO DE INSTALAÇÃO PONTO DE ACESSO.: SERVIÇO DE INSTALAÇÃO PONTO DE ACESSO: CABEAMENTO ESTRUTURADO: Execução de ponto de rede com cabo UTP categoria 6a (CAT.6a), instalado do patch panel até o access point; Fornecimento e instalação completos dos materiais; Todos os cabos devem ser identificados nas duas extremidades com etiqueta impressa; Sobra técnica mínima de 30 cm de cabo nas caixas de terminação; Lances de cabeamento horizontal não devem ultrapassar 90 metros; Todos os cabos devem ser instalados sem tração ou curvaturas excessivas; Conexão das tomadas RJ-45 fêmea conforme o padrão EIA/TIA 568-A; Para distâncias superiores a 100 metros, deve-se utilizar fibra óptica para interligação dos switches e APs externos; Infraestrutura em eletrodutos aparentes de aço galvanizado, respeitando diâmetro conforme NBR vigente quando não especificado em projeto; Todas as tomadas e pontos devem ser identificados com etiquetas adesivas numeradas. INSTALAÇÃO FÍSICA E ELÉTRICA: Instalação física dos equipamentos (rack, nobreak, switches, access points internos e externos), conforme planejamento validado; Implantação da infraestrutura elétrica e lógica, incluindo fornecimento de patch cords de manobra; Recomposição de danos em alvenaria, pintura e recortes inerentes aos serviços realizados. Planejamento, configuração e comissionamento:	2.343,3300	19.121.572,80

				<p>Realizar visita técnica prévia em cada unidade, para avaliação e alinhamento de escopo</p> <p>Configuração lógica e física completa dos equipamentos conforme projeto (VLANs, SSIDs, controle de acesso, etc.);</p> <p>Instalações devem garantir cobertura mínima de sinal de -70 dBm nas áreas designadas, conforme vistoria e diretrizes técnicas;</p> <p>Testes de funcionamento devem ser realizados com acompanhamento da unidade;</p> <p>Qualificação técnica: possuir ao menos 01 (um) profissional certificado pelo fabricante dos equipamentos e soluções instaladas.</p>		
003	100,0000	unidade	22673	<p>TREINAMENTO: OBJETIVO: Capacitar a equipe quanto à operação, administração e configuração completa da solução fornecida (incluindo switches, access points, sistema de gerenciamento e demais componentes), conforme escopo contratado. FORMATO E CARGA HORÁRIA: O treinamento deverá ter duração mínima de 40 (quarenta) horas; Poderá ser realizado presencialmente ou remotamente (ao vivo), conforme necessidade ou restrições da CONTRATANTE; Será ministrado em língua portuguesa; Dividido em duas turmas de no máximo 5 (cinco) alunos cada, totalizando 10 participantes. Instrutor e conteúdo: O instrutor deverá ser certificado pelo fabricante da solução ofertada.:</p> <p>TREINAMENTO: OBJETIVO: Capacitar a equipe quanto à operação, administração e configuração completa da solução fornecida (incluindo switches, access points, sistema de gerenciamento e demais componentes), conforme escopo contratado.</p> <p>FORMATO E CARGA HORÁRIA:</p> <p>O treinamento deverá ter duração mínima de 40 (quarenta) horas;</p> <p>Poderá ser realizado presencialmente ou remotamente (ao vivo), conforme necessidade ou restrições da CONTRATANTE;</p> <p>Será ministrado em língua portuguesa;</p> <p>Dividido em duas turmas de no máximo 5 (cinco) alunos cada, totalizando 10 participantes.</p> <p>Instrutor e conteúdo:</p> <p>O instrutor deverá ser certificado pelo fabricante da solução ofertada;</p>	4.006,6700	400.667,00

004	112.600,0000	unidade mês	22674	<p>SERVIÇOS DE NOC (NETWORK OPERATIONS CENTER) PARA MONITORAMENTO PROATIVO DE TIC: A Prestação dos serviços compreenderá o monitoramento proativo dos ativos de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC) por meio de um NOC (Network Operations Center), com a utilização das ferramentas de monitoramento. Os Serviços De Noc (Network Operations Center) Para Monitoramento Proativo De Tic serão executados de forma remota em regime de 24 (vinte quatro) horas por dia, 07 (sete) dias por semana, 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias por ano, durante todo o período de vigência do contrato; Os serviços serão cobrados mensalmente com base na quantidade de itens monitorados.: SERVIÇOS DE NOC (NETWORK OPERATIONS CENTER) PARA MONITORAMENTO PROATIVO DE TIC: A Prestação dos serviços compreenderá o monitoramento proativo dos ativos de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC) por meio de um NOC (Network Operations Center), com a utilização das ferramentas de monitoramento. Os Serviços De Noc (Network Operations Center) Para Monitoramento Proativo De Tic serão executados de forma remota em regime de 24 (vinte quatro) horas por dia, 07 (sete) dias por semana, 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias por ano, durante todo o período de vigência do contrato; Os serviços serão cobrados mensalmente com base na quantidade de itens monitorados.</p>	219,3300	24.696.558,00
005	112.600,0000	unidade mês	22675	<p>SERVIÇOS DE SUPORTE TÉCNICO PARA OS EQUIPAMENTOS DE REDE.: SERVIÇOS DE SUPORTE TÉCNICO PARA OS EQUIPAMENTOS DE REDE: Os Serviços suporte e administração dos ativos de rede deverão ser prestados remotamente, atendendo os níveis de serviços estabelecidos nesse certame. Os serviços serão cobrados mensalmente com base na quantidade de itens suportados pelo período de 60 meses. Os serviços de suporte e administração dos ativos de rede deverão compreender obrigatoriamente os seguintes as seguintes atividades Atendimento técnico em regime de suporte N1, N2 e N3 para resolução de incidentes e problemas relacionados aos equipamentos de rede. Atendimento remoto conforme necessidade, e garantindo o atendimento dentro dos prazos estabelecidos (SLA). Abertura e gerenciamento de chamados junto aos fabricantes dos equipamentos, quando necessário. Atualização periódica do firmware dos switches e access points contratados, garantindo a aplicação de patches de segurança e melhorias de performance. Realização de manutenções preventivas programadas, visando otimizar o desempenho e prolongar a vida útil dos equipamentos. Revisão periódica das políticas de segurança aplicadas aos dispositivos, incluindo a configuração de VLANs, controle de acesso e QoS. Manter a disponibilidade dos serviços e do ambiente de rede de acordo com os níveis de serviço exigidos neste Termo de Referência; Implementação e ajuste de políticas de rede (como VLANs, roteamento, segurança) conforme a necessidade e evolução do ambiente. Documentação detalhada das configurações aplicadas e do ambiente de rede, atualizada periodicamente.</p>	157,4800	17.732.248,00

			<p>Configurar ativos de rede, manter rotas e segurança dos ativos, para atender as necessidades de conectividade. Disponibilização de equipe técnica em regime de prontidão para atendimento a incidentes críticos que impactem a operação da rede.</p> <p>Ação corretiva para isolamento e mitigação de falhas, minimizando o impacto na operação.</p> <p>Emissão de relatório pós-incidente detalhado, contendo as causas raiz, as ações corretivas adotadas e recomendações para evitar recorrências.</p> <p>Avaliação periódica da infraestrutura de rede para recomendação de ajustes e melhorias de acordo com a evolução tecnológica e necessidades específicas</p> <p>Proposição de otimizações no design da rede, garantindo alta disponibilidade, redundância e escalabilidade do ambiente.</p> <p>Configurar e administrar as Redes Sem fio.</p> <p>Levantar as necessidades de reestruturação das redes, corporativas, de forma a atender os níveis de disponibilidade da rede.</p> <p>Prestar suporte e análise técnica na implantação de novos protocolos de redes de dados, imagem e etc.</p> <p>Administrar e gerenciar os ativos de redes apresentados no certame.</p> <p>Prestar suporte a rede WAN seguindo as práticas de segurança definidas pelo CONTRATANTE e as melhores práticas.</p> <p>Garantir plena conectividade entre os elementos da rede corporativa, zelando pelo perfeito funcionamento de seus componentes.</p> <p>Atuar em conjunto com a equipe de monitoramento para avaliar o desempenho da dos equipamentos suportados, acompanhando o fluxo operacional em cada segmento, e atuar proativamente para diagnosticar, analisar e resolver problemas de conectividade.</p> <p>Administrar ferramentas utilizadas para prestar o suporte aos ativos monitorados e atuar no gerenciamento dos ativos.</p> <p>Analisar a topologia de rede sugerindo alterações que visem eliminar pontos de falha.</p> <p>Manter a documentação da rede e os desenhos das topologias de redes WAN atualizados e completos.</p> <p>Atender a chamados encaminhados pelas equipes de monitoramento ou da contratante, visando sempre manter o ambiente em conformidade com as recomendações recebidas.</p> <p>Elaborar relatórios técnicos que subsidiem a contratante no gerenciamento dos ativos suportados.</p> <p>Abrir chamados técnicos com os fabricantes e/ou fornecedores do serviço de suporte sempre que necessário; Manter a infraestrutura de rede atualizada com as últimas tecnologias e inovações, incluindo revisões de topologia, Suporte ao tratamento de incidentes relacionados aos serviços prestados.</p>		
VALOR TOTAL ESTIMADO					62.635.847,40

2.2. Especificação detalhada do objeto, será conforme especificada no Termo de Referência.

- 2.3.** Todos os veículos que serão entregues pela detentora desta Ata serão nas formalidades do Termo de Referência anexo neste edital e serão nas conformidades de cada Ordem de Fornecimento emitida por cada município aderente.
- 2.4.** Não será admitida a previsão de preços diferentes em razão de, eventualmente, algum local para prestação de serviços seja mais distante ou de difícil acesso.
- 2.5.** A listagem do cadastro de reserva referente ao presente registro de preços consta como anexo a esta Ata.
- 2.6.** Garantia e Assistência Técnica: A MARCA DO PRODUTO OFERTADO Garantia mínima de 12 meses sem limite de horas, com assistência técnica no estado de Minas Gerais comprovada por CNPJ e homologada pelo fabricante do equipamento. O atendimento deverá ser realizado in loco, no Município para onde o bem foi destinado pela CIMINAS, em prazo não superior a 72 (setenta e duas) horas e SEM QUALQUER TIPO DE CUSTO adicional para a SECRETARIA ou para o Município, vedada qualquer assistência fora da rede autorizada pelo fabricante. Durante o período de vigência da garantia, a substituição de todas as peças, componentes, insumos, produtos, óleo hidráulico, óleo lubrificante, líquido de arrefecimento deverá ser feita por produtos originais, assim como DEVERÁ OBSERVAR O DISPOSTO NO MANUAL de uso disponibilizado juntamente com os equipamentos.

3. DA CONTRATAÇÃO COM FORNECEDORES REGISTRADOS

- 3.1.** A existência de preços registrados implicará no compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas no instrumento convocatório, termo de referência e na proposta, vencedora do certame, mas não obrigará a contratação, sendo esta, facultada aos municípios integrantes deste consórcio, ou de outros entes federativos que assim o requisitem.
- 3.2.** O Licitante Detentor da Ata de Registro de Preços (ARP), doravante denominado CONTRATADA, estará obrigado a retirar as respectivas notas de empenhos e a celebrar o Eventual Contrato ou instrumento equivalente que poderão advir com os órgãos participantes, doravante denominados Municípios Contratantes, nas condições estabelecida neste Termo de Referência e na própria Ata (ARP), observado o prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da data de recebimento da notificação.

- 3.2.1. Será facultado à Administração, quando o convocado não assinar o termo de contrato ou não aceitar ou não retirar o instrumento equivalente no prazo e nas condições estabelecidas, convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a celebração do contrato nas condições propostas pelo licitante vencedor, sem prejuízo das penalidades aplicáveis ao caso.
- 3.2.2. O prazo da convocação poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, quando solicitado pela licitante vencedora durante o seu transcurso, desde que ocorra motivo justificado e aceito pela Administração da CONTRATANTE.

- 3.3. Quando da necessidade de contratação nos termos contratuais instituídos pela Lei Federal nº 14.133, de 2021, os ordenadores de despesas dos Municípios, órgãos CONTRATANTES, deverão consultar ao CIMINAS (Órgão Gerenciador) através de sua COORDENADORIA DE LICITAÇÕES para obter a indicação do Licitante Detentor da ARP, dos quantitativos a que este ainda se encontra obrigado e dos preços registrados.
- 3.4. A contratação com os fornecedores registrados nesta Ata de Registro de Preços será formalizada pelo órgão ou entidade interessado por intermédio de instrumento contratual ou outro instrumento hábil, conforme o art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 3.5. Os órgãos e entidades poderão aderir à esta Ata de Registro de Preços na condição de não participantes do consórcio, desde que observados os requisitos previstos no artigo art. 86 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 3.6. O contrato decorrente desta Ata de Registro de Preços terá sua vigência estabelecida em conformidade com as disposições dos arts. 105 a 114 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 3.7. Os contratos decorrentes do Sistema de Registro de Preços poderão ser alterados, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

4. DO REGIME DE EXECUÇÃO E/OU FORMA DE FORNECIMENTO

- 4.1. A empresa detentora da Ata de Registro de Preço deverá atentar para o cumprimento dos parâmetros solicitados e exaustivamente percorridos no Termo de Referência do processo licitatório, uma vez que, a aceitação do objeto vincula-se ao fiel atendimento das especificações contidas nele e somente serão aceitos se

atenderem aos padrões exigidos e forem entregues dentro do prazo estabelecido.

- 4.2.** Verificada desconformidade dos produtos fornecidos, a empresa detentora da Ata de Registro de Preço deverá efetuar as devidas correções ou substituições no prazo máximo de 3 (três) dias úteis após a comunicação oficial, sem ônus para o Consórcio e/ou Município, podendo ser prorrogado pelo Consórcio e/ou Município, mediante solicitação.
- 4.3.** A aceitação do objeto não exclui a responsabilidade civil por vícios de forma, quantidade, qualidade ou técnicos ou por desacordo com as correspondentes especificações, verificadas posteriormente.

5. DO PRAZO E DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

- 5.1.** O local e prazo de execução do objeto será conforme estabelecido no Termo de Referência, cujas especificações serão informadas nas ordens/autorizações de serviço, emitidas no decorrer do tempo de vigência da Ata de Registro de Preços, sendo que, a responsabilidade pelo recebimento, será do funcionário oportunamente indicado pelo município aderente.
- 5.2.** Caso a empresa detentora da ata não possa cumprir com os prazos estipulados nas ordens de serviço, deverá apresentar justificativa por escrito, até 02 (dois) dias do vencimento do prazo de início da prestação de serviços descritas no objeto, ficando a critério do Consórcio e/ou Município a sua aceitação.
- 5.3.** Ao não cumprir os prazos estipulados para refazimento de serviços caso ocorra sem justificativa formal aceita pelo Consórcio e/ou Município, decairá seu direito de fornecimento, sujeitando-se às penalidades previstas neste instrumento.

6. DA VALIDADE DA ATA

- 6.1.** A validade da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, nos termos do Art. 84 da Lei 14.133/2021 contado a partir do 1º dia útil subsequente à sua publicação, e poderá ser prorrogada, por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso.

7. REVISÃO E CANCELAMENTO

- 7.1.** Os preços registrados poderão ser revistos em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo do objeto registrado, cabendo à Administração promover as negociações junto ao(s) fornecedor(es).
- 7.1.1. Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuado, nos termos do art. 124, II, d da Lei nº 14.133, de 2021.
- 7.1.2. Decorrente de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados.
- 7.2.** Quando o preço registrado se tornar superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.
- 7.2.1. O fornecedor que não aceitar reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, será liberado do compromisso assumido referente ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.
- 7.2.2. Havendo a liberação do fornecedor, nos termos do subitem anterior, o gerenciador deverá convocar os fornecedores do cadastro de reserva, caso exista, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado.
- 7.2.3. Não havendo êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora deverá proceder ao cancelamento da ata de registro de preços.
- 7.2.4. Caso haja a redução do preço registrado, o órgão ou entidade gerenciadora deverá comunicar aos órgãos e as entidades que tiverem formalizado contratos, para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciarem negociação com vistas à alteração contratual.
- 7.3.** No caso do preço de mercado se tornar superior ao preço registrado e o fornecedor não puder cumprir as obrigações contidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.
- 7.3.1 Para fins do disposto neste subitem, deverá o fornecedor encaminhar juntamente com o pedido de alteração, documentação comprobatória ou planilha de custos que demonstre que o preço

registrado se tornou inviável frente às condições inicialmente pactuadas.

7.3.2 Caso não demonstrada a existência de fato superveniente que torne insubsistente o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora, ficando o fornecedor obrigado a cumprir as obrigações contidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e em outras legislações aplicáveis.

7.3.3 Havendo cancelamento do registro do fornecedor, o gerenciador deverá convocar os fornecedores do cadastro de reserva, caso exista, na ordem de classificação, para assegurar igual oportunidade de negociação.

7.4. Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder o cancelamento da Ata de Registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

7.5. O registro do licitante vencedor será cancelado pelo órgão ou entidade gerenciadora quando:

7.5.1. Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;

7.5.2. Não retirar a nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;

7.5.3. Não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado; ou

7.5.4. Sofrer sanção prevista no art. 156, III ou IV da Lei nº 14.133, de 2021.

7.5.5. 7.5.5.O cancelamento de registros nas hipóteses previstas nos itens 7.6.1, 7.6.2, e será formalizado por despacho do órgão gerenciador, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

7.6. O cancelamento dos preços registrados poderá ocorrer, total ou parcialmente, pelo gerenciador, desde que devidamente comprovados e justificados:

7.6.1. Por razão de interesse público;

7.6.2. Pelo cancelamento de todos os preços registrados; ou

7.6.3. A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior.

8. DAS PENALIDADES

8.1. O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no Edital.

8.1.1. As sanções do item acima também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente.

8.2. É da competência do órgão gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta Ata de Registro de Preço, exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos participantes, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade.

8.3. O(s) órgão(s) participante(s) deverá(ão) comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências previstas nos itens 7.6.1, 7.6.2, 7.6.3 e 7.6.4 dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.

9. DO PAGAMENTO:

9.1. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

9.2. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

9.3. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

9.4. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

9.5. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

10. CONDIÇÕES GERAIS

10.1 As demais condições gerais do fornecimento, encontram-se definidas no Edital e seus anexos, que são parte integrante da presente Ata de

Registro de Preços, independentemente de transcrição.

10.2 É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados nesta Ata de Registro de Preços.

Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em () vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes e encaminhada cópia aos demais órgãos participantes.

XXXXXXXXXXXXXXXXXX - XX, XX de XXXXXXXX de XXXX.

CIMINAS

[Assinatura Representante(s) Legal(is) do(s) Fornecedor(es) Registrado(s)]

ANEXO III

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 123/2025
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 044/2025
MINUTA DE CONTRATO XXX/XXX

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº
...../....., QUE FAZEM ENTRE SI A
XXXXXXXXXXXX, POR INTERMÉDIO DO
(A) E

A por intermédio do(a)
....., com sede no(a), na cidade de
..... /Estado ..., inscrito(a) no CNPJ sob o nº, neste ato
representado(a) pelo(a) (cargo e nome), nomeado(a) pela Portaria
nº, de ... de de 20..., portador do CPF nº
e RG nº, doravante denominado CONTRATANTE, e o(a), inscrito(a) no CNPJ
sob o nº, sediado(a) na, doravante designado CONTRATADO,
neste ato representado(a) por (nome e função no
contratado), conforme atos constitutivos da empresa OU procuração apresentada
nos autos, tendo em vista o que consta no Processo nº 123/2025 e em
observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais
legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do
Pregão Eletrônico n. 044/2025, Ata de Registro de Preço...../XXXX mediante
as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO (art. 92, I e II)

O objeto do presente instrumento é a contratação de empresa especializada na execução de projetos de conectividade lógica na administração pública em atendimento aos órgãos demandantes nas conformidades descritas no Termo de Referência e Planilha Orçamentária que são parte integrante desta Ata, nas condições estabelecidas no Pregão Eletrônico n. 044/2025 e Ata de Registro de Preço...../.....

1.1. Objeto da contratação:

ITEM	DESCRIÇÃO	UN	QUANT	VALO UN	VALOR TOTAL

TOTAL:	
--------	--

1.2. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

- 1.2.1. O Termo de Referência;
- 1.2.2. O Edital da Licitação;
- 1.2.3. A Proposta do contratado;
- 1.2.4. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

2. CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

- 2.1. O prazo de vigência da contratação é de contados do(a), na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 2.2. A prorrogação de contrato deverá ser promovida mediante celebração de termo aditivo.

3. CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS (art. 92, IV, VII e XVIII)

- 3.1. O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência e Ata de Registro de Preço, anexo a este Contrato.

4. CLÁUSULA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO

- 4.1. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

5. CLÁUSULA QUINTA – PREÇO (art. 92, V)

- 5.1. O valor total da contratação é de R\$..... ()
- 5.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

6. CLÁUSULA SEXTA - PAGAMENTO (art. 92, V e VI)

- 6.1. O prazo para pagamento ao contratado e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

7. CLÁUSULA SÉTIMA - REAJUSTE (art. 92, V)

- 7.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, em / / (DD/MM/AAAA).
- 7.2. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo contratante, do índice (indicar o índice a ser adotado), exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.
- 7.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.
- 7.4. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o contratante pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).
- 7.5. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).
- 7.6. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.
- 7.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.
- 7.8. O reajuste será realizado por apostilamento.

8. CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE (art. 92, X, XI e XIV)

- 8.1. São obrigações do Contratante:
 - 8.1.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos;
 - 8.1.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;
 - 8.1.3. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;

- 8.1.4. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;
- 8.1.5. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência.
- 8.1.6. Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Contrato;
- 8.1.7. Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;
- 8.1.8. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.
- 8.1.9. A Administração terá o prazo de XXXXXXX, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.
- 8.1.10. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo contratado no prazo máximo de XXXXXXX.
- 8.1.11. Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.
- 8.1.12. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

9. CLÁUSULA NONA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS (art. 92, XIV)

- 9.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o contratado que:
 - 9.1.1. der causa à inexecução parcial do contrato;
 - 9.1.2. der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
 - 9.1.3. der causa à inexecução total do contrato;

- 9.1.4. ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
 - 9.1.5. apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
 - 9.1.6. praticar ato fraudulento na execução do contrato;
 - 9.1.7. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
 - 9.1.8. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.
- 9.2. Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:
- 9.2.1. **Advertência**, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021);
 - 9.2.2. **Impedimento de licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021);
 - 9.2.3. **Declaração de inidoneidade para licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021).
- 9.3. Multa:
- 9.3.1. Moratória de% (por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de () dias;
 - 9.3.2. Moratória de% (por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor total do contrato, até o máximo de% (por cento), pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia.
 - 9.3.2.1. O atraso superior a XXXXXX dias autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei nº 14.133, de 2021.

- 9.3.2.2.** Compensatória, para as infrações descritas nas alíneas “e” a “h” do subitem 12.1, de% a % do valor do Contrato.
- 9.3.2.3.** Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista na alínea “c” do subitem 12.1, de% a ...% do valor do Contrato.
- 9.3.2.4.** Para infração descrita na alínea “b” do subitem 12.1, a multa será de % a ...% do valor do Contrato.
- 9.3.2.5.** Para infrações descritas na alínea “d” do subitem 12.1, a multa será de....% a ...% do valor do Contrato.
- 9.3.2.6.** Para a infração descrita na alínea “a” do subitem 12.1, a multa será de% a % do valor do Contrato, ressalvadas as seguintes infrações:

[INDICAR ITENS ESPECÍFICOS DE INEXECUÇÃO PARCIAL QUE JUSTIFIQUEM PENA DIVERSA]

9.4. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021).

- 9.4.1.** Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021).
- 9.4.2.** Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021);
- 9.4.3.** Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021).
- 9.4.4.** Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de XX (XXXX) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.
- 9.4.5.** A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e

parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

9.4.6. Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021):

- 9.4.6.1.** a natureza e a gravidade da infração cometida;
- 9.4.6.2.** as peculiaridades do caso concreto;
- 9.4.6.3.** as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- 9.4.6.4.** os danos que dela provierem para o Contratante;
- 9.4.6.5.** a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

9.5.9.7. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).

9.6. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021).

9.7. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021).

9.8. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

9.9. Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

10. CLÁUSULA DÉCIMA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL (art. 92, XIX)

10.1. O contrato será extinto quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.

10.2. Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para o contrato.

10.2.1. Quando a não conclusão do contrato referida no item anterior decorrer de culpa do contratado:

10.2.1.1. ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas; e

10.2.1.2. poderá a Administração optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotará as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.

10.3. O contrato poderá ser extinto caso se constate que o contratado mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau (art. 14, inciso IV, da Lei n.º 14.133, de 2021).

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (art. 92, VIII)

11.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

- 11.1.1. Gestão/Unidade:
- 11.1.2. Fonte de Recursos:
- 11.1.3. Programa de Trabalho:
- 11.1.4. Elemento de Despesa:
- 11.1.5. Plano Interno:
- 11.1.6. Nota de Empenho:

11.2. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DOS CASOS OMISSOS (art. 92, III)

12.1. Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – ALTERAÇÕES

13.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

13.2. O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

13.3. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês (art. 132 da Lei nº 14.133, de 2021).

13.4. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – PUBLICAÇÃO

14.1. Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021, e ao

art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011, c/c art. 7º, §3º, inciso V, do
Decreto n. 7.724, de 2012.

15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – FORO (art. 92, §1º)

15.1. Fica eleito o Foro da Justiça Federal em, Seção Judiciária de
para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de
Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme
art. 92, §1º, da Lei nº 14.133/21

[Local], [dia] de [mês] de [ano].

Representante legal do CONTRATANTE

Representante legal do CONTRATADO